



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 138

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de junho de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o **Período de Tratamento de Assuntos de Interesse Político**, com a apresentação e votação de diversos votos.

- Voto de Congratulação “à atleta Maria João Silva, por ter conquistado, no II Campeonato Mundial para atletas com síndrome de DOWN, o título de campeã mundial”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A sua apresentação coube ao Sr. Deputado Cláudio Lopes, seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “à atleta Maria João Silva pelas três medalhas de ouro conquistadas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Após a aprovação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Louvor – “reconhecimento pela obra da Ordem Hospitaleira de São João de Deus em S. Miguel”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa, a quem coube a apresentação do voto, e a Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos “25 anos de atividade do Clube Naval da ilha Graciosa”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto, que coube ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho, usou da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos “resultados obtidos nos Jogos das Ilhas “Sardenha 2012”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto supracitado foi apresentado pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela “conquista da Medalha de Prata na Taça do Mundo de Lisboa de Judo pelo atleta jorgense Tiago Rodrigues”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Aberto o debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS-PP*) e Mark Marques (*PSD*).

Aquando da votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto pelo “encerramento do serviço de finanças no concelho de Calheta”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e aprovado por unanimidade.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Luís Silveira. Usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Mark Marques (*PSD*).

- Voto de Protesto pelo “encerramento do serviço de finanças no concelho de Calheta”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Rogério Veiros, seguindo-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), Mark Marques (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No Período da **Agenda da Reunião**, foram apresentadas e debatidas diversas iniciativas legislativas.

1. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011 – “alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro (Parque Natural da Ilha de Santa Maria)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

O debate iniciou-se com a intervenção da Sra. Deputada Bárbara Chaves, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados José Cascalho (*BE*), Aida Amaral (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

2. Petição n.º 8/2011 – “pela não instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas, ilha de São Jorge”, apresentada por Helder Fernando Sousa Teixeira, na qualidade de primeiro subscritor.

Apresentado o relatório da CAPAT, pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, relatora da Comissão, usaram de seguida da palavra os Srs. Deputados Paula

Bettencourt (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José Cascalho (*BE*), Mark Marques (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

3. Proposta de Resolução n.º 2/2012 – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012”, apresentada pela Mesa da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade.

4- Relatório da Comissão Permanente de Política Geral previsto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro - "resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que, no âmbito das suas competências, apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de Reforma da Administração Local na Região".

Apresentado o relatório pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, relator da CPG, usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Após uma interpelação à Mesa solicitada pelo Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) para um protesto.

5. Projeto de Resolução n.º 4/2012 “recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da Reforma da Administração Local na Região”, apresentado pelos Deputados Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM, Zuraída Soares e Mário Moniz, do Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), o diploma foi retirado.

6. Projeto de Resolução n.º 52/2011 – “recomenda ao Governo Regional que garanta a abertura do 3.º ciclo do Ensino Básico no estabelecimento educativo das Lajes da Escola Básica e Secundária das Flores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O debate contou com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Paulo Rosa (*CDS-PP*) e Francisco Álvares (*PSD*).
Atingida a hora regimental, os trabalhos foram suspensos ficando agendada a continuação do debate para o dia seguinte.

Eram 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Bem-vindos.

Vamos dar início ao nosso Período Legislativo de junho, começando naturalmente com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel Eduardo

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de Ávila
José de Sousa Rego
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Paulo Jorge Silva **Ribeiro**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no nosso PTAP, começando naturalmente com os votos.

Dou a palavra ao PSD para apresentar um **Voto de Congratulação** relativo à **atleta Maria João Silva, por ter conquistado, no II Campeonato Mundial para atletas com síndrome de DOWN, o título de campeã mundial.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votos de Congratulação

No passado mês de Maio, do corrente ano, realizou-se na ilha Terceira, o 2º Campeonato Mundial para atletas com a síndrome de DOWN.

Participaram doze países e um total de 150 atletas.

Portugal sagrou-se, coletivamente, campeão mundial, conquistando 9 medalhas de ouro, 12 de prata e 9 de bronze.

Maria João Silva, natural da Freguesia da Calheta de Nesquim, do Concelho das Lajes do Pico, pertence ao grupo de atletismo do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena. Foi, a única açoriana da seleção nacional, que participou neste Campeonato, conquistou 3 medalhas de ouro, sagrando-se campeã mundial em três provas, 1 500 metros e 800 metros (marcha) e 4x400 metros (estafeta), batendo, nesta última variante, o record mundial.

Maria João Silva, já havia alcançado em 2011, o título de campeã europeia e o record do Mundo nas provas de 1 500 e 400 metros (marcha).

O seu primeiro momento de glória aconteceu, porém, em 2010, no México, por ocasião da realização do 1º Campeonato do Mundo para atletas portadores de síndrome de DOWN, alcançando, pela primeira vez, o título de campeã mundial, conquistando o primeiro lugar do pódio nas provas de 400 e 1 500 metros (marcha), batendo o record mundial nessas duas provas.

As vitórias de Maria João Silva, são o corolário de um extraordinário trabalho que tem vindo a ser feito pela Coordenadora Carla Tomás, com o grupo de atletismo do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena. Um trabalho de verdadeira dimensão humana e social.

Mas essas vitórias são também a de uma população específica, com problemas específicos, nomeadamente ao nível psicomotor, que importa acarinhar, estimular e valorizar, para uma mais perfeita integração social.

As vitórias da Maria João Silva, comprovam também, que a condição humana é um campo de descobertas quase ilimitadas.

Essas vitórias são ainda daqueles que apostam no desporto adaptado como uma forma de conferir a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos em geral, e ao acesso ao desporto, em particular.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD, apresenta um voto de congratulação **à atleta Maria João Silva, por ter conquistado, no II Campeonato Mundial para atletas com síndrome de DOWN, o título de campeã mundial em três provas, nas variantes de 1 500 metros e 800 metros (marcha) e 4x400 metros (estafeta), e de recordista mundial nesta última.**

Mais propõe que o mesmo voto seja remetido à atleta Maria João, aos seus pais, à sua coordenadora técnica Carla Tomás e ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Madalena.

Horta, sala das sessões, 12 de junho de 2012

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas e Cláudio Lopes

Presidente: Creio não haver intervenções assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Passamos agora a um Voto de Congratulação do PS, relacionado com a mesma atleta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votos de Congratulação

Realizou-se entre 17 e 20 de Maio, no Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo o Segundo Campeonato do Mundo de Atletismo para atletas com síndrome de Down. De acordo com quem esteve presente, a competição desenvolveu-se num clima de “solidariedade, companheirismo e alegria”.

Na referida competição que contou com 150 atletas oriundos de 12 países, a seleção portuguesa sagrou-se campeã do mundo da modalidade e nela marcou presença a atleta Maria João Silva, natural da freguesia da Calheta do Nesquim, Concelho das Lajes do Pico.

Maria João Silva frequenta desde 2007 o Centro de Atividades Ocupacionais da Madalena, entidade que celebrou com a Direção Regional do Desporto, um protocolo no âmbito do Programa de apoio ao desenvolvimento do Desporto Adaptado.

A atleta que já em 2010, no Primeiro Campeonato Mundial de atletismo para cidadãos portadores da síndrome de Down, integrando a Seleção Nacional, tinha conquistado duas medalhas de ouro nas provas de 400 e 1500 metros, voltou a estar em grande destaque no Segundo Campeonato Mundial.

Maria João Silva conquistou três medalhas de ouro obtidas nas provas de 1.500 e 800 metros e em marcha na estafeta 4x400 metros, tendo nas três provas batido os recordes da competição.

Trata-se de uma atleta que se dedica ao treino com redobrado empenho pelo que deverá ser encarada por todos nós como um referencial de orgulho e estímulo.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 12 de Junho de 2012, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente voto de congratulação à atleta Maria João Silva pelas três medalhas de ouro conquistadas nas provas de 1.500 e 800 metros e em marcha na estafeta 4x400 metros bem como pelos recordes mundiais que alcançou.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e respetiva família bem como ao Centro de Atividades Ocupacionais da Madalena e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2012

Os Deputados, Berto Messias, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado

Presidente: Creio não haver intervenções assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um Voto de Louvor da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, relativo ao **Reconhecimento pela obra da Ordem Hospitaleira de São João de Deus em S. Miguel.**

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de louvor

Assunto: Reconhecimento pela obra da Ordem Hospitaleira de São João de Deus em S. Miguel.

A Ordem Hospitaleira de São João de Deus deixou a Casa de Saúde de São Miguel, após 84 anos ao serviço da comunidade micaelense. Uma saída sentida mas tranquila.

Foi a 30 de Junho de 1928 que os Irmãos de S. João de Deus iniciaram as suas atividades na ilha de S. Miguel, com ações de voluntariado no tratamento ambulatorio, trabalho levado a cabo com grande empenho e total dedicação, ao longo destes anos, consagrando-se a um relevante e prestante serviço à população.

Aquela Ordem religiosa promoveu e patrocinou assistência nas áreas da saúde, designadamente no que diz respeito à profilaxia, tratamento e reabilitação de pessoas doentes carenciadas, pertencentes a grupos considerados de risco, na integração social e comunitária, no desenvolvimento humano e no bem-estar e na qualidade de vida dos seus utentes.

O Fundador da Ordem Hospitaleira de São João de Deus é um Santo português, que valorizou todas as vidas humanas no caminho da hospitalidade e acolhimento fraterno. Na senda de S. João de Deus, esta Fundação é motivo de testemunho vivencial, dando sentido à vida dos mais desamparados e doentes que daquela obra se abeiram.

A Casa de Saúde S. Miguel, localizada na Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, é um Centro Assistencial na área da Psiquiatria, Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial.

À semelhança dos outros Estabelecimentos do Instituto S. João de Deus, a reabilitação psicossocial é uma prioridade. Assim, conta com valências residenciais e ocupacionais, das quais se destacam as oficinas ergoterápicas, a formação profissional, o desporto, atividades lúdicas, produtivas, etc.

Ao abrigo de protocolo com o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, aquela Casa de Saúde tem cerca de duzentas pessoas internadas, distribuídas por diversas Unidades de Internamento, incluindo: uma Clínica para Pessoas com Doença Mental em fase aguda, duas Unidades de Longo Internamento, em que uma delas é tendencialmente de assistência psicogeriatrica e psicogerontológica, duas Unidades Residenciais Intrainstitucionais, uma Unidade de Treino e Transição, uma Unidade Residencial Comunitária e um Apartamento de Inserção.

Em resposta a uma necessidade sentida na Região, aquela Instituição tem desenvolvido dinâmicas no âmbito da prevenção de comportamentos, nomeadamente de alcoolismo e o abuso no consumo de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas) através de programas em meio escolar, treino de competências sócio-familiares e outros.

Embora aquela Casa de Saúde esteja servida por uma equipa de profissionais competentes e empenhados, o trabalho generoso e abnegado, levado a cabo pelos Irmãos de S. João de Deus, em S. Miguel, durante todos estes anos, merece um reconhecimento público e não pode ficar nas brumas do esquecimento.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, apresenta um voto de louvor pelo altruísmo e dedicação empenhada pela obra notável que foi levada a cabo pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, designadamente em S. Miguel.

Horta e Sala de Sessões, 12 de junho de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas, António Pedro Costa e António Marinho

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se ao Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e reconhece que o trabalho desenvolvido pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus, em S. Miguel, merece referência elogiosa, já que representou em S. Miguel o acolhimento daqueles que a sociedade rejeitava, abandonava e durante décadas não compreendia.

É de louvar a transformação que a Instituição Casa de Saúde S. Miguel sofreu nos últimos trinta anos, abrindo-se à comunidade, desde logo baixando os muros desse lugar que os micaelenses sempre trataram por “Egipto” e alargando o leque dos seus serviços, em especial no domínio da alcoologia e da toxicodependência.

Permitam-me que destaque aqui o trabalho do Irmão Aço, já falecido, que muito trabalhou em prol destas causas.

Gostaria ainda de saudar o modo como a Congregação Hospitaleira de S. João de Deus colaborou com a paróquia da Fajã de Baixo e a comunidade local.

Presidente: Creio não haver intervenções. Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação da autoria do PS referente aos **25 anos de atividade do Clube Naval da Ilha Graciosa.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“25 ANOS DE ATIVIDADE DO CLUBE NAVAL DA ILHA GRACIOSA”

O Clube Naval da Ilha Graciosa foi fundado no dia 25 de maio de 1987, por um grupo de vinte sócios, amantes do mar e das atividades náuticas.

Inicialmente, esta jovem agremiação, centrou as suas energias na aquisição de dois equipamentos essenciais para o desenvolvimento dos seus objetivos, nomeadamente, a sua primeira embarcação e o primeiro equipamento de mergulho com escafandro, existente na ilha, que permitiu posteriormente formar os primeiros mergulhadores graciosenses.

Contudo, a história do Clube Naval da Ilha Graciosa também fez-se com um período, menos positivo, de muita pouca atividade que só voltou a ser invertido no ano de 1999 onde renasce uma nova dinâmica impulsionada pela aquisição do património baleiro constituído pela lancha Estefânia Correia e os botes São João e Serra Branca. A partir desta data iniciou-se também as provas de pesca desportiva, através do corrico, e promoveu-se, novamente, a prática de desportos náuticos e o gosto por todas as atividades ligadas ao mar.

Impulsionado pela nova dinâmica, o Clube Naval da Ilha Graciosa, inaugura, no ano 2000, o seu edifício sede cedido pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e a recuperação dos dois botes baleiros, São João e Serra Branca, feito

que permitiu, nesse mesmo ano, e pela primeira vez, a participação de um bote graciosense na regata dos botes baleiros realizada na emblemática vila das Lajes do Pico.

No ano de 2003 o Clube Naval da Ilha Graciosa inicia a formação de cursos de navegadores de recreio nas categorias de marinheiro e patrão local e promove a renovação do seu equipamento de mergulho que permitiu uma nova vaga de cursos de mergulho com escafandro.

Segue-se, em 2004, a inauguração da recuperada lancha baleira Estefânia Correia, embarcação que fez história, nos Açores, na caça à baleia e que, simultaneamente, salvou a vida a muitos graciosenses, transportando-os até à vizinha ilha Terceira para receber cuidados médicos quando, na ilha, não havia outro meio de transporte disponível.

Neste mesmo ano, este clube, investe, com o apoio do Governo Regional, na aquisição de uma grua para o cais da Barra, equipamento que melhorou em muito a operacionalidade de colocação e retirada de água das embarcações dos pescadores e amantes do recreio náutico que frequentavam este pequeno porto.

Em 2005 e 2007 o Clube Naval organiza, na ilha Graciosa, a regata de botes baleiros do grupo central e colabora nas regatas de vela ligeira Horta/Graciosa e Angra/Graciosa, bem como, apoia a organização do primeiro Fotusub realizado na Ilha Graciosa

Mais recentemente, no ano de 2010, recebe de oferta do Dr. Cardigos o seu primeiro iate e apoia a realização da primeira volta à ilha Graciosa em Kayke organizada pela Goltziana Kayaks prova que repete-se, no ano seguinte, devido ao sucesso alcançado na promoção da ilha a nível nacional.

Em 2011 torna-se sócio fundador da Associação Açoriana de Pesca Desportiva de Mar e organiza a entrega de prémios da prova de corrico costeiro regional, prova onde a equipa Fidji, do Clube Naval da Ilha Graciosa, consagra-se campeã regional.

Atualmente, esta importante coletividade graciosense, contém 207 sócios que participam durante o verão nas regatas dos botes baleiros do grupo central e nas

provas de pesca desportiva organizadas ao longo de todo o ano por esta entidade.

Curiosamente no ano em que esta importante entidade celebra os seus 25 anos de existência o Governo Regional dos Açores, do Partido Socialista, em parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, prepara-se para dar início à tão desejada marina da Barra, infraestrutura que em muito vai beneficiar todos os graciosenses amantes das atividades náuticas e em particular os sócios deste clube naval pois trata-se de um investimento estratégico de elevada importância para a ilha, não só numa perspetiva interna, mas sobretudo para potenciar um conjunto de atividades ligadas ao mar e por essa via afirmar a ilha neste segmento do nosso turismo. Pela proximidade geográfica, da sua sede, cabe também ao clube naval, e aos seus sócios, aproveitarem o enorme potencial, e conseqüente retorno, que este investimento pode trazer para benefício de todos os graciosenses.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia 12 de junho de 2012, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela celebração dos 25 anos de atividade do Clube Naval da Ilha Graciosa, esta congratulação é extensiva a todos os membros dos corpos sociais e sócios desta coletividade bem como aos amantes das atividades náuticas da ilha Graciosa”

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção do Clube Naval da Ilha Graciosa, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2012.

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Ricardo Ramalho e José Ávila.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este Voto de Congratulação pelos 25 anos de atividade do Clube Naval da Ilha Graciosa e enaltece também todos os seus associados e todos aqueles que têm contribuído, com a atividade do Clube Naval, para o desenvolvimento das atividades náuticas na Ilha Graciosa.

Naturalmente que louvamos a sua postura proactiva em benefício do Clube Naval da Ilha Graciosa e em benefício também do desenvolvimento da Ilha Graciosa.

Neste voto é também feita uma referência a esta coincidência de datas do aniversário do Clube Naval, da atividade do Clube Naval na Ilha Graciosa, dos seus 25 anos, com a tão desejada marina da Ilha da Barra que certamente será um investimento fundamental para o desenvolvimento das atividades ligadas ao mar e ao recreio náutico, entre outras, na Ilha Graciosa.

É caso para dizer: até que enfim que se preparam para dar início a uma obra que já se prometeu várias vezes começar na Ilha Graciosa!

Ainda bem que estamos perto de mais um ato eleitoral para assistirmos a mais um evento próprio da natureza destes tempos, que é, chegando-se perto de eleições lá aparece a obra que estava prometida para a legislatura anterior. Ainda bem que assim é.

Deputado Francisco César (PS): Assim não convém!

O Orador: Mas felicitamos igualmente os amantes do mar, associados do Clube Naval, por manterem a sua atividade mesmo sem haver um único portinho na Graciosa que apresente as condições desejadas para o desenvolvimento das atividades náuticas.

O porto de Santa Cruz, o portinho da Barra, o portinho do Carapacho, o porto do Afonso, a Folga, todos necessitam de condições ou melhoria de condições próprias ao desenvolvimento das atividades náuticas.

Certamente que estes 25 anos mostram bem o ensejo dos associados do Clube Naval em continuar a desenvolver uma atividade, mesmo vendo passar os anos e não tendo as condições que certamente seriam desejáveis.

Felicitemos também por isso os sócios, os fundadores e aqueles que desenvolvem na Graciosa as atividades náuticas ligadas ao Clube Naval.

Disse.

Presidente: Creio não haver intervenções. Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação também da autoria do Grupo Parlamentar do PS, relativo aos **Resultados obtidos nos Jogos das Ilhas “Sardenha 2012”**

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO CONGRATULAÇÃO

Resultados obtidos nos Jogos das Ilhas “Sardenha 2012”

Os Jogos das ilhas, da responsabilidade do COJI (Comité Organizador dos Jogos das Ilhas), são uma competição desportiva de carácter internacional, que tem como grandes objetivos a promoção do desporto no seio da juventude insular europeia, como fator de integração e de coesão social, sensibilizando-a para os domínios da vida associativa, da solidariedade, do respeito mútuo e da cidadania, bem como a promoção do espírito olímpico entre a juventude, assegurando os princípios fundamentais do “jogo limpo” bem como contribuir para a capacidade de organização de programas de formação e aperfeiçoamento técnico dos desportistas das regiões insulares e ultraperiféricas.

Realizou-se no passado mês de Maio de 2012 na ilha da Sardenha, os XVI Jogos das Ilhas, com a participação das regiões dos Açores, Chipre, Corfu, Córsega, Elba, Jersey, Korkula, Malta, Martinica, Sardenha, Sicília e Wight.

Entre as 12 regiões participantes, a representação açoriana alcançou um honroso 3º lugar na geral, ficando apenas a Sardenha e a Sicília nos lugares cimeiros do pódio.

Foi o melhor registo da seleção dos Açores nos Jogos das Ilhas, conquistando 21 medalhas, 5 de ouro, 6 de prata e 10 de bronze. Destaca-se a equipa de andebol masculino e o ténis de mesa feminino, que alcançaram o 1º lugar nas respetivas competições. Sendo que, as outras modalidades presentes tiveram uma prestação muito positiva, colaborando para a excelente prestação das nossas ilhas nesta competição.

A participação nos Jogos das Ilhas inserem-se num planeamento e preparação a médio e longo prazo dos nossos atletas, para o qual já têm vindo a preparar-se, realizando estágios de preparação nos últimos três anos, esforço este realizado pelos atletas, dirigentes, associações desportivas e famílias, a estes fatores, também não se podem dissociar os investimentos que o Governo Regional dos Açores tem realizado na promoção do desporto e atividade física, assim como, na construção e reabilitação de instalações desportivas por todas as ilhas dos Açores, aumentando a quantidade de atletas federados nas diferentes modalidades desportivas, mas acima de tudo aumentando a qualidade, como se comprova, através dos resultados obtidos pelos nossos atletas nos mais diversos campeonatos nacionais e internacionais em que marcam presença.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Congratulação pelo 3º lugar no geral alcançado nos XVI Jogos das Ilhas “Sardenha 2012”, e que este seja dado conhecimento ao Comité Organizador dos Jogos das Ilhas, à Secretaria Regional de Educação e Formação, às associações desportivas participantes no respetivo evento e aos órgãos de comunicação Social.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2012.

Os Deputados, Berto Messias, Lúcio Rodrigues e Carlos Mendonça

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade os Jogos das Ilhas têm sido, ao longo de vários anos, um importante evento, não só na aproximação de jovens em contextos sócio educativos diferentes, o que promove naturalmente o conhecimento das diferentes regiões, mas essencialmente um excelente meio de promoção do desporto nas camadas jovens, facto que hoje, mais do que nunca, é particularmente importante, dado aquilo que se sabe do papel do desporto, quer seja na formação dos jovens, quer seja na criação de estilos de vida saudáveis.

É também nestes contextos educativos diferentes, onde acontece o jogo, que os nossos jovens, tantos deles, muitas vezes vão aprendendo as regras que não aprenderam em casa, os valores que a sociedade quer e deve promover.

Dessa forma os jogos constituem um importante meio de promoção da cidadania.

Por estas razões, o PSD e o seu Grupo Parlamentar associam-se com muito gosto a este voto.

Presidente: Creio não haver intervenções. Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação também da autoria do Grupo Parlamentar do PS relativo à **Conquista da Medalha de Prata na Taça do Mundo de Lisboa de Judo pelo atleta jorgense Tiago Rodrigues.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista da Medalha de Prata na Taça do Mundo de Lisboa de Judo pelo atleta jorgense Tiago Rodrigues

O Judo é um desporto praticado como arte marcial e cujo principal objetivo é fortalecer de forma integrada as componentes física, mental e espiritual, através do desenvolvimento de técnicas de defesa pessoal.

A modalidade de Judo surge no século XIX, mas é apenas na década de 80 do século passado que, na ilha de São Jorge, se inicia a sua prática.

No ano de 2002, é criado o Judo Clube de São Jorge, clube que tem feito um percurso notável no ensino do Judo na ilha e que nos permite contar, hoje, com um vasto leque de atletas e técnicos jorgenses de excelência. Assentes na máxima “O judoca não se aperfeiçoa para lutar, luta para se aperfeiçoar.”, os nossos atletas têm-se afirmado em várias competições nacionais e internacionais e têm, com o seu trabalho, empenho e dedicação levado o nome dos Açores além-fronteiras.

No dia 28 de Maio do corrente ano, data em que se comemorou o Dia da Região Autónoma dos Açores, o Judo Clube de São Jorge foi agraciado com a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico, como forma de reconhecimento público pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na Ilha de São Jorge.

No passado dia 10 de Maio, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, o atleta jorgense Tiago Rodrigues conquistou mais um importante galardão, a medalha de prata no escalão de -90Kg na Taça Mundial de Lisboa. O atleta venceu três de quatro combates, derrotando nomes internacionais, como o austríaco Max Schirnhofner, o sérvio Nikola Nikolic e o ucraniano Stanislav Retynskyy e perdendo apenas o combate final com o sérvio Aleksandar Kukolj. Esta classificação vem garantir ao atleta jorgense a presença no Campeonato da Europa de Sub23, bem como nos Campeonatos da Europa e do Mundo de 2013. Com a conquista desta medalha de prata, o atleta Tiago Rodrigues honra todos os seus colegas e técnicos, bem como todos os jorgenses e açorianos, e comprova, mais uma vez, o trabalho de excelência que é feito em São Jorge na prática da modalidade de Judo.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no período legislativo de Junho, aprove este Voto de Congratulação pela conquista da Medalha de Prata na Taça do Mundo de Lisboa pelo atleta Tiago Rodrigues.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao atleta Tiago Rodrigues, aos seus colegas, dirigentes e técnicos do Judo Clube de São Jorge, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, Paula Bettencourt e Rogério Veiros

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) **Deputado Abel Moreira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP quer obviamente associar-se a este voto agora apresentado pelo PS.

Gostaria de realçar que este jovem atleta já tinha alcançado o título de campeão nacional de absolutos no passado mês de maio, feito esse que mereceu um Voto de Congratulação do CDS-PP na última sessão legislativa, o que demonstra o potencial deste jovem que certamente irá trazer muita alegria e muitas medalhas a Portugal.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a este voto.

Mais uma vez o desporto foi, e é, neste caso ao mais alto nível, um veículo de promoção da Ilha da S. Jorge, dos Açores, desta Região.

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a este voto felicitando o atleta, aquele que nós, jorgenses, conhecemos pessoalmente, e todos os que aqui estão e trabalham com ele.

De facto, há uma grande dedicação. Os resultados estão à vista e acho que sobre esta matéria não é pecado ficarmos todos muito orgulhosos deste título mais uma vez conquistado, bem descrito no voto lido pela colega Paula Bettencourt e também pelas palavras do colega Abel Moreira.

Portanto, associamo-nos a esse voto e esperamos que no futuro a ilha de S. Jorge e os Açores se possam afirmar, não só pelo desporto, mas já agora a começar pelo desporto.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um **Voto de Protesto** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP relativa ao “**encerramento do serviço de finanças no concelho de Calheta**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

No passado dia 31 de Maio de 2012, sem que nada o fizesse prever e sem aviso prévio, os contribuintes do Concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, viram encerrar o serviço de finanças concelhio.

Tal decisão, avalizada pelo Governo da República, provoca um conjunto de constrangimentos às populações, nomeadamente os habitantes e residentes na zona do Topo, que passam a ter que se deslocar às Velas para resolverem assuntos, muitas vezes, simples, mas urgentes.

O CDS-PP, na primeira hora, condenou veementemente o encerramento deste serviço público no concelho da Calheta, por todos os constrangimentos que ele acarreta para os seus utilizadores, mas essencialmente porque resulta de um processo de reformas cegas que estão a impor na Região sem que primeiro se ouçam as populações, as autarquias locais e os Órgãos de Governo Próprio.

O CDS-PP tem consciência que o País está sob protectorado e refém do cumprimento de um memorando assinado com instâncias internacionais, mas não aceita que sejam as populações sempre as prejudicadas.

Entendemos que o Estado deve manter serviços de proximidade às populações, assim possibilitando-lhes melhores condições de vida, pelo que não compreendemos como é que a política seguida nos últimos anos tem sido precisamente contrária: com sucessivos encerramentos de serviços têm-se criado inúmeros constrangimentos às populações, contribuindo-se para a desertificação de cada vez mais Concelhos e Freguesias.

Tudo isto tem um peso reforçado nos Açores, dadas as nossas especificidades insulares. Os Açorianos já sofrem com a crise e com a insularidade, não precisam que estes factores sejam aumentados por medidas centralistas como esta!

Importa referir que o encerramento do Serviço de Finanças da Calheta não permite quaisquer poupanças ao Estado, pois funcionava num edifício propriedade do próprio Estado.

Aliás, recorde-se que no que toca aos serviços de finanças na ilha de São Jorge, a instabilidade tem sido mais do que muita: primeiro, foi a tentativa da Câmara Municipal das Velas de despejar de instalações municipais o serviço de finanças das Velas; agora, sem aviso prévio, encerram as finanças da Calheta.

Com esta decisão cega e centralista o Estado contribuí para retirar gente à Calheta e provoca um conjunto de problemas aos cidadãos que passam a ter que se deslocar vários quilómetros para resolver um problema.

Não podemos concordar que um Jorgense, residente na zona do Topo, tenha de gastar uma manhã inteira ou uma tarde, para se deslocar ao Serviço de Finanças das Velas, para fazer, a título de exemplo um mero requerimento.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra o encerramento do serviço de Finanças do Concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, por se tratar de uma decisão centralista, que prejudica, e muito, os contribuintes.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças e aos seus Secretários de Estado.

O Deputado Regional, Luís Silveira

Deputados Artur Lima e Abel Moreira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai associar-se ao protesto pelo encerramento de Finanças da Calheta, na Ilha de S. Jorge, mas não posso deixar de trazer aqui ao Plenário a seguinte questão:

Depois da Repartição de Finanças da Calheta vai seguir-se um conjunto de encerramentos de repartições de finanças por todas as ilhas dos Açores.

Aliás, no princípio de abril deste ano, tive oportunidade de chamar a atenção para uma enorme lista de repartições de finanças que se prevê que venham a encerrar em todas as ilhas da Região.

A questão que a Representação Parlamentar do PCP quer colocar aqui é a seguinte:

A Região só se vai pronunciar e protestar pelo encerramento de repartições de finanças, ou, pelo contrário, vai tomar alguma iniciativa para que outras repartições finanças não venham a encerrar?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A lista é longa e eu até passaria a lê-la: Calheta de S. Jorge, Santa Cruz da Graciosa, Velas, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores, Lagoa, Nordeste, Povoação, Vila Franca do Campo e Vila do Porto.

Gostaria de saber é se depois vimos para aqui derramar “lágrimas de crocodilo” pelo facto de o poder central – o Governo Central, o Governo da República constituído pelo CDS/PP e pelo PSD – encerrar serviços públicos que são competência do Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos associarmo-nos a este Voto de Protesto, porque estamos contra o Governo da República, seja em que altura for.

Deputado Francisco César (PS): O senhor acredita que sim!

(Risos do Deputado Berto Messias)

O Orador: Somos coerentes.

O Sr. Líder Parlamentar do PS está a sorrir amarelo. A seguir ao voto do PS eu já lhe mostro, nalguns documentos, o que é coerência.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Eu percebo que não é fácil fazer esse papel!

O Orador: Eu não queria deixar de registar, por uma questão de lealdade parlamentar, na sequência da apresentação do Voto de Protesto apresentado pelo CDS-PP, que o Grupo Parlamentar do PSD se ia levantar e dizer que concorda e vai votar a favor.

Sobre os argumentos e sobre os apartes do Sr. Deputado Berto Messias, daqui a trinta segundos já lhe faço chegar à mão o que é coerência, quando eu digo que estamos sempre contra quando o Estado nos quer fechar os serviços.

Deputado Berto Messias (PS): Não se incomode! Esta bancada não precisa de lições de coerência do PSD!

O Orador: Vamos associar-nos a este voto e reservo o resto da intervenção para depois do voto do PS.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Protesto, desta feita da autoria do Grupo Parlamentar do PS e creio que com o mesmo objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma peça legislativa!

Deputado Mark Marques (PSD): Também é!

Acabou de chegar e já está incomodado!

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

É dever do Estado atender ao interesse público, satisfazendo o comando decorrente dos atos normativos. A Direcção-Geral dos Impostos tem como missão implementar e gerir uma relação inteligente entre o Estado e o Contribuinte, orientada para uma aproximação cada vez maior da Administração Fiscal ao cidadão.

No concelho da Calheta existia em funcionamento, até ao final do passado mês de Maio, uma Repartição de Finanças, serviço fundamental para todos os calhetenses. Num concelho que é extenso, sem a existência deste serviço, a população terá de deslocar-se ao serviço sediado no concelho vizinho, numa viagem de duas horas para quem mora na zona do Topo, e sem serem sequer ponderadas as especificidades de uma ilha com mais de 60 km de comprimento, com uma orografia muito sinuosa e sem grande oferta de transportes públicos.

O edifício onde funcionava a repartição de finanças, no concelho da Calheta, pertence ao Estado. É o único na ilha construído para esse efeito, situando-se ao centro da ilha. A falta de funcionários poderia ser ultrapassada, provisoriamente, pela deslocação de funcionários de outras repartições, mas o

Governo da República preferiu prejudicar a população deste concelho encerrando, alegadamente, temporariamente este serviço.

Este encerramento não só não se encontra explicado, como afasta a autoridade tributária dos cidadãos e provoca desigualdades que o Estado deveria combater. Ao encerrar, secretamente, o Serviço de Finanças, o Ministério das Finanças não está apenas a negar o acesso real e efetivo dos calhetenses à administração tributária. Está, também, a promover o empobrecimento e a desertificação deste concelho.

A população tomou conhecimento desta decisão, já os serviços estavam a ser esvaziados de equipamentos, móveis e documentação. Lamentavelmente, esta operação foi feita de forma furtiva.

De imediato e de forma espontânea a população organizou uma manifestação, junto à repartição, durante a qual foi feita uma reunião, da qual também participei enquanto deputado regional, com representantes do poder local, os representantes das Repartições de Finanças de São Jorge e o Diretor de Finanças dos Açores. Nesta reunião foram apresentadas, pelos locais, as razões do sentimento de revolta da população e solicitados esclarecimentos sobre esta matéria.

A única razão apresentada pelos representantes das finanças foi a falta de recursos humanos. Durante a reunião ninguém abordou qualquer data para a eventual reabertura deste serviço.

Lamentavelmente, após a reunião e em declarações públicas aos Órgãos de Comunicação Social, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta, contrariando o que se passou na reunião, anunciou que em conversa com a líder regional do PSD já tinha acordado a reabertura deste serviço após Outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Ao que isto chegou!

O Orador: Esta declaração é grave, porque sendo um serviço da responsabilidade do Governo da República, como podem os líderes do PSD dar esta garantia? Ou a Dra. Berta Cabral está a ser enganada ou engana os açorianos, deixando as pessoas reféns de uma chantagem, vergonhosa e pouco própria de um partido com a história do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Está a decorrer uma Petição à Assembleia da Republica. É um ato de cidadania que todos devemos encorajar, pois este acontecimento é lesivo dos interesses e dos direitos dos cidadãos e face a uma situação destas, o povo deve demonstrar a sua indignação e protestar de acordo com os poderes que a Constituição da República lhe concede.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este voto de protesto, alicerçado na forma como os calhetenses e os açorianos em geral, estão a ser lesados e discriminados, por uma decisão do Governo da Republica sem fundamentação, injusta e lesiva dos direitos dos contribuintes.

Protestamos, também, contra a forma como este processo foi conduzido, encerrando-se um serviço do Estado sem o conhecimento dos órgãos de poder regional e local, ou da população. De forma degradante e desrespeitadora da dignidade dos cidadãos, retiraram-se equipamentos e documentos com a repartição em pleno funcionamento, obrigando mesmo os contribuintes a desocuparem algum mobiliário utilizado durante o atendimento.

O Partido Socialista repudia esta política profundamente discriminatória e de desresponsabilização do Estado que, além de lesiva dos direitos dos cidadãos, promove desigualdades profundas e o abandono das populações mais isoladas.

Do presente voto deverá dar-se conhecimento à Assembleia da Republica, Presidente da Republica, Ministro das Finanças, aos órgãos de poder local do concelho da Calheta e à população.

Horta, 12 de junho de 2012.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Berto Messias e Rogério Veiros

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE vai associar-se às razões induzidas para este Voto de Protesto do PS, por três ordens de razões:

Primeira razão: nós consideramos que encerrar o Serviço de Finanças do Concelho da Calheta sem que se vislumbre na realidade as razões objetivas desse encerramento (razões economicistas não são, porque o edifício pertence ao Estado; razões de recursos humanos não são, porque eles existem e podem ser transferidos de um local para outro, não há nenhuma razão objetiva), a decisão, em si mesma, é inaceitável.

Segunda ordem de razão: a forma furtiva, clandestina, à revelia das populações e das autoridades municipais é uma vergonha para o Estado e para o Governo da República.

É vergonhoso que em plena democracia, no nosso País, as coisas se façam desta maneira, como se fosse um grupo de guerrilha que vai tomar uma decisão e cometer uma ação que, se calhar os próprios o reconhecem, está à margem da lei.

Vai também aprová-lo por uma terceira ordem de razão.

O BE considera que aproveitar este episódio que penaliza as populações deste concelho para com ele fazer política eleitoral, campanha eleitoral, prometendo para outubro aquilo que é hoje (que faz falta às pessoas), um direito destas populações, é absolutamente inqualificável.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai associar-se ao protesto e vai associar-se numa linha de coerência.

Estamos contra o Governo da República, seja de que cor for, quando os superiores interesses dos Açores estão em causa e estamos contra o Governo Regional quando isso acontece.

Deputado Berto Messias (PS): Então está contra a sua líder!

Deputado José San-Bento (PS): É triste!

O Orador: É, Sr. Deputado San-Bento! O que vou ler a seguir é muito triste para si, porque estava sentado aí.

Em 2008 apresentámos um Voto de Protesto, que o PS chumbou, quando o Governo da República previa no PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), o encerramento de dez repartições de finanças. Os senhores votaram contra!

Deputado Berto Messias (PS): Quantas é que encerraram?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sejam ao menos coerentes!

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: Está aqui o Voto de Protesto. Os senhores votaram contra. Isto é que se chama coerência.

Srs. Deputados, vir agora aqui cavalgar num assunto ...

Deputado Berto Messias (PS): Quantas é que encerraram?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Deputado Mark Marques.

O Orador: Peço desculpa pelo desassossego que estou a causar na bancada do PS, mas a verdade é esta. Não tenho culpa. Isto são consequências das vossas ações num passado recente. Os senhores têm um passado longínquo, mas isto é de um passado recente.

Eu percebo que queiram cavalgar no assunto do Governo da República, mas a verdade é que a repartição de finanças não está encerrada.

O Sr. Deputado Rogério Veiros não me apresenta documento nenhum, e ainda bem que não consegue encontrar, porque eu também não o queria ver, em que diz que a repartição de finanças é para fechar.

A porta está fechada à míngua e eu vou explicar o termo “míngua”.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas está encerrada ou fechada!

O Orador: Está fechada! A porta está fechada à míngua.

O Sr. Deputado Luís Silveira, no seu voto de protesto, que não sei se o Sr. Deputado Rogério Veiros leu, referiu que este bem dito PRACE também referia que queria fechar algumas repartições de finanças, nomeadamente em S. Jorge.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal das Velas, de então, quis libertar o espaço que tinha e disse às Finanças que tinham que sair.

Essa foi uma situação que efetivamente votámos contra, nós, Grupo Municipal do PSD, nós Grupo Parlamentar. De facto, isso não aconteceu. De facto houve uma decisão sobre essa matéria.

Como somos um partido e não somos apenas um partido de protesto (o PS agora protesta por tudo e por nada e o Sr. Deputado Berto Messias já está muito incomodado com a proposta para o Projeto de Resolução que deu entrada), ...

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim!

O Orador: ... protestamos, pelas seguintes ordens de razão:

Primeiro: nós somos coerentes;

Segundo: nós somos consequentes, apresentamos uma Proposta de Resolução.

De facto, ouvi algumas declarações do PS, nomeadamente do Deputado Rogério Veiros, que eu quero concordar, que foi, nós temos que nos unir todos à volta desta causa.

Deputado Berto Messias (PS): É uma peça legislativa!

O Orador: Unir à volta desta causa não é tentar arranjar um culpado e dizer “eu não tenho nada a ver com isso”.

Nós, aqui, temos que estar todos à volta da mesma questão.

Eu percebo que queiram desviar as atenções para o Governo da República e quando o Governo da República tiver culpa, nós somos os primeiros a estar lá.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ó senhor, quem fechou foi o Governo da República, ainda não percebeu?

O Orador: Queria fazer uma nota no seu texto, Sr. Deputado Rogério Veiros, quando refere que esteve presente na reunião nas finanças juntamente com os populares.

Presidente: Agradecia que abreviasse.

O Orador: Termina já.

Queria esclarecer isto, porque até nem é uma crítica. Queria prestar-lhe aqui um parêntesis de lealdade política da sua parte.

Não estive presente na reunião com os populares porque estava, como Presidente da Casa de Repouso, a receber o Dr. Vasco Cordeiro, com muito gosto, por isso não pude ir à reunião.

Eu sei que o Sr. Deputado, publicamente, disse aos que lá estavam presentes que o Deputado Mark Marques não estava presente, porque estava a receber o candidato.

Quero publicamente agradecer essa lealdade política, porque também fica bem. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS como é óbvio vai votar favoravelmente este voto de protesto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se fosse o Governo da República PS votariam contra!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não faria uma coisa dessas!

Presidente: Vamos prosseguir.

O Orador: Vai fazê-lo como fizemos imediatamente quando tivemos conhecimento do encerramento do Serviço de Finanças na Calheta.

O CDS independentemente de fazer parte, ou não, do Governo da República, não se inibiu de criticar fortemente esta postura e esta decisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chama-se autonomia!

O Orador: Fê-lo antes de acontecer a reunião que foi aqui salientada pelo Deputado Rogério Veiros no seu voto.

Fê-lo, como acabámos de dizer e não nos inibimos de criticar aquelas que são as medidas centralistas do Governo da República.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não foi isso!

O Orador: Agora, em boa verdade é preciso dizer-se o seguinte:

De facto, somos contra o encerramento deste Serviço de Finanças como de outro qualquer na Região, como somos contra encerrar-se escolas, encerrar-se cooperativas ou encerrar-se seja o que for nas nossas freguesias ou nos nossos concelhos, que levam sempre a que se vá criar mais desertificação e menos

serviços de proximidade às populações, quer seja o Governo Regional dos Açores, quer seja o Governo Central.

Em relação a essa reunião que foi mantida com o Sr. Diretor Regional de Finanças, com alguns órgãos do poder local e o Sr. Deputado Rogério Veiros, que esteve presente, permita-me frontalmente dizer-lhe que não gostei e que acho que não foi correto, nem leal da sua parte, dizer às pessoas que os outros Deputados dos outros partidos, nomeadamente o Deputado do CDS-PP, Luís Silveira, não estavam naquela reunião, não apareceram na manifestação, porque são do Governo da República, porque estão a favor daquele encerramento. Fugiram!

Foi isso que me foi transmitido, não sei se corresponde ou não à verdade.

Deputada Zuraida Soares (BE): O Deputado Mark Marques disse o contrário!

O Orador: Se é verdade, lamento que assim seja, porque eu tive oportunidade de dizer a algumas pessoas, posteriormente a essa reunião, que não estava a receber o Dr. Vasco Cordeiro, mas estava em trabalhos parlamentares, estava a dar uma conferência de imprensa, em relação a essa matéria, à comunicação social, ainda antes de saber que iria haver a reunião.

Não posso ir a uma reunião que não sei que vai acontecer, que não fui convocado, nem tão pouco sabia que ia haver uma manifestação.

Portanto, o Sr. Deputado Rogério Veiros tem o mérito, neste caso, de viver na Calheta, de estar a passos do Serviço de Finanças e porventura teve conhecimento e pôde estar presente.

Ainda bem que esteve e ainda bem que esteve um Deputado Regional. Se estivessem mais, era bom, mas acho que um é suficiente para defender os Açores e defender o Serviço de Finanças da Calheta.

Não me inibo de criticar. Só não estive lá, porque não tive conhecimento e acho que foi pouco ético e mau dizer-se que não estavam outros Deputados porque não quiseram dar a cara e não quiseram defender aquele Serviço de Finanças.

Da minha parte não estive porque não tive conhecimento e porque não sabia, mas a prova que não me inibo de criticar esta postura é que, antes desta reunião, já estávamos na comunicação social e ficou um comunicado na rua. É uma

questão da comunicação social dizer a que horas recebeu o comunicado nos seus e-mails.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, face às declarações do Sr. Deputado Mark Marques, dizendo que o PS agora é um partido de protesto e que protesta por tudo e por nada, não!

O PS protesta na defesa da autonomia, na defesa dos açorianos e contra qualquer governo centralista que mantenha políticas centralistas como estas que estamos a assistir ultimamente, no ataque a direitos de autonomia e à conquista que os açorianos fizeram nos últimos anos.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não era centralista em 2007!

O Orador: Depois gostaria de lhe dizer que efetivamente há muito tempo que tínhamos o PRACE e muitas outras matérias, mas o PS soube, ao longo dos tempos, defender os Açores e defender a manutenção de serviços do Estado que foram e são essenciais. São um serviço da responsabilidade do Estado para com os cidadãos.

Relativamente à matéria da lealdade, eu queria aqui dizer que sou leal, correto e frontal e da mesma forma que fui leal com o Sr. Deputado Mark Marques, fui igualmente leal com o Sr. Deputado Luís Silveira, porque a informação que o senhor tem não é a correta e posso depois passar a explicar-lhe essa matéria.

O que importa aqui é que estejamos todos unidos na defesa de uma injustiça grave com a população do concelho da Calheta.

Deputado João Costa (PSD): Nota-se a sua preocupação!

O Orador: É grave que a um contribuinte que esteja a pagar os seus impostos, um funcionário lhe diga: “desocupe a cadeira, porque nós vamos encerrar esta Repartição e vamos levá-la para outro local”.

É grave o sentimento de revolta que a população local sente em relação a esta atitude, que não tem qualquer classificação possível naquilo que este Governo

Central e este Governo da República fez em relação ao encerramento da Repartição de Finanças do concelho da Calheta.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): E o anterior? O anterior abriu a repartição de finanças!!!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai associar-se a este Voto de Protesto, mas julgo ser importante fazer aqui uma ou duas considerações sobre a forma como este assunto tem sido tratado.

Desde logo, o facto do aproveitamento eleitoral que foi feito relativamente a esta questão e que me parece até degradante a forma como ele foi abordado.

O voto é apresentado pelo PS, mas há aqui uma questão que importa colocar ao PS e tem a ver com o seguinte:

Se é verdade que há aqui uma clara ofensiva contra a autonomia dos Açores e que também se revela pelo encerramento de Serviços de Estado na Região (os exemplos são muitos, estamos a falar de repartições de finanças), a verdade é que o Governo Regional e o PS têm, por inércia, sido aliados do Governo da República, do Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas.

Isso é bom que fique claro para todas as açorianas e todos os açorianos.

A verdade é esta e vou repetir a lista das Repartições de Finanças que estão previstas para serem encerradas na RAA: Calheta de São Jorge, Santa Cruz da Graciosa, Velas, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores, Lagoa, Nordeste, Povoação, Vila Franca do Campo e Vila do Porto.

Não são dez! São treze Repartições de Finanças!

Deputado Mark Marques (PSD): E a ilha de São Jorge fica sem nenhuma, pelas suas contas!

O Orador: Se repararem a atitude é olhar para a antiga divisão administrativa e manter Repartições de Finanças nos três ex-distritos ou nas ilhas onde estavam as sedes dos três ex-distritos.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não sabe o que é Calheta e Velas!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto é muito grave! Espero que quer da parte do PS, quer do PSD, quer do CDS/PP se faça alguma coisa e que não se venha para aqui apenas protestar-se contra a política centralista do Estado e contra o encerramento de serviços do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a seguir vamos entrar nas declarações políticas, mas talvez fosse esta altura para fazermos o nosso intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 e 45 minutos com as declarações políticas.

Até já.

Eram 11 horas e 17 minutos

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 57 minutos

Vamos reiniciá-los com uma declaração política de acordo com o acertado em Conferência de Líderes, que é do Grupo Parlamentar do PS, a quem dou a palavra, mais concretamente ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos tempos temos assistido a um conjunto de episódios que deve preocupar todos os Açorianos.

Esta preocupação deriva do facto de se tratar de casos que interferem diretamente com instituições de grande importância para a nossa Região, tanto pelo património histórico que representam, como pela relevância que continuam a ter nos Açores e, também, pelo facto de se tratar de matérias relacionadas como o dia-a-dia dos Açorianos, que têm, obviamente, direito a dispor de serviços do Estado, pelo menos, nas mesmas condições de qualquer outro português.

Temos assistido a uma desresponsabilização do Governo da República sobre os serviços do Estado na Região.

A situação da Universidade dos Açores, a RTP/Açores, o novo mapa autárquico, o encerramento dos Serviços de Finanças da Calheta, os Tribunais da Povoação e Nordeste, o cabo de fibra óptica para o Grupo Ocidental ou o financiamento da formação dos elementos da Polícia de Segurança Pública nos Açores constituem alguns desses exemplos mais recentes da total desresponsabilização e insensibilidade do Governo da República relativamente a serviços que tem a obrigação de assegurar, respeitando e percebendo as nossas especificidades.

Parece que há uma vontade de alguns sectores do Governo da República de nos asfixiar financeiramente para nos condicionar ou enfraquecer politicamente.

Nós percebemos, naturalmente, o esforço de contenção e de equilíbrio das nossas contas públicas que tem de ser feito.

Deputado João Costa (PSD): É da vossa responsabilidade!

O Orador: Temos, aliás, trabalhado, empenhada e ativamente, para esse equilíbrio das contas do nosso país, o que tem sido reconhecido por varias

instituições internacionais, em absoluto contraponto com o que se passa na outra Região Autónoma do nosso País.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Mas isso não pode ser feito a qualquer custo. As supostas reformas que estão a ser feitas não podem ser abordadas nos Açores da mesma forma que são abordadas no Continente ou até mesmo na Madeira.

Deve imperar o respeito e a compreensão pelas nossas especificidades e pelas dificuldades que daí resultam.

Nós não somos portugueses de segunda e exigimos o mesmo tratamento que qualquer outro português.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista e o Governo Regional têm promovido sempre o diálogo institucional necessário e importante com o Governo da República. Independentemente do Partido que governa o país, sempre assim foi e sempre assim será com o Governo do Partido Socialista nos Açores. Mas não podemos aceitar esta vontade de uma espécie de desmantelamento das funções de soberania que o Estado tem na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Como têm feito até agora!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Se os senhores não querem resolver, alguém tem que fazer!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os primeiros sinais chegaram pela boca do senhor Ministro Miguel Relvas com a teoria que a RTP/Açores custava demais ao Estado.

Perante isso, passou recentemente a uma mera “janela”, sem se ouvir os órgãos de governo próprio, sem se apresentar qualquer número que justificasse esta decisão, sem se explicar aos Açorianos ou mesmo aos trabalhadores os supostos méritos desta decisão unilateral e totalitária.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E assim, sem ser devidamente explicado ou sequer justificado, acaba-se com um canal de televisão, enquanto tal, e reduz-se a RTP/Açores a uma condição humilhante de “janela”.

Esta estratégia de desresponsabilização e insensibilidade do que deve ser o Estado nos Açores aplicou-se, também, à Universidade dos Açores, deixada pelo Governo da República a uma situação de quase abandono, com redução de financiamento que nem teve em conta que esta instituição, pela sua necessária tripolaridade, não é igual às restantes instituições de Ensino Superior nacionais. Também aqui não se quis perceber os Açores e a Autonomia. Não se fez o mínimo esforço para isso e teve de ser o Governo Regional a substituir-se ao Governo da República em significativos apoios aos investimentos.

Não deixamos cair o que é nosso e é importante para os Açores.

Por isso, o Governo Regional está disposto a assegurar um financiamento, por via dos seus fundos comunitários, à Universidade dos Açores em mais 1,5 milhões de euros.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Esta não pode, porém, ser a regra. O Governo Regional não pode, nem deve, ser um substituto de tudo o que os centralistas de Lisboa acham que é despesismo e que consideram que os Açorianos podem muito bem prescindir. Até já houve um senhor Ministro que, do alto do seu desconhecimento e desconsideração pela Autonomia, até queria que fosse a Região a pagar a formação dos agentes da PSP que prestam serviço no arquipélago.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade! Está equivocado!

O Orador: Esta postura é seguida também na reforma do mapa judiciário.

Se a anteproposta previa o encerramento do Tribunal do Nordeste, a proposta intercalar foi mais longe e até já quer o fecho dos Tribunais do Nordeste e Povoação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não é mais nem menos do que deixar toda a zona nascente de São Miguel sem qualquer acesso a serviços de Justiça, um dos pilares fundamentais do Estado de Direito e da vida colectiva de uma sociedade, numa decisão que é contraditória porque, por um lado não representa qualquer poupança significativa para o Estado, e, por outro, torna a Justiça menos célere e menos eficaz, precisamente o caminho oposto do que é necessário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também, recentemente, as Finanças da Calheta não escaparam à ânsia de encerramento de serviços, mesmo contra a vontade do povo e sem qualquer debate prévio e sem que a alegada poupança fique provada.

E não podemos deixar de referir que, aliado a este episódio do encerramento das finanças da Calheta, que repudiamos, foi lamentável ver o Presidente do Município local do PSD a tentar inverter o que estava bem evidente aos olhos do povo, que tinha garantias da candidata do PSD/Açores que, em Outubro, tudo se resolveria as custas do Orçamento Regional, quando é o seu próprio partido que manda encerrar o Serviço de Finanças.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em política não vale tudo. Esta tentativa de ludibriar os Calhetenses e os Açorianos não é aceitável, mas é bem demonstrativa de uma postura caciqueira e irresponsável em alguns sectores deste partido, que envergonha a história do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Acreditamos que os Açorianos não se deixarão enganar.

Tendo em conta a forma furtiva como foi feito este encerramento, exigimos saber, queremos que o Governo da República explique quais são as suas reais intenções relativamente aos outros serviços de finanças nos Açores.

Exigimos saber aquelas que são as pretensões do Governo da República, relativamente aos serviços de finanças nos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por que é que temos um governo?

Deputado João Costa (PSD): Certamente está a dirigir-se à bancada do Governo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Governem!

Deputada Catarina Furtado (PS): Tenham calma!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A gravidade destes episódios é que todo este trabalho técnico é validado por Ministros sem qualquer sensibilidade para o que é viver nos Açores, que conhecem melhor o Canadá e Bruxelas do que as nossas ilhas, que

desconhecem as competências dos Açores e que nunca leram o nosso Estatuto Político- Administrativo.

Estamos, assim, a viver um dos momentos mais altos do centralismo. Um centralismo que não é só de desrespeito pelas competências próprias dos órgãos de governo próprio, mas que estende os seus efeitos nefastos à vida dos Açorianos.

Limitar a emissão da RTP/Açores é enfraquecer um elo de ligação fundamental entre as nossas nove ilhas.

Sufocar financeiramente a Universidade é coarctar o funcionamento pleno de uma instituição essencial para a formação de quadros e de produção de conhecimento e inovação nos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que o Governo faz?

Não faz! Protesta! Vem para aqui e faz discursos! Mexam-se!

O Orador: Fechar Finanças e Tribunais é retirar o acesso às populações de serviços de proximidade do Estado, apenas com critérios economicistas e com a total ausência de conhecimento geográfico e social da Região.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Os Açores estão, assim, a sofrer os efeitos de uma governação centralista, em que as colunas da despesa têm mais importância do que a vida e o bem-estar das pessoas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É esta visão redutora e centralista que exige que todos os partidos se unam a uma só voz na defesa dos interesses dos Açorianos.

Não é aceitável que se esteja permanentemente a culpabilizar o passado recente da vida política nacional para não discutir, de forma séria, estas questões e para escamotear a responsabilidade partidária que se tem nestas medidas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): 86 mil milhões!

O Orador: Não é aceitável apresentar propostas e mesmo iniciativas parlamentares que não propõem nada, não concretizam nada, são incipientes e

servem, apenas, como manobras de diversão para tentar enganar os Açorianos,
...

Deputado João Costa (PSD): Qual foi a vossa iniciativa? Um voto de protesto!
O senhor está a falar do vosso voto de protesto!

O Orador: ... para ficar bem perante o partido em Lisboa e para ser conivente e cúmplice dos interesses de Lisboa como, aliás, tem feito o PSD/Açores e a sua candidata às próximas eleições regionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

As contradições e os silêncios cúmplices do PSD Açores têm sido bem evidentes, o que aliás não nos surpreende.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

O Orador: Recorde-se que a Dra. Berta Cabral foi a mandatária do Dr. Pedro Passos Coelho nas eleições internas do PSD e por isso uma procuradora do Dr. Passos Coelho na região e uma convicta apoiante das suas políticas.

Deputado João Costa (PSD): As fotografias do Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizem muita coisa!

O Orador: Recorde-se também a frase proferida pela candidata do PSD em Maio de 2011, afirmava que “Pedro Passos Coelho é o Primeiro-Ministro que Portugal precisa e que os Açores merecem”.

Como se os Açorianos merecessem todos estes cortes!

Desde então, não mostrou qualquer sinal de arrependimento por estas afirmações que são, diariamente, desmentidas pelo esvaziamento do Estado nos Açores e pelas duríssimas medidas que estão a tornar mais dura a vida dos açorianos.

Não bastam, assim, declarações de intenções, ou soluções avulsas apenas para controlo dos danos que Lisboa quer provocar.

Nenhum partido pode ir a eleições já em Outubro, apresentar propostas aos Açorianos e reivindicar os interesses da nossa Região, se não lutar contra este desmantelamento encetado pelo Governo da República, de forma séria e

convicta, como aliás têm feito a maioria dos partidos com assento nesta casa e até, caso inédito nos partidos da coligação da República, o CDS-PP que apesar de integrar o governo tem tido, na maioria dos casos e até ao momento, a responsabilidade de afirmar os nossos interesses acima dos interesses partidários.

Pela parte do PS/Açores, estaremos sempre na primeira linha da denúncia e da luta contra estas injustiças nunca explicadas, nunca fundamentadas e sempre unilaterais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Não podemos deixar que as mentes centralistas e os péssimos exemplos que o Governo da Madeira têm dado ao País possam servir de desculpa para abalar direitos conquistados por sucessivas gerações de açorianas e açorianos.

A defesa da nossa terra e dos nossos interesses é a nossa motivação primeira.

Neste desígnio não podem existir receios, recuos ou meias palavras.

Não se pode tentar passar pelos pingos da chuva.

Exige-se responsabilidade, firmeza e coragem na defesa dos nossos interesses.

É isso que faremos, em defesa dos Açores e dos nossos concidadãos.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

As regras deste debate são por de mais conhecidas. Cada Grupo e Representação Parlamentar e o Governo podem intervir por uma vez por cinco minutos; as Representações Parlamentares por três, encerrando o declarante com direito a cinco minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à declaração política que o PS nos trouxe aqui, pela voz do Presidente do Grupo Parlamentar, queria começar por dizer ao Sr. Deputado Berto Messias e ao Grupo Parlamentar do PS “bem-vindos à luta, contra a ofensiva que o Governo da República tem em curso contra a autonomia açoriana!”

Bem-vindos!

Esta ofensiva que, de facto, existe, e sentimos contra a autonomia, visa o asfixiamento financeiro da Região por via da tentativa de tentar passar responsabilidades e competências, que são do Estado, para a esfera da Região.

É ainda muito mais grave, porque, no fundo, aquilo que pretende é enfraquecer o estado democrático, o estado democrático que construímos com a revolução de 25 de Abril. Veja-se também o profundo ataque que está desencadeado contra o poder local através da chamada reforma administrativa.

Isto não visa mais do que enfraquecer o estado democrático.

Pelos vistos, para o Governo do PSD e do CDS-PP, é democracia a mais. Mas não é democracia a mais, o que precisamos, de facto, é de democracia e que o estado de direito funcione sem interpretações abusivas e decisões completamente fora do contexto constitucional e legal que rege o funcionamento do Estado Português.

Relativamente a esta ofensiva importa aqui dizer que o Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas, na sua atitude centralista e na sua ofensiva contra o estado democrático, contra a autonomia açoriana, encontra aqui na Região fortes aliados, desde logo, o PS e o Governo do PS, pela inércia que têm demonstrado face a este ataque.

Por outro lado, o PSD, através da sua líder e das promessas eleitorais da sua líder, tem vindo a assumir, como competência da Região, se vier a formar Governo, competências que são do Estado.

Aliás, e relativamente às promessas eleitorais do PSD, se elas fossem para cumprir, certamente não chegariam dois ou três orçamentos da Região para que elas fossem cumpridas.

O CDS-PP é mais promessa, tentando passar incólume, para que as açorianas e açorianos não percebam que também ele faz parte do Governo da República.

O CDS-PP também tem responsabilidades neste ataque que está a ser feito à autonomia e ao estado democrático.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Portanto, é bom que se clarifiquem e se separem águas: quem é que está com a autonomia; quem é que está com a democracia e quem é que não está.

É bom, e nessa perspectiva a declaração política que o PS nos trouxe aqui acaba por ser um contributo importante, do debate que se vai seguir.

Esperemos que assim seja, para que se clarifique de uma vez por todas quem é que está ao lado do povo açoriano, quem é que defende a autonomia açoriana, quem é que defende o estado democrático ou quem, por omissão ou por assunção clara das políticas da República, está ou não ao lado do povo açoriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve para fazer associar o Governo a este debate que se iniciou com uma declaração política brilhante do Sr. Deputado Berto Messias,

...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Menos uma coisinha!

O Orador: ... “pondo o dedo na ferida”, trazendo no momento certo a matéria certa que mais preocupa os açorianos nesta altura.

De facto, nós Governo Regional, no cumprimento das nossas obrigações e competências, temos sido um Governo de protesto, neste âmbito de ação e propositura, quando é preciso, com toda a normalidade, assente num partido que também assume, quando é preciso, funções de protesto.

Tudo isso é natural e temos comprovações de uma e outra forma de atuar.

Em relação à capacidade de ação e propositura, foi graças ao envolvimento, à diligência, à participação ativa, ao empenhamento do Governo Regional que,

por exemplo assunto tão importante e que há tanto tempo se arrastava, como a questão do cabo de fibra ótica, se pode resolver num contexto em que o Governo da República se demitiu do processo, deixou de ter qualquer intenção de executar o processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse não é o melhor exemplo!

O Orador: Nós assumimos o processo e ele aí está. Conseguimos chegar a um acordo, porque fomos capazes de o promover e de o garantir.

O mesmo se passa na Universidade. A solução que se encontrou agora, nesta fase de contingência para a Universidade dos Açores, não é, do nosso ponto de vista, a solução ideal.

É uma solução condicionada ao contexto atual, mas foi por nossa ação, foi por nossa disponibilidade e pelo nosso empenho, cumprindo as nossas obrigações (porque é assim que nós entendemos), que a Universidade ganhou algum fôlego nesta fase, para fazer face a uma indiferença absoluta da sua tutela política, que é o Governo da República, que mais uma vez abandonou decididamente a Universidade dos Açores. Não se preocupa, nem faz um esforço para resolver o problema. Pura e simplesmente abandona a Universidade dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Demagogia!

O Orador: Portanto, há aqui um padrão que se aplica a estes dois casos, mas também se aplica a outros: é o mesmo Governo que fecha uma Repartição de Finanças de um dia para o outro sem explicação, sem aviso prévio, sem nenhum tipo de consideração. Abandona as Finanças na Calheta, em S. Jorge, e não se preocupa em explicar. O problema é este Srs. Deputados.

Este Governo Regional, ou os Governos Regionais do PS, já passaram por fases de um maior pendor centralista da atuação do Governo da República, quando o Governo era do PS, e muitas vezes protestámos por esse facto e tentámos resolver alguns assuntos lutando contra o nosso próprio partido, mas nunca passámos por uma fase como agora.

Agora fecha-se, cala-se, corta-se, não se explica. É um total abandono sem necessidade nenhuma de haver justificação, porque a justificação base, fundamental, é sempre a mesma: o País não tem dinheiro.

Como o País não tem dinheiro, abandona-se os Açores, abandona-se os açorianos, abandonam-se os serviços da República nos Açores.

Não se justifica, corta-se, fecha-se e os açorianos que arranjem maneira de resolver os seus problemas.

Portanto, estamos aqui nessa dupla função, assumindo-a plenamente: de protesto quando esse protesto deve ser feito; de defesa dos interesses dos açorianos, de procura soluções. Não temos nenhuma dúvida sobre isso.

O que nunca seremos, nem o partido que suporta o Governo nem o Governo, é um partido ou um Governo tapete daqueles que varrem para baixo os problemas ou daqueles que deixem que lhes passem por cima.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso nunca seremos. Não seremos nunca parte desse processo deixando que ou varram pó para baixo de nós, ou nos passem por cima ou por cima dos interesses dos açorianos.

Portanto, assumimos essa missão, porque é disso que se trata. Fazemo-lo com toda a convicção, com resultados por vezes; outras vezes com maiores dificuldades em garantir que os direitos dos açorianos sejam respeitados, mas sempre com essa força, essa vontade e esse empenho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Há mais um pormenor ou dois que gostava de deixar, procurando respeitar o tempo que me é cometido: a questão financeira, a questão da contenção, a necessidade de respeito pelos limites do défice.

Se essa é de facto a questão, se não há mais nada de centralista nestas várias tomadas de posição do Governo da República, então como é que se explica que, por exemplo, no caso da RTP, o Governo da República queira diminuir a sua participação financeira, mas queira ao mesmo tempo que a Região aumente a sua?

Na prática, somados os dados, dá um gasto do Estado exatamente igual,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... o que para Troika não significa nada de especial.

A Troika não quer saber se é o Governo da República, se é o Governo Regional que investe o dinheiro. Não interessa nada a quem controla a nossa dívida saber se a dívida vem da República, se vem da Região. Interessa é o montante global da dívida.

O que se está a passar no caso da RTP Açores, por pressão e ação política desastrosa do Ministro Miguel Relvas, é a transferência da dívida da República para a Região, sem que o País ganhe absolutamente nada com isso.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isto não é, meus senhores, conter a dívida!

Isto não é uma preocupação de controlo do défice!

Isto é, pura e simplesmente, dizer à Troika: “aqueles senhores dos Açores é que são os culpados e passam a ser os responsáveis por aquela parcela de dinheiro”.

Isso tem um nome. É muito mais grave do que propriamente uma preocupação obstinada com a contenção.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino.

Há mais outro exemplo.

No caso do Tribunal do Nordeste atuámos prontamente.

Na altura tive oportunidade, logo imediatamente a se conhecer a intenção, de transmitir a preocupação do Governo Regional à Sra. Ministra da Justiça.

O Sr. Secretário de Estado da tutela esteve nos Açores pouco depois, reuniu com o Sr. Presidente do Governo e assumiu um compromisso público de rever a decisão relativa ao encerramento do Tribunal do Nordeste, alegando que percebia agora melhor as questões específicas do funcionamento e distribuição da justiça nos Açores, com as características específicas de insularidade, fragmentação, etc.

O que é que acontece depois dele ter assumido esse compromisso público?

Não só vai fechar o Tribunal do Nordeste, como ainda acrescentou o Tribunal da Povoação.

Isso chama-se má-fé!

Isso é má-fé! Não tem outro nome.

Não vale a pena ser um partido de protesto à última da hora. Não vale a pena fingirem que isto é um processo normal, porque não é.

Isto chama-se má-fé!

Um senhor que vem aqui, nas suas funções políticas, assume um compromisso de rever uma decisão de encerramento e quando volta a Lisboa adiciona mais um Tribunal, não está a tratar os açorianos como merecem. Está a desrespeitar os açorianos.

Mais uma vez cá estamos para protestar o que deve ser protestado e para ajudar à solução daquilo que deve ser resolvido.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, é mesmo a última parte da minha intervenção.

Nós continuaremos a seguir este rumo, de uma forma muito confiante e de uma forma muito convicta.

Não vamos fazer como o PSD Açores que, usando uma linguagem televisiva, pede desculpa aos açorianos pela interrupção da sua existência, finge que nada se passa e promete retomar a emissão, ou a sua vida ativa, depois de outubro de 2012.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui, como é habitual e já não estranhámos, a uma intervenção da velha política, da política do oportunismozinho, do partidarismo e da política assente, infelizmente, apenas e só, na incoerência e no propósito de tentar baralhar ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não está preocupado com o que estão a fazer aos Açores?

O Orador: ... para daí conseguir salvar o que resta daquilo que é o vosso único e exclusivo interesse, a defesa partidária.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: O que resultou da intervenção do PS, hoje, nesta Casa, foi apenas e só a defesa e o ataque partidário.

Abrem e fecham o horizonte das suas preocupações apenas e só na vida partidária e nos interesses partidários.

Ao contrário daquilo que o PS ainda pensa (até já se esqueceu disso!) o PS ainda é maioria nos Açores. O PS ainda é governo nos Açores, mas parece que já esqueceu isso. O PS foge de governar!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

Deputado Francisco César (*PS*): Estão tão preocupados com o PS que até se esquecem da sua líder partidária!

O Orador: O PS desiste de governar, ao ponto até de retirar diplomas que estavam em discussão nesta Casa.

O PS chega à conclusão que já não é preciso governar.

Então o que é que faz?

Atira para todo o lado, para o próprio PS se esquecer e os próprios açorianos esquecerem das responsabilidades que o PS ainda tem.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem se esqueceu das responsabilidades foi o Primeiro-Ministro Passos Coelho!

O Orador: Esta é a realidade e esta intervenção apenas demonstrou isso.

Mas neste atirar para todo o lado, o que se percebe é que é um atirar de pólvora seca. São tiros de pólvora seca, apenas para ver se assustam, para fazer barulho e sobretudo para ver se as pessoas esquecem aquilo que é a vossa responsabilidade.

Como dizia, mais do que tentar com que os açorianos esqueçam a responsabilidade que o PS tem, o que assistimos é o próprio PS a esquecer as responsabilidades que ainda tem.

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado Duarte Freitas, pensava que o senhor viesse ao debate!

O Orador: Tudo isso para desviar atenções na velha política de que o PSD Açores é que tem responsabilidades.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado Duarte Freitas, estava à espera de ter um debate franco e aberto com o senhor!

O Orador: Sr. Presidente, agradecia que houvesse calma da parte do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Muito bem. Embora os apartes sejam regimentais...

O Orador: Não são apartes. São intervenções seguidas.

Presidente: ... vamos continuar.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Parece que o PS ...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado Duarte Freitas, estava à espera que viesse ao debate!

O Orador: Sr. Presidente, eu gostaria de continuar, mas não consigo continuar com as intervenções sucessivas do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Eu creio que a sala agora está em silêncio, Sr. Deputado.

O Orador: Não estava, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor

O Orador: Dizia eu que parece que o Partido já interiorizou o resultado das eleições, mas quem vai decidir o resultado das eleições são os açorianos.

Deem essa confiança e essa responsabilidade aos açorianos! Os açorianos é que vão decidir quem os vai governar.

O PS apenas fala no PSD, num discurso de teórica e praticamente de oposição.

O discurso do PS é um discurso apenas e só de oposição, interiorizando aquilo que pensam que irá ser o resultado das eleições, mas é um discurso baseado na incoerência.

Primeira incoerência: é o PS que fecha escolas nos Açores!

Deputado Berto Messias (PS): Não fecha, melhora!

O Orador: Que fecha escolas em várias freguesias.

É o PS que fecha serviços de apoio à segurança social e à saúde em várias freguesias, ao nível das Casas do Povo.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! São manobras de diversão!

O Orador: É o PS que faz isso nos Açores e é o mesmo PS que critica o encerramento de serviços de proximidade nos Açores por parte do Governo da República. Esta é que é a verdade. Esta é uma grande incoerência da qual os senhores não podem sair.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores, no mesmo dia que fecham escolas nos Açores, queixam-se de fechar uma repartição de finanças.

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O PSD pelo contrário, está contra o encerramento ...

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata para vir fazer esse tipo de afirmações. É preciso ter lata!...

O Orador: Torna-se impossível, Sr. Presidente. Um aparte, é um aparte...

Presidente: Penso que é possível, Sr. Deputado. Vamos continuar.

Deputado António Marinho (PSD): Sabem que é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Oh Marinho, conheces o *Reality Show*?

O Orador: Há apertes e apertes. Enquanto falei o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD também sempre falou.

Deputado Berto Messias (PS): Do PSD?

O Orador: Do Partido Socialista!

Deputado José San-Bento (PS): Isso aplica-se à sua bancada!

Deputado Berto Messias (PS): O Líder Parlamentar do PSD não fala!

O Orador: Perdão, Sr. Presidente! O equívoco deriva de não saber, de facto, quem é o Presidente do Grupo Parlamentar do PS. Daí o meu equívoco. Reconheço.

Enquanto fiz a minha intervenção o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, em funções, do PS, sempre falou, sempre falou.

Percebo que tenha a tentação e a vontade de falar e de aparecer, mas ocupe o seu tempo e as responsabilidades com as funções que tem.

De facto, o PSD está contra o encerramento de serviços nas freguesias, quer tenham origem no Estado ou na Região, quer tenham origem no Governo da República ou no Governo Regional (a nossa coerência é esta!), enquanto que o PS é incoerente ao ponto de fechar escolas num dia e ao mesmo tempo reclama pela abertura, pela manutenção em funções, de uma repartição de finanças.

A incoerência vai a outro nível.

Segunda incoerência: O PS vota contra um voto, aqui, nesta Assembleia, relativa e curiosamente às repartições de finanças.

Na altura o Governo da República era do PS.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Fecharam?

O Orador: Na altura o PS defendia o Governo da República e era a favor do encerramento dessas repartições de finanças. Agora está contra o encerramento.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quantas fecharam?

Deputado Berto Messias (PS): Quantas fecharam? Zero!

O Orador: É o PS que contribui, ativamente na República e passivamente nos Açores, para o esvaziamento financeiro da Universidade dos Açores.

O que é que fizeram? Agora, que mudou o Governo da República, falam do esvaziamento financeiro do Governo da República.

É o PS que durante anos não faz nada para salvar a RTP Açores!

É o PS que durante anos contribui ativamente para o caos em que se tornou o serviço público de rádio e televisão!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores ainda não perceberam que assim não vão lá!

O Orador: É o PS que critica a solução que o PSD encontrou para o serviço público de rádio e televisão e passado algum tempo, quase um ano, à pressa, apresenta exatamente a mesma solução ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: É este PS que um dia pede 135 milhões de euros ao Governo da República para que o Governo Regional pague as dívidas que não consegue pagar, que se cola ao Governo da República, e depois critica o Governo da República.

É este PS que um dia diz uma coisa, outro dia diz outra!

É este PS, sobretudo, que um dia faz uma coisa e no mesmo dia diz outra!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nada disso é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É desta contradição permanente que o PS não consegue sair.

Terminando, Sr. Presidente.

Entretanto, nos Açores (é esta a nossa responsabilidade da qual os senhores fogem todos os dias, como ainda agora o candidato do PS, que umas vezes é deputado, outras vezes é secretário, outras vezes é candidato, e não está nesta sala no momento de um debate tão importante) é este candidato do PS, que esteve 16 anos, quer como líder parlamentar, quer como Deputado, quer como Secretário Regional da Agricultura, quer como Secretário Regional da Economia, para governar e resolver os problemas dos açorianos, que foge e diz que depois é que vai fazer.

A questão que os açorianos colocam todos os dias é: como é que não fez durante 16 anos e agora diz que vai fazer?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é uma vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É nestes Açores que conhecemos, que os açorianos sentem todos os dias o aumento do número de desempregados São cerca de 17 mil!

Deputado Francisco César (PS): Estão a diminuir, Sr. Deputado!

O Orador: Nos últimos dois, três anos aumentaram. São cerca de 17 mil açorianos no desemprego.

No Rendimento Social de Inserção, os beneficiários aumentam mais de 1000 e tal, são cerca de 19 mil açorianos.

Deputado José Lima (PS): Olhe para o país!

O Orador: Somando uns e outros, são cerca de 40 mil açorianos que estão no desemprego e no Rendimento Social de Inserção.

É tudo isto que os senhores não conseguem explicar!

É isto que os senhores não conseguem resolver!

Os senhores sentem incapacidade para resolver os enormes problemas dos desempregados, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, das empresas que estão a falir. É isto tudo que os senhores não conseguem resolver.

É deste colapso social e económico da Região que os senhores não conseguem fugir e tentam fugir.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Porque os senhores dizem que dizemos sempre a mesma coisa, ainda há pouco tempo o Bispo dos Açores, que muito bem foi citado no dia 10 de junho pelo Sr. Representante da República, falava (não é o PSD que diz!) na pobreza envergonhada, falava em gente que já esteve mais ou menos bem e agora está muito mal, está no desemprego; os jovens estão a fugir das ilhas e as ilhas estão a ficar sem jovens; no desemprego que aumenta.

Os senhores tirem essa carga dos partidos.

Pela cultura democrática que precisa ser regenerada nos Açores, os senhores esqueçam essa capa partidária.

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é a Madeira!

Orador: Atirem ao chão a capa partidária, esqueçam os partidos.

Deputado Berto Messias (PS): Os Açores não são a Madeira!

Os senhores não estão na Madeira!

O Orador: Ainda agora citei aquilo que é dito pelo Bispo dos Açores, mas mais do aquilo que é dito...

Deputado Berto Messias (PS): Quanto o senhor fala em democracia tenha...

O Orador: É impressionante! O Sr. Líder Parlamentar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor sabe que não vai lá outra vez!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de terminar. Se me é permitido, faça favor de terminar.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, dizia que os senhores têm essa responsabilidade (não conseguem fugir!) de ter colocado os Açores nessa situação de caos social e económico.

Não é o PSD que diz. Ainda agora citei uma entidade que é absolutamente isenta e objetiva, o Bispo dos Açores.

Mas mais do que aquilo que alguém diz, é aquilo que os açorianos sentem todos os dias, as enormes dificuldades.

Os senhores, no fundo, sabem e reconhecem a situação de caos social económico dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores sabem e reconhecem isso de tal forma, de uma forma tão intensa, que são os próprios que querem fugir disso, não querem falar disso.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Termino dizendo que o PSD está contra qualquer situação que prejudique os açorianos e os Açores, quer venha da República quer venha da Região.

O PSD sobre esta matéria tem um património que não pode ser posto em causa.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim! Sobretudo um património recente!

O Orador: O PSD entende que deve haver uma nova cultura política, uma nova cultura democrática de responsabilização, de partilha.

Enquanto o PS continua a fazer a velha política da tricazinha, do conflito, ...

Presidente: Tem mesmo que terminar Sr. Deputado.

O Orador: ... o PSD está do lado da partilha, da responsabilidade e da união de esforços.

Os Açores e os açorianos precisam de facto de união de esforços e a prioridade pelos Açores, neste momento, é que todos se juntem no sentido positivo de esquecer as cargas partidárias e olhar pelos Açores e pelos açorianos, para os seus problemas e contribuir para as suas soluções.

O PSD está do lado das soluções, do lado do compromisso e do lado do consenso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um apelo:

Nós usamos, por escolha vossa, determinadas figuras regimentais. Elas têm um determinado enquadramento.

No caso da declaração política, começa, no tempo da intervenção, até ao tempo que cada um tem para falar.

Tem havido, na generalidade e nesta declaração política em particular, acho que algum abuso da tolerância concedida pelo Presidente da Assembleia, por vários intervenientes.

Faço um apelo para que tentem cingir-se aos tempos, para que consigamos cumprir o Regimento e para que os trabalhos decorram com a devida celeridade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do PS, trazida pelo Sr. Deputado Berto Messias, traz realmente assuntos que nós, como Deputados desta Casa e como açorianos, temos a obrigação de, obviamente, denunciá-los. Mais do que isso, temos obrigação de defender aqueles que são os legítimos interesses dos Açores e dos açorianos.

Nessa matéria o CDS tem cumprido o seu papel. Não apenas agora, mas desde sempre.

Lembro, por exemplo, duas questões que parecem estar esquecidas.

Lembro a Lei Eleitoral que o CDS se empenhou desde o início, contra as opiniões divergentes do Governo da República, que na altura era PSD-CDS como todos bem se lembram. Não tivemos nenhum problema em votar, conjuntamente com o PS, favoravelmente esta lei, que permite que neste Parlamento haja mais pluralidade e que neste Parlamento os açorianos possam ser mais representados e tenham os seus representantes.

Foi assim também no caso da Lei das Finanças Regionais. Também o defendemos intransigentemente quando, nesse caso, o PS estava no Governo da República.

Agora, Sr. Deputado Berto Messias, se há coisa que eu posso concordar na sua intervenção e se há coisa em que o CDS se tem batido é contra o centralismo. Não podemos estar mais de acordo nessa matéria.

O que gostaria era que o PS acompanhasse o CDS no combate ao centralismo interno, no combate ao centralismo açoriano, no combate ao centralismo que se faz e se pratica nos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exatamente! Muito bem!

O Orador: Gostaria que o PS nos acompanhasse nisso com mais vontade e com mais entusiasmo, porque todos os dias ouvimos notícias centralistas.

Ainda agora ouvimos uma, bem triste, bem lamentável e repudiável até, da opção da SATA de centralizar. Uma opção centralista inaceitável, do Sr. Presidente da SATA e do Conselho de Administração da SATA, relativamente às últimas opções.

Sr. Deputado Berto Messias, a Universidade dos Açores é um ativo importante e estruturante para o desenvolvimento dos Açores, para o desenvolvimento da nossa sociedade, das nossas empresas, da nossa comunidade.

O CDS sempre foi intransigente na defesa dessa instituição.

O CDS sempre defendeu a sua tripolaridade, que foi uma opção política e uma boa opção política aquando da instalação da Universidade nos Açores.

O que lamento profundamente são vozes do “antigo antigamente”, que tiveram responsabilidades reitorais na Universidade, venham agora defender que a Universidade só sobrevive se ficar numa ilha. Isso é que é de lamentar profundamente.

A tripolaridade tem um custo, tem um custo político, mas não é um custo, é um investimento no desenvolvimento dos Açores e temos provas dadas, quer no DOP, de excelência, quer no Departamento de Ciências Agrárias da Terceira, de excelência, quer no pólo de S. Miguel.

Não é a sede da Universidade em S. Miguel. Há o polo de Ponta Delgada, o polo de Angra e o polo da Horta.

Nessa matéria somos intransigentes na defesa desse princípio, ao contrário doutras vozes da arribação que agora aparecem a querer extinguir a Universidade dos Açores e com o silêncio cúmplice de alguns que até hoje ainda não se manifestaram sobre esse assunto.

Mas o Governo Regional pode fazer mais pela Universidade dos Açores.

O CDS foi à Universidade dos Açores fazer uma visita. Preocupado com os problemas, denunciou a situação e, felizmente (aí tem que se elogiar!), o Governo Regional atuou, como é também seu dever.

Afirmar e defender a autonomia é gerirmos melhor que os outros, sermos mais eficientes que os outros e gerirmos bem os nossos recursos para que os outros centralistas de Lisboa não nos venham apontar o dedo.

A autonomia é isso mesmo. Foi para isso que ela foi criada, foi para nos dar a nós, açorianos, a hipótese de gerir recursos melhor do que se fossem geridos por Lisboa.

É esse desiderato que temos que cumprir todos os dias e todas as horas.

Agora, o Governo Regional pode fazer mais pela Universidade dos Açores, Sr. Deputado Berto Messias.

Como bem se lembra, aqui nesta Casa, eu chamei a atenção a respeito de uns projetos que foram dados a uma instituição externa.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Aí, sim, o Governo Regional pode patrocinar entregando projetos de investigação à Universidade dos Açores, que ela bem merece, tem capacidade, tem *know how*, em vez de os entregar para fora.

Deputado Berto Messias (PS): Já lhe respondo!

O Orador: Portanto, o apelo que faço é que o Governo Regional daqui para a frente, preferencialmente, entregue os seus projetos aos excelentes investigadores da Universidade dos Açores.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa é uma grande ajuda. Não é um subsídio, nem uma dependência.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É pedir colaboração científica, é financiar a Universidade dos Açores, financiando projetos como financia fora.

Estes projetos devem ficar para os açorianos e para os Açores. É um excelente contributo.

Muito obrigado.

Deputados Luís Silveira e Abel Moreira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria também de participar neste debate suscitado pela declaração política do PS, retomando algumas das afirmações feitas pelos Srs. Deputados que me antecederam.

Em política não vale tudo! – diz-se aqui e é verdade.

Uma das coisas que não vale é aligeirar responsabilidades próprias, branqueando-as com as responsabilidades dos outros.

Há um momento para avaliar o trabalho e a ação do Governo Regional dos Açores e há um momento para avaliar o trabalho do Governo da República PSD-CDS.

As duas coisas não são incompatíveis e sobretudo como em política não vale tudo, não é sério justificar as ações duns remetendo a responsabilidade para outros e vice-versa.

Esse é o pano de fundo de qualquer debate político que se passa neste Parlamento, quando o PS fala no Governo da República ou quando o PSD fala no Governo Regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PSD discorda de tudo! Discorda de lá e de cá!

A Oradora: Isso, Sras. e Srs. Deputados, não é mobilizador das populações, nem é mobilizador de ninguém.

A questão que os açorianos se colocam todos os dias (podem as Sras. e os Srs. Deputados pensar doutra maneira, mas esta é a maneira como o BE pensa), pelo menos a grande maioria deles, não é quem é que vai ganhar em outubro, é como é que eles vão passar o dia de hoje e resistir ao dia de amanhã. Fazem os açorianos, fazem as empresas, fazem as instituições, fazem todas as pessoas nesta Região como no resto do contexto nacional.

Essa é que é a verdadeira preocupação.

Não sei se o discurso do PS, como disse o Sr. Deputado Clélio Meneses, é um discurso da oposição ou de oposição, mas há uma coisa que o BE sabe, é que é urgente fazer oposição a este Governo da República.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E ao Governo Regional?

A Oradora: Em nome do presente deste País e desta Região, em nome do futuro deste País e desta Região e em nome da autonomia e da democracia do nosso País.

Portanto, alguém terá que dizer, e o BE fá-lo desta bancada, à Dra. Berta Cabral que Portugal não precisa do Primeiro-Ministro Passos Coelho e que os Açores não o merecem, como nenhum português e nenhuma portuguesa o merecem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Um Primeiro-Ministro que assumiu funções há um ano, que implantou o inferno no nosso País para todas as pessoas, empregadas e desempregadas, e que há um ano tinha como dívida externa 97% do PIB, passado um ano de uma política de inferno e de terra queimada, nós estamos com uma dívida de 114% do PIB.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Olha que maravilha!

A Oradora: As previsões mais otimistas dizem que em 2013 esta dívida chegará a 120% do PIB.

Sras. e Srs. Deputados, alguém tem que dizer aos açorianos e aos portugueses, em nome de quê, em nome de quem e para quem, é que as suas vidas estão a ser completamente trucidadas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Depois, poupança significativa do Estado.

A poupança significativa do Estado deu o resultado que acabei de mencionar e Sras. e Srs. Deputados, quando nós percebemos que não há poupança significativa nenhuma, como é o caso da maior parte da desresponsabilização do Estado na RAA, não nos podemos iludir.

Não havendo poupança, o que é que há?

Má vontade, sectarismo e ataque à democracia!

E quem ataca a democracia continua na senda daquilo que se passa em todo o País: ataque à democracia, ataque à autonomia.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Os Açores é que estão bem!

A Oradora: Para finalizar, defender os direitos das pessoas, direitos conquistados com sangue, suor e lágrimas ao longo de décadas nesta Região também, não é oportunismo em nenhuma parte do mundo.

Deputado José Cascalho (*BE*): Muito bem!

A Oradora: Defender a verdadeira razão de existir da autonomia, que é a nossa especificidade e a nossa situação de natureza arquipelágica, não é oportunismo político.

Deputado José Cascalho (*BE*): Muito bem!

A Oradora: Combater os ataques à democracia e à autonomia que o Governo da República faz, não é branquear o Governo Regional nos Açores, é obrigar o PSD e o CDS a assumirem as responsabilidades que têm nesta governação.

Muito obrigada.

Deputado José Cascalho (*BE*): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Esta é uma luta da coligação PS/BE!

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não, não! Não confunda o que não é para confundir!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que aqui trouxe o PS em relação às políticas centralistas que estão a ser desenvolvidas por este Governo da República e os factos que aqui foram relatados correspondem de facto à realidade.

Não é algo que se possa atribuir exclusivamente a este Governo do PSD.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: O centralismo não é um exclusivo deste Governo Social Democrata.

Os governos do PS também tiveram ações e práticas centralistas.

Temos realmente que explicar, neste âmbito, aos governantes de Portugal (mas é muito difícil, porque a Região está blindada do ponto de vista informativo; a não ser que aconteça uma catástrofe, os Açores não são notícia), os problemas da autonomia, aquilo que fazemos pela soberania portuguesa e aquilo que fazemos pelo País, pelo progresso do País e pela afirmação de Portugal, num espaço geoestratégico fundamental para o futuro do País.

Toda a gente fala nos mais diversos temas. Mesmo agora no Dia de Portugal falavam do mar.

Falar do mar, no contexto geográfico e histórico em que nós estamos, é, sobretudo, falar dos Açores. Falar do mar é falar dos Açores.

Há muita gente, incluindo o Presidente da República e o Governo da República, que agora defendem uma fortíssima aposta no mar.

O que vemos nos Açores, na prática, naquele que é o grande capital, do ponto de vista geográfico, do ponto de vista geopolítico do País, é precisamente o contrário. É um desinvestimento, é uma fragilização da autonomia.

Deputado José Rego (PS): Não é, não!

O Orador: Como muito bem dizia o Sr. Secretário da Presidência, a autonomia é Estado, é o Estado Português, é o Estado que serve as populações, é o Estado que serve os interesses do País, é o Estado que serve os interesses da soberania de Portugal.

Quando se fragiliza a autonomia, é o Estado que estamos a fragilizar.

Por isso, a autonomia construiu aqui um povo açoriano forte, um povo que defende a soberania portuguesa, que defende os interesses dos portugueses. É isso que tem que ser dito.

Defender a autonomia, não é estar contra os interesses do País, é estar a favor dos interesses do País, é criar aqui o que durante 500 anos não tivemos. Foi uma Região muito pobre, muito frágil e uma Região que esteve sempre submetida a interesses geopolíticos estrangeiros.

Portanto, a aposta tem que ser precisamente ao contrário, tem que ser uma aposta fortíssima no reforço da capacidade da autonomia, no reforço da capacidade de afirmação de Portugal, nesta Região Atlântica, nesta Região do mar português, que é o futuro deste país.

Dito isto, e como não tenho tempo para referenciar diversas áreas que aqui foram referenciadas, vou só falar num único e exclusivo caso, para terminar a minha intervenção. É o caso da RTP Açores.

Ao longo desta legislatura o PPM foi o primeiro partido que apresentou aqui uma solução, porque tínhamos a perspetiva de que existia uma fragilização efetiva da RTP Açores.

Tínhamos que assumir a tutela da RTP Açores e tínhamos que assumir as nossas responsabilidades nesta matéria, mantendo o Estado o esforço de financiamento atual e nós assumindo as outras responsabilidades, obviamente tendo também capacidade para o desenvolvimento do potencial económico que a RTP Açores também tem, em muitos setores, e que estão blindados, como o caso da internacionalização, da publicidade, da taxa de áudio visual e todos os outros que aqui tivemos oportunidade de referenciar.

Quero deixar aqui uma última afirmação.

Tendo tido o PPM este papel, ele não foi exclusivo do PPM (foi exclusivo talvez no conteúdo). A defesa da RTP Açores foi feita por todos os partidos que estão aqui presentes neste plenário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uns podem discordar que foi feita desta ou daquela maneira, mas foi feita e foi pedida a todos os partidos que estão aqui neste plenário.

Quando chegou esse momento e quando foi preciso defender a RTP Açores, porque a RTP Açores não estava a ser destruída pelos políticos na Região, mas sim lá fora, quando foi necessário, todos nós dissemos “presente”! Estamos aqui a debatermo-nos pela RTP Açores.

Hoje vejo, surpreendentemente, que a RTP Açores vai promover um programa de debate sobre o futuro da RTP Açores e só lá estão dois partidos, o PSD e o PS, como se tivessem sido os únicos partidos que deram o seu contributo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quando a RTP Açores esteve num momento de aflição nós dissemos “presente”!

Nós estivemos junto dos interesses da RTP Açores!

Agora o que é que vemos por parte da RTP Açores?

Um centralismo atroz, uma bipolarização atroz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Parece que existem apenas duas vozes neste Parlamento.

Parece que existem apenas dois partidos que se bateram pela RTP Açores.

É assim que se comete uma enorme injustiça.

Digo-vos mais: uma enorme ingratidão em relação ao que os outros partidos estão a fazer e fizeram em defesa da RTP Açores. Uma enorme ingratidão!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: É isto que é centralismo, é isto que é promover centralismos artificiais, porque todos nós estivemos na defesa da RTP Açores.

O que vemos agora é exatamente o contrário, é esta atrocidade que vai ser cometida hoje, tentando reduzir as vozes e os projetos apenas a duas vozes, atacando o pluralismo político na RAA, atacando a democracia dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Bem-vindo ao clube, Sr. Deputado!

Estava sozinho nessa matéria!

Presidente: Para encerrar o debate vou dar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos, de facto, num momento importante de afirmação da nossa autonomia e num momento fundamental também de defesa daqueles são os nossos direitos e de defesa daquelas que foram as conquistas autonómicas conseguidas por várias gerações de açorianas e açorianos.

Na conjuntura em que hoje vivemos, a crise internacional em que hoje nos movimentamos, o péssimo exemplo que a Região Autónoma da Madeira tem dado ao nosso País e também (é preciso dizê-lo!) a conceção que o atual Governo da República tem do papel do Estado e daquilo que deve ser o Estado Português e a sua relação com os cidadãos, a verdade é que não faltam certamente desculpas para pôr em causa esses ganhos e essas conquistas.

Tal como fizemos na declaração política de há pouco, vamos continuar a afirmar, a reafirmar e a reiterar a importância dos agentes do sistema político dos Açores de defenderem a uma só voz, sempre que possível, os nossos interesses e a nossa Região.

Devemos fazê-lo com grande responsabilidade, com grande seriedade e também com grande coerência.

Aliás, o PS tem tido ao longo dos tempos, um papel responsável e coerente ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Coerente?! Isso é para rir!

O Orador: ... na defesa dos interesses dos Açores, na defesa dos interesses das açorianas e açorianos e é isso que vamos continuar a fazer, protestando quando tivermos que protestar e apoiando também o Governo da República do PS, do CDS, do PSD quando assim tiver que ser, e quando assim tiver que ser afirmado e lembrado.

Não podemos embarcar em manobras de diversão. Não podemos embarcar nos joguinhos partidários inconsequentes com que nos brindou o PSD Açores na intervenção que teve neste debate ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É verdade, é um joguinho e as pessoas sofrem na pele!

O Orador: ... e também nas sucessivas intervenções que tem tido os seus vários interlocutores, tentando insistentemente passar por entre os pingos da chuva.

Aquilo que esperávamos, quem está neste Parlamento e os açorianos, era que a intervenção da bancada do PSD servisse para pedir desculpa aos açorianos pela frase proferida pela candidata do PSD Açores, quando afirmava que Pedro Passos Coelho é o Primeiro-Ministro que Portugal precisa e que os açorianos merecem.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Juntos conseguiram!

O Orador: Esperava-se um pedido de desculpa do PSD aos funcionários e alunos da Universidade dos Açores, abandonada pelo Governo da República.

Esperava-se pela parte da bancada do PSD um pedido de desculpa aos nordestenses, aos povoacenses, aos calhetenses, pelo abandono que o Estado quer fazer de serviços fundamentais nessas localidades.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Esperava-se um pedido de desculpa do PSD aos habitantes do Grupo Ocidental pela desresponsabilização que o Governo da República quer fazer relativamente ao cabo de fibra ótica.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Em suma, esperava-se que o PSD tivesse aqui a coragem de pedir desculpa aos açorianos pelos malefícios que este Governo da República está a impor às famílias e às empresas açorianas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É isso que interessa. É isso que nos move. É isso que nos preocupa, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É atacar o PSD!

O Orador: ... os Açores, as açorianas e os açorianos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então governem! Por que é que desistiram de governar?!

O Orador: É isso que temos que fazer.

Quando tenta, numa tentativa de retórica partidária inconsequente, dizer que o PS é um partido de protesto, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então governem!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, se ser um partido de protesto é defender intransigentemente os interesses dos Açores, é isso que faremos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E governar que é bom, nada!

O Orador: Se ser um partido de protesto é não estar subjugado aos interesses de Lisboa é isso que faremos; se ser um partido de protesto é não ser cúmplice dos interesses do partido nacional que põe em causa os interesses dos Açores, é naturalmente isso que o PS, nos Açores, fará sempre com responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): A respeito de governar é que não!

O Orador: Também estou certo que os açorianos não se deixam enganar por essa retórica partidária inconsequente e estarão naturalmente mais uma vez ao lado do PS, ao lado do Dr. Vasco Cordeiro. Em suma, ao lado dos Açores.

Termino usando uma frase que o Sr. Deputado Clélio Meneses usou.

Dizia o Sr. Deputado Clélio Meneses que o PS ainda é Governo. Pois bem, Sr. Deputado, o PS não só ainda é Governo,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas esqueceu-se!

O Orador: ... como a partir de outubro continuará a ser Governo na nossa Região e continuará a defender a nossa terra e a desenvolver as nove ilhas dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Parece que se esqueceu!

Deputado João Costa (PSD): Parece que não querem eleições em outubro!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo. Retomamos às 15 horas com a agenda.

Bom almoço a todos e até já.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Vamos fazê-lo com a agenda

Eram 15 horas e 07 minutos.

Conforme vos foi distribuído e conforme acordado em Conferência de Líderes, temos como ponto um da nossa agenda o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011 – “alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro (Parque Natural da Ilha de Santa Maria)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Dou a palavra para apresentar o diploma à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Política Ambiental tem por objetivo otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento sustentável.

Nos Açores, esses pressupostos foram plasmados no DLR 15/2007/A, de 25 de junho, aprovado nesta Casa, assumindo como objetivo associado a uma correta política ambiental, a conservação da natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade geológica e dos habitats através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes urbanos e suburbanos, de forma a manter a preservação do ambiente.

A concretização prática desta política é a criação e implementação dos Parques Naturais, já existentes em todas as ilhas dos Açores, bem como a criação do Parque Marinho dos Açores, também ele já criado e aprovado nesta Assembleia Regional.

O projeto de alteração que o GPPS apresentou nesta Casa e que estamos aqui a discutir visa alterar o quadro legal aplicado ao Parque Natural da Ilha de Santa Maria, decorridos que estão cerca de 3 anos após a sua criação.

É, para o Partido Socialista, uma proposta importante para a ilha de Santa Maria, já que contempla aspetos que o diploma inicial não contemplou.

Isto porque, no ambiente, tudo é dinâmico, nada é estático! Há a necessidade constante de adaptação e há que ter a noção que essas alterações são importantes para a manutenção e preservação dos ecossistemas.

Uma das propostas de alteração apresentadas por este Grupo Parlamentar é o estabelecimento de normas e regras que pretendem conciliar a utilização das jazidas fósseis existentes na ilha de Santa Maria e das ações aí exercidas, promovendo a proteção desse património único que a natureza nos oferece e que temos e queremos preservar.

Relembre-se que as questões associadas à preservação das jazidas fósseis foi alvo de uma petição pública, em que muitos marienses e amigos de Santa Maria alertavam para os excessos que, em seu entender, eram exercidos nas jazidas fósseis da ilha, em especial da pedra-que-pica.

Ora, o que o Partido Socialista aqui propõe nessa matéria é que se passe a conhecer, de um modo sistemático, as ações exercidas nessas jazidas fossilíferas marienses, quer sejam por parte de grupos organizados particularmente, quer pela comunidade científica.

Note-se que Santa Maria é a única ilha dos Açores onde se conhecem jazidas fósseis com sedimentos marinhos fossilíferos, intercalados com rochas vulcânicas, caracterizando-se pela sua riqueza e bom estado de conservação, pertencente maioritariamente ao Mio-Pliocénico, também existindo registos do Plistocénico.

Há que continuar a visitar esses locais, para fruição de todos, utilizando-os também como uma oferta turística única e com características peculiares.

No entanto, não é possível continuar a permitir-se que qualquer pessoa possa recolher fósseis e leva-los para fora da ilha sem que se tenha conhecimento desse facto. Por esse motivo, propomos, no diploma em análise, normas específicas que proíbem a recolha da amostra geológicas, biológicas e paleontológicas de um modo muito claro, embora consagrando exceções nomeadamente para a investigação científica.

Há que continuar a estudar as jazidas fósseis de Santa Maria

Somos a favor do desenvolvimento de estudos que promovam um cada vez melhor conhecimento de cada jazida fossilífera de Santa Maria.

No entanto, há que ter regras!

Regras claras e uniformizadas de utilização dessas zonas, de forma a que qualquer instituição que pretenda desenvolver estudos nessas áreas, conheça bem as normas que terá que respeitar para o fazer.

O Projeto prevê que todos os exemplares sejam considerados Património da Região Autónoma dos Açores, devendo ser o governo regional a decidir o destino a dar a esses exemplares. Este é um aspecto muito importante.

Na proposta, pretende-se criar regras claras também ao nível das escavações nessas áreas, propondo que sejam sujeitas a autorização prévia por parte do governo regional, mediante a apresentação de um plano detalhado de ação, sendo que essa autorização se verificará apenas em casos excecionais.

São ainda determinados os registos a aplicar a cada exemplar e é previsto o modo de entrega dos mesmos à Região, mais concretamente ao Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo.

Considera-se que as normas apresentadas permitem que todos possam continuar a usufruir das jazidas fósseis de Santa Maria, com regras uniformes e claras, que promovam a preservação do meio ambiente e potenciem um turismo científico e de natureza que queremos e temos trabalhado para implementar nos Açores e em Santa Maria.

Outra questão importante que se apresenta no diploma é a integração de uma norma que permitirá ao governo regional promover a criação de apoios e incentivos para a recuperação dos quartéis de vinha de São Lourenço e Maia.

Como todos sabem, esses são zonas balneares de excelência da ilha de Santa Maria, que possuem na sua encosta uma escadaria de pedra, construída pelos nossos antepassados e que tem vindo a ser abandonada por parte dos proprietários, devido essencialmente aos custos da mão-de-obra para a manutenção das vinhas.

Apesar do Governo Regional dispor já de incentivos para a reconversão da vinha através do programa VITIS, há que conceber um novo enquadramento para as questões específicas dessas baías de Santa Maria, áreas de paisagem protegida, promovendo a manutenção da paisagem e potenciando a cultura da vinha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para além desses aspetos, destacar o facto de se propor uma alteração ao modo de gestão do Parque Natural da ilha de Santa Maria, uniformizando-o com os restantes diplomas que criam parques naturais em outras ilhas e aprovados nesta Assembleia na presente legislatura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria aqui de referir o facto de se propor alteração aos limites da Reserva Natural do Ilhéu da Vila, alargando-as para a zona marinha, de forma a permitir a proliferação da fauna marinha que abastecerá os bancos piscícolas das encostas de Santa Maria.

Esta proposta de alteração, decorre do desenvolvimento de um grupo de trabalho liderado pelos Deputados do Partido Socialista eleitos por Santa Maria e que envolveu entidades com atividade no meio marinho, como a Associação de Pescadores de Santa Maria, Clube Naval e Associação de Amigos do Mar de Santa Maria.

Todos juntos conseguimos contribuir para uma maior e mais profunda reflexão sobre as potencialidades do mar e do meio marinho, sobre as necessidades de limitação de pesca em determinadas áreas marinhas da ilha de Santa Maria,

porque “O Mar vale todas as Batalhas”, tal como referiu o Presidente do Governo Regional há algumas semanas.

Considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a alteração proposta por nós vem de encontro às pretensões da sociedade mariense e aos interesses da preservação do património ambiental de Santa Maria, sem esquecer que as pessoas fazem parte do meio ambiente e que tem o direito de o fruir de um modo sustentável.

Disse.

Deputados Duarte Moreira e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está feita a apresentação do diploma.

Estão abertas as inscrições para debater o diploma na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE valoriza, naturalmente, esta iniciativa que iremos votar favoravelmente na generalidade.

Já aqui foi referido, pela Deputada do PS, que uma das razões pela qual esta iniciativa foi tomada pelo PS foi o facto de trazer uma pretensão, ou ter intenção, de proteger as jazidas de fósseis que nós também, Grupo Parlamentar do BE, consideramos importante preservar.

Portanto, de uma forma genérica e geral, consideramos positiva esta iniciativa do PS.

No entanto, há aspectos que intrigam o BE.

Um deles que já foi aqui referido é, por exemplo, o facto de o grupo de cidadãos que foi constituído em movimento cívico, no qual resultou a petição relativamente à defesa das jazidas, não ter sido ouvido em Comissão, não ter sido consultado.

Parece-me que a Comissão poderia ter ouvido este grupo de cidadãos, uma vez que uma das razões pelas quais esta nova alteração é feita, é também por causa da sua intervenção pública neste aspeto.

Por outro lado, gostaria de falar de um aspeto que não foi referido pela Deputada do PS e que consideramos importante.

Este documento vem fazer uma alteração ao modelo de gestão do parque.

Até agora a gestão do parque era realizada por dois órgãos, o Conselho de Gestão e o Conselho Consultivo.

O Conselho de Gestão era constituído por três elementos, o presidente e dois vogais, sendo um dos vogais designado pela Câmara Municipal de Vila do Porto.

O que acontece com esta alteração é que o Conselho de Gestão é substituído apenas pelo Diretor do Parque.

Portanto, a pergunta que o Grupo Parlamentar coloca ao PS é a razão objetiva desta alteração, se há alguns dados que indicam que correu mal a gestão no formato atual e qual é a necessidade desta transformação, de um órgão de decisão partilhado para um órgão em que passa a existir apenas um diretor que toma as decisões do parque natural?

Há um outro aspeto e tem a ver com aquilo que eu referi aqui, anteriormente. É o seguinte:

A União Internacional para a Convenção da Natureza, a UICN (e neste documento novo pretende-se utilizar a classificação desta UICN para as diferentes áreas protegidas), não discute apenas a classificação destas áreas protegidas. Discute também modelos de gestão destas áreas e nessa discussão que esta entidade faz, relativamente ao modelo de gestão destas áreas, dá muita importância à participação ativa dos cidadãos no processo de decisão, na elaboração dos planos, etc., etc.

Ora o que nós verificamos com este documento é que esta participação da parte dos cidadãos é praticamente nula.

Aliás, nos documentos que consultámos relativamente a esta classificação, estes diferentes modelos de gestão definem níveis e graus de participação.

O que nós verificamos é que o Conselho Consultivo, que está no documento, praticamente responde sim ou não aos planos plurianuais, que são propostos e realizados pelo Diretor do Parque.

Portanto, este Conselho Consultivo vai ter um papel mínimo e achamos que não faz sentido que isto seja desta maneira. Deveria haver, de facto, uma alteração para que este Conselho Consultivo pudesse ter uma maior participação.

Há aqui um outro aspeto que é uma subtilidade, só para nós vermos, em termos de comparação, aquilo que é o documento que está agora vigente e o documento que sai desta alteração.

No articulado do documento, aprovado em 2008, e que agora se pretende alterar, há a preocupação em garantir que a elaboração dos planos anuais e plurianuais seja feita com a participação dos vogais, ou seja, estes planos não podem ser delegados apenas ao Diretor do parque.

Com esta proposta que está neste documento atual, sem esta alteração, há a garantia prática da participação da Câmara Municipal, na construção destes planos. Mas tudo isto é eliminado neste novo documento que está aqui em discussão e nós não entendemos porquê.

A nossa posição final, relativamente a este documento, será tentar manter o modelo de gestão que estava vigente no documento que agora é proposto para alteração.

Portanto, iremos votar contra todas as propostas que vão alterar esse modelo anterior de gestão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que este diploma apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS vem ao encontro daquilo que é a posição do Governo e aquilo que são, do ponto de vista do Governo, os interesses da conservação da natureza e em particular dos recursos paleontológicos dos fósseis existentes na Ilha da Santa de Maria.

O objetivo essencial do diploma, como bem se entende, é a questão da proteção dos fósseis e esta é uma matéria que assume, no caso de Santa Maria, particular relevo.

É verdade que existem fósseis em outras ilhas, há jazidas extremamente interessantes no caso da Graciosa, no Ilhéu da Praia, e em vários outros sítios que também merecem proteção e estão também protegidos, mas no caso da Ilha de Santa Maria esta matéria assume uma particular relevância e é um dos pilares daquilo que é o interesse do próprio Parque Natural de Santa Maria.

Portanto, Santa Maria tem uma situação que não tem paralelo no resto do arquipélago e torna-a relevante do ponto vista da bacia do Atlântico em matéria de paleontologia, daí que seja muito importante uma proteção adequada dos fósseis existentes e uma proteção que simultaneamente cumpra o objetivo essencial, proteger, valorizar para o futuro, mas tenha flexibilidade suficiente para permitir a continuação dos importantes estudos científicos que têm vindo a ser feitos naquela ilha.

Há que encontrar aqui um equilíbrio entre o interesse protecionista, no sentido da exploração científica, do ganhar conhecimento sobre o passado da ilha, que é como quem diz, sobre o passado da bacia do Atlântico e sobre o passado global da vida no nosso planeta. Daí que este diploma assumira uma particular importância. Que seja um diploma muito bem-vindo por parte do Governo, porque vem dar resposta a um dos principais problemas do ponto de vista da conservação da natureza a nível regional.

Sem me querer substituir ao Grupo Parlamentar do PS na resposta às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Cascalho, gostaria de dizer o seguinte:

Esta matéria, de facto, aqui não tem grande relevo, porque ela foi decidida quando se criou o modelo global de gestão dos parques naturais no diploma de enquadramento que é neste momento o Decreto 15/2012/A.

Este diploma mais não faz nesta matéria do que adequar o modelo de gestão àquele que é o modelo genérico. Esse foi um debate que já aqui tivemos. Creio que não vale a pena voltarmos a repetir porque a resposta a essas perguntas são as respostas que foram dadas aquando da discussão do Regime Geral da

Proteção da Natureza e da Biodiversidade, que neste momento já se encontra em vigor e portanto o que este diploma nessa matéria faz é meramente uma adequação do modelo àquilo que é o regime geral que de resto já está em vigor em Santa Maria também.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento geral que a ilha de Santa Maria geologicamente é a mais antiga do arquipélago, começando pela zona dos Anjos onde a sedimentação foi de longe a mais importante, passando pela zona mais vulcânica da Ilha -o complexo dos Picos.

É de estranhar que, passados quatro anos, e em fim de Legislatura, o Governo Regional se preocupe com uma Legislação que já deveria estar a ser posta em prática de forma efetiva, mas que afinal está a dar uns tímidos primeiros passos. De referir que passados estes anos, aquilo que podia ser uma mais-valia a nível do turismo ecológico, tenha mais uma vez, sido deixada para trás, como foram outras belezas geológicas dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Santa Maria sente-se penalizada, e com razão.

Estão agora a tentar, de forma ligeira, aprovar um diploma que peca por ser tardio, quando já se fazem sentir os primeiros sintomas de descrédito, no que poderia ser um potencial a nível turístico e científico.

Podem-se fazer campanhas, visitas, mas a verdade é que nem sempre o que é real corresponde ao que se vê.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata insurge-se com a passividade e o timing do Governo nesta matéria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual foi a sua proposta? Qual é a proposta do PSD sobre essa matéria?

A Oradora: Não estamos agora a começar a descobrir os fósseis de Santa Maria. Essa descoberta já foi efetuada há muito, mas nos últimos tempos a

importância científica da sua existência tem cada vez maior importância; no entanto continua a ser mal enquadrada, com erros e omissões.

Não é assim que Santa Maria progride, nem é assim que o Turismo de Natureza está a ser defendido e muito menos divulgado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Necessitamos de um plano estratégico que permita ver e dar a conhecer a rota dos fósseis de Santa Maria, mas também que permita preservá-los para as gerações futuras, sob o estigma de não termos tido o devido cuidado de salvar o que resta da formação geológica de Santa Maria.

Como tal recomendamos que todo o património científico recolhido, em Santa Maria, e ficando na ilha, sejam criados todas as condições físicas, científicas, de modo que não se perca o plano científico.

Preservar é proteger e impõe a tomada de medidas que permitam a preservação deste património, evitando a sua recolha ilegal e mesmo a sua venda de modo clandestino.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PSD lamenta que o Governo Regional, sempre célere a fazer legislação, não seja igualmente rápido a fiscalizar este património, evitando a sua destruição.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os marienses gostariam de ver os deputados do PS, eleitos por Santa Maria, juntarem a sua voz a esta reivindicação do PSD.

Aqui fica o desejo!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta alteração que o Grupo Parlamentar do PS nos traz ao diploma do Parque Natural de Santa Maria, tem na sua génese como todos sabemos, uma intenção legítima e que faz todo o sentido, a preservação do património natural, neste caso geológico de Santa Maria, designadamente as suas jazidas fósseis.

Todos percebemos ao longo dos trabalhos da Comissão que deram depois origem ao relato que temos em nosso poder, que eventualmente algumas das alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do PS podiam impor alguns constrangimentos à atividade de investigação científica que tem decorrido nas jazidas fósseis de Santa Maria.

Aliás, isto foi particularmente relevado pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, durante a audição. Eu tive oportunidade, durante essa audição, de apelar à Comissão para uma reflexão sobre o assunto, tendo em consideração a posição que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tinha, como certamente todos estarão lembrados.

A verdade é que o Grupo Parlamentar do PS, trilhou este caminho e não terá atendido de todo a estas questões.

Por outro lado (aliás nós temos colocado esta questão relativamente a outros diplomas, a outros diplomas de parques naturais que foram aqui criados), esta cultura de governamentalização da gestão dos parques vem aqui acentuada, como já foi referido pelo Deputado do BE. Relativamente a isso o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar já deu essa explicação.

Não havendo aqui outra explicação que não seja a que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar já fez sobre mais esta governamentalização da gestão dos parques, a posição da Representação Parlamentar do PCP será de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem querer estar a monopolizar uma questão que de facto é uma discussão que deve ser dirigida obviamente pelo Grupo Parlamentar do PS, autor do projeto,

...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas parece que não está cá!

O Orador: ... não posso deixar passar em claro as palavras da Sra. Deputada Aida Santos.

Não posso deixá-las passar em claro por duas razões:

Primeira questão: este diploma teve a sua génese na primeira metade desta Legislatura, foi discutido durante o ano de 2010 e deu entrada nesta Casa no princípio de 2011. Portanto, já tem ano e dia aqui dentro.

Se ele está a ser discutido neste momento, em fim de Legislatura, não é com certeza porque esta matéria não tivesse sido debatida logo no início da Legislatura.

Por vicissitudes que a mim não me compete comentar, nem são da minha lavra, levaram a que o diploma só hoje tenha subido aqui a Plenário mas ele já se encontra nesta câmara há muito mais de um ano.

Deputado João Costa (PSD): Quem será que tem maioria neste Parlamento? Ainda temos que descobrir isso! O nosso voto é que conta!

Não lhe dá jeito!

O Orador: Mas essa é uma questão que obviamente a mim não me diz respeito. A questão mais importante é a Sra. Deputada equacionar este diploma com a proteção, do ponto de vista genérico, e com a promoção dos fósseis.

Desde que o Parque Natural de Santa Maria foi criado, e mesmo antes disso, desde que foi criado o monumento que na altura era o Monumento Natural Regional da Pedreira do Campo, ou seja, desde meados da década passada, existe proteção em relação às jazidas fósseis.

Ela não era explícita, ela tinha um conjunto de matérias que não eram claras, particularmente no que dizia respeito à exploração, não à exploração por qualquer outra razão, mas à exploração no bom sentido para fins científicos. Essa era a matéria que precisava ser relevada e é essa a matéria que constitui um núcleo essencial das normas que são hoje aqui trazidas pelo Grupo Parlamentar.

Portanto não estamos a falar em algo que nós não conhecêssemos, não estamos a atuar tarde sobre qualquer matéria, estamos a completar um ciclo que já se iniciou há mais de uma década sobre esta questão, que já teve diversas evoluções, teve a sua maior evolução em 2008 com a criação do Parque natural de Santa Maria que integrou essa matéria, mas que depois devido a questões que surgiram essencialmente durante o ano de 2009, levaram a uma reflexão

que envolveu múltiplas entidades e muita gente. Levou a que logo no início de 2011 tivesse dado entrada nesta câmara esta proposta.

Portanto, estamos hoje aqui a discuti-la não porque ela tivesse aparecido agora, mas porque ela teve uma longa tramitação.

Não se trata de vir no fim da legislatura tentar resolver um problema que se devia ter resolvido no início. Trata-se, sim, de continuar a resolver um problema o qual nós conhecíamos e sobre o qual todas as partes, incluindo o seu partido, tiveram posições, posições essas claras e meritórias, desde cedo.

Estamos a falar de algo que desde 2009 está em discussão e em debate, em que a Sra. Deputada participou nesse debate (cedo) e que por razões conjunturais chega aqui nesta data.

Não é de maneira nenhuma vir no fim da legislatura resolver um problema que tivesse que ser resolvido antes. Que fique isso bem claro, porque isso não a favorece nem a si, que também foi participante do processo, nem a qualquer um dos intervenientes, já que todos os intervenientes, seja o Governo, sejam os diversos partidos, incluindo o seu, a devido tempo tiveram um trabalho que foi um trabalho muito bom, foi um trabalho de diálogo, de participação que levou a que o diploma aqui surgisse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o PS apresentou uma proposta de substituição às propostas feitas na Comissão, devido à constatação da existência de alguns lapsos.

Para facilitar as questões de alteração optou-se por fazer uma substituição da proposta que foi feita no âmbito da CAPAT. Gostaria de deixar isto bem explícito.

Relativamente às questões da gestão dos Parques Naturais, não vou aprofundar essa questão. Acho que o Sr. Secretário já falou sobre o assunto, mas gostaria

de dizer ao Sr. Deputado José Cascalho que nós aprovámos o diploma da biodiversidade e lá é expresso o modo de gestão dos parques naturais.

Foi aprovado nesta Casa, existe, e é esse modo de gestão que temos que seguir em Santa Maria e em todas as outras ilhas.

Foi isso que nós fizemos, adequámos esse modo de gestão.

Quanto à Sra. Deputada Aida Amaral.

Sra. Deputada, decorria o ano de 2007 e eu estava a exercer funções no Serviço de Ambiente de Santa Maria na altura em que se discutiu a criação do Parque Natural da Ilha de Santa Maria, que depois veio a ser aprovado nesta Casa em 2008.

Infelizmente, nestas sessões públicas nunca tive oportunidade de a ver levantar qualquer questão sobre a criação de parques naturais, ou sobre as normas que deveriam ser aplicadas a esses parques naturais.

Portanto, é lamentável que venha agora criticar uma coisa que nunca se interessou, que nunca foi o seu objetivo político, digamos assim.

Mais Sra. Deputada, este diploma está, desde 2008, aprovado nesta Casa. Nós demos entrada a um projeto de alteração. Se a Sra. Deputada achava que já devia ter sido alterado, então porque é que não fez o trabalho de casa e não apresentou uma alteração a este projeto de parque natural?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Ora, aí está!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Podiam ter apresentado uma proposta!

A Oradora: A senhora podia ter trabalhado, podia ter falado.

Isso dá trabalho, exige muito, exige muita conversa, muito diálogo com as pessoas e é isso que nós queremos fazer e o PS estará sempre aqui ao lado das pessoas, com as pessoas e a trabalhar para um melhor ambiente na Ilha de Santa Maria e dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado João Costa (PSD): Diga isso ao Governo

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que em relação ao objetivo específico e assumido em relação às alterações que são propostas, a posição do PPM é uma posição favorável.

Aproveito esta oportunidade também para referenciar dois ou três pontos que acho que devem ser melhorados.

Ponto número um: acho que a criação desta rede de parques é uma boa ideia e na minha perspetiva deve ser desenvolvida e deve ser aprofundada nas próximas legislaturas, no sentido de lhe dar maior capacidade, mais meios, maior eficácia.

Portanto, em termos de enquadramento político desta questão o PPM apoia a implementação e o reforço até das capacidades dos Parques Naturais de Ilha.

Considera que neste momento já é observável, e esta é a minha humilde opinião, que não tem um envolvimento por parte das comunidades locais que deveria ter.

Não será só culpa do Governo e da estrutura que entretanto está a ser criada. Também tem a ver com o facto das pessoas não participarem.

Está aqui uma responsabilidade também da sociedade civil, no sentido de despertar para a necessidade de um maior envolvimento nas questões ambientais.

Existe essa responsabilidade com certeza, mas também não podemos deixar de retirar ilações em relação ao pouco envolvimento das comunidades.

Dou um exemplo das comunidades escolares em relação ao parque natural. Eu vejo muito poucas iniciativas, existem algumas, algumas até foram noticiadas mas existe muito pouca interligação entre as comunidades escolares e o parque natural.

Pode ser implementado. Deveriam existir, por exemplo, em todas as escolas, clubes do ambiente que promovessem esta ligação e que melhorassem esta interação. Na educação ambiental das novas gerações está muito do futuro do

êxito destes parques naturais e das políticas de conservação que as mesmas estão a implementar. É uma sugestão que aqui deixo.

Outra questão que considero que é fundamental e que tem a ver com a natureza suprapartidária desta questão ambiental, porque pelo que tenho observado exige por parte de todos os partidos políticos aqui nos Açores também um forte interesse e um forte apoio em relação a esta problemática, diz respeito à forma como são escolhidos os órgãos de gestão.

Considero que sendo esta uma questão que nos une em grande parte, com diferenças pontuais evidentemente, mas que nos une a todos, esta escolha deveria ter um carácter suprapartidário e deveria ser feita através de profissionais devidamente selecionados de acordo com as suas habilitações nesta área.

Deveria existir um concurso para nomear o diretor e o diretor que apresentasse um melhor projeto, que apresentasse um currículo mais preparado nesta matéria, aquela pessoa que demonstrasse ter maiores competências específicas nesta matéria e apresentasse um projeto de maior qualidade deveria ser a pessoa escolhida para liderar este projeto.

Ao contrário doutros órgãos da administração regional, temos aqui claramente uma matéria em que as divergências partidárias não são muito profundas e é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

Portanto, aqui era possível estabelecer, em relação a esta matéria, uma escolha que aposte na qualidade, no currículo do diretor ou dos órgãos de gestão, que aposte na qualidade do projeto apresentado.

Penso que esse é um patamar de evolução possível em relação aos parques naturais.

Penso que se evoluirmos nesse sentido prestamos um bom serviço aos Açores, prestamos um bom serviço, uma melhor competência, uma maior eficácia no âmbito da gestão dos parques naturais na RAA.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, desde já agradeço a suas simpáticas palavras que me dirigiu, no entanto eu quero deixar bem explícito que o atraso a que me referia não é o atraso desta legislatura, mas um atraso sim que o Governo do PS leva com quatro legislaturas, ou seja 16 anos de governação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Coisas da pré-história!

A Oradora: De desculpas já estamos um bocadinho cansados.

Acho que era importante perceberem, Governo e PS, que deviam ter governado e não governaram...

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: ... e os únicos prejudicados foram e continuam a ser os marienses.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): O fóssil da pedra lascada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção vem só para reforçar as ideias que aqui o BE apresentou, chamando a atenção da importância, novamente, do modelo de gestão, referindo que se no modelo atual existe um órgão que funciona de determinada maneira e esse órgão vai terminar dando lugar apenas ao diretor, faria todo o sentido que se fizesse uma avaliação daquilo que foi o trabalho efetuado por este órgão...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Foi uma imposição da troika!

O Orador: ... porque de alguma maneira nós poderíamos ter a noção daquilo que é uma forma diferente da gestão e em que medida essa forma diferente de gestão pode contribuir para uma ligação à população local.

Aliás, a ligação à população local é fundamental.

Posso fazer a pergunta:

Quem é que vai ser responsável pela diária fiscalização, por exemplo, das jazidas fósseis da Ilha de Santa Maria?

Não vai ser com certeza um fiscal que vai passear todos os dias junto às jazidas para saber se elas estão ou não a ser estragadas.

Deputada Zuraida Soares (BE): São as pessoas!

O Orador: Terão que ser as pessoas, serão os locais que se vão responsabilizar, não são os vigilantes, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): São os vigilantes!

O Orador: São as pessoas que estão a par daquilo que será feito em determinada altura na ilha.

Se a direção dum parque que partilha a informação com um grupo de trabalho, relativamente a estas questões, se informa a população e a população sabe o que se passa na ilha, é óbvio que a população vai estar atenta.

É preciso ter a noção que a forma como a gestão é realizada é importante.

Aquilo que disse aqui o Deputado do PPM também é importante.

Já defendemos nesta Casa também o papel que tem um diretor no parque.

Se há um diretor do parque, ele de facto devia ser eleito por concurso e apresentar um plano, um projeto e um projeto que trouxesse a mobilização da população local para poder dinamizar os projetos que são efetivamente locais. Portanto, terá melhores resultados se a população participar ativamente nestes projetos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP congratula-se com este documento. Entende ser um documento positivo.

De facto pode pecar por tardio, mas nunca é tarde de mais. Por isso, na nossa opinião, vem sempre a tempo.

Parece-nos um documento, como frisei, positivo, um documento que se vem articular com aquela que é a legislação atualmente em vigor para os Parques Naturais de Ilha.

Quando foi criado este parque natural a legislação era diferente daquela que temos hoje na Região, em relação a esta matéria.

Também louvar o PS por ter acolhido algumas das propostas dos parceiros sociais, quer nas propostas que apresentou no âmbito da Comissão, bem como aquelas que acabaram de entrar, nomeadamente fazer parte do Conselho Consultivo um representante da Universidade dos Açores, coisa que o CDS já tinha proposto no passado para outros Parques Naturais de Ilha e que o PS entendeu não aceitar a proposta.

Deputada Bárbara Chaves (PS): O senhor não estava na CAPAT!

O Orador: Hoje foi proposto pelos parceiros sociais e aceitaram. Congratulamo-nos com essa situação, bem como um representante de cada presidente de junta de freguesia da ilha de Santa Maria, que também era uma das propostas dos parceiros no âmbito das audições que foram feitas. Na nossa opinião é bastante positivo.

Por tudo isto e também pela questão que vem acrescentar e que estabelece as regras em relação à proteção e às normas de utilização das jazidas fósseis, parece-nos que é um documento muito positivo e terá o voto favorável do CDS-PP.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar passar aqui uma questão.

A Sra. Deputada Aida Amaral falou que levamos 16 anos de atraso.

Sra. Deputada, em 1996, tínhamos em Santa Maria 4 Áreas Marinhas Protegidas que correspondiam às baías de S. Lourenço, Maia, Praia e Anjo.

Hoje temos nove áreas que incluem ZPE's, SIC's, zonas de Ibas e todas as outras incluídas em todas as outras classificações dos diplomas previstos e estabelecidos pela UICN.

Se nós estamos 16 anos atrasados é porque levamos um atraso de 20 anos, que foi tudo aquilo que os senhores deveriam ter feito e não fizeram quando estavam no Governo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação, na generalidade do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

Dentro do artigo 1º., como sabem, ele em termos de técnica legislativa altera um conjunto de artigos do outro diploma.

Vou, por uma questão de facilidade de identificação, referenciar esses outros artigos.

Portanto, temos em primeiro lugar uma proposta de alteração do PS para o nº. 2 do artº. 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de alteração do PS ainda dentro do artigo 1º., para o nº. 1 do artº. 30º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dentro do artigo 1º., temos uma proposta de alteração do PCP para a alínea b) do artigo 31º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Dentro do artigo 1º., temos uma proposta de alteração do PCP para o nº. 1, do artigo 32º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do PS para o artº. 36º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o Anexo I.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o Anexo III.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artº. 1º. do diploma com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o artº. 2º.

Dentro deste artigo e dentro da mesma técnica legislativa há uma proposta de aditamento do PS dum artigo 24º. A-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 24º. B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o nº. 1, do artigo 24º. C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do PS dum artigo 24º. E.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 2º. do diploma com as alterações que lhe foram introduzidas.

A Sra. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento dum artigo 2º. A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se não houver oposição da câmara coloco à votação em conjunto, até porque não são objeto de qualquer proposta de alteração, os artºs. 3º. e 4º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos
Petição n.º 8/2011 – “pela não instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas, ilha de São Jorge”,

apresentada por Helder Fernando Sousa Teixeira, na qualidade de primeiro subscritor.

Dou a palavra à Sra. Relatora da CAPAT para apresentar o respetivo relatório.

Diga Sr. Deputado?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Presidente: Agradecia que reocupassem os vossos lugares e vamos reiniciar com a apresentação do relatório da Petição n.º 8/2011.

Eram 16 horas e 31 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Dou a palavra à Sra. Relatora, Isabel Almeida Rodrigues.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de janeiro de 2012, na Escola Básica Integrada com Secundário de Vila do Porto, em Santa Maria.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º

8/2011 – “Pela não instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas, ilha de São Jorge”, que tem como primeiro subscritor o Senhor Hélder Fernando Sousa Teixeira.

A mencionada Petição, contendo 486 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 7 de junho de 2011, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de janeiro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

a) *Da admissibilidade*

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na reunião de 18 de agosto de

2011, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) *Objeto da petição e caracterização da situação atual*

A Petição visa obstar à instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas, ilha de São Jorge, com os fundamentos que constam do texto da Petição e para os quais se remete.

Atualmente, o parque de armazenagem de combustíveis de São Jorge está localizado junto ao cais comercial do Porto das Velas.

c) *Diligências efetuadas*

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 18 de agosto de 2011, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Visita ao local objeto da Petição;
- Audição dos peticionantes;
- Audição das empresas promotoras do projeto do Parque de Combustíveis de São Jorge;
- Audição do Governo Regional, através dos Secretários Regionais do Ambiente e do Mar e da Economia;
- Audição dos Presidentes das Câmaras Municipais das Velas e da Calheta;
- Audição do Presidente da Junta de Freguesia das Velas;
- Audição da Direção do Núcleo Empresarial de São Jorge;
- Pedido de parecer ao Conselho de Ilha de São Jorge.

As empresas promotoras do projeto do Parque de Combustíveis de São Jorge – Bencom, S.A., e José Monjardino, S.A. – recusaram-se a participar na audição em Comissão, marcada para o dia 14 de outubro, p.p., invocando nada terem a acrescentar ao assunto em apreciação, conforme ofício da Bencom, S.A., dirigido à Assembleia Legislativa, em 12 de outubro de 2011, o qual se anexa ao presente relatório, como parte integrante do mesmo. A Comissão não compreende e lamenta esse facto, desde logo, porque não conhece as alegadas posições anteriormente manifestadas pelas referidas empresas, a que aludem na mencionada comunicação, e porque considera que tal recusa não se enquadra no

relacionamento de mútua colaboração que deve existir entre as pessoas, singulares e coletivas, incluindo os agentes empresariais, e os órgãos de governo próprio da Região, sempre que estejam em causa matérias de manifesto interesse coletivo.

1. VISITA AO LOCAL OBJETO DA PETIÇÃO

A Comissão visitou o local objeto da Petição, no dia 23 de setembro de 2011, tendo ainda apreciado algumas peças do projeto para aí previsto.

2. AUDIÇÃO DOS PETICIONANTES

A Comissão procedeu à audição dos peticionantes na reunião do dia 23 de setembro, p.p., tendo comparecido os Senhores Hélder Fernando Sousa Teixeira e Paula Maria Azevedo Silva, respetivamente primeiro e terceiro peticionantes.

Ao iniciar a audição, o Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, registou mais esta participação dos cidadãos na atividade sociopolítica da Região, utilizando os meios de participação cívica e política ao seu dispor. Esclareceu que a petição foi admitida por cumprir todos os requisitos legais e regimentais e que o número de assinaturas impõe que a mesma seja apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Dada a palavra aos peticionantes, o Senhor Hélder Fernando Sousa Teixeira começou por referir que a Petição manifesta o desagrado dos habitantes da zona de Entre-Morros pela eventual construção de um parque de combustível naquele local, uma vez que se trata de uma zona habitacional, com um parque infantil, um campo de jogos e uma escola profissional. Para além disso, trata-se de uma zona de nidificação de cagarros e a única zona de possível expansão urbana da Vila das Velas. Referiu que a instalação do parque de combustíveis traria uma desvalorização das casas existentes naquela zona.

Usando da palavra o Deputado Aníbal Pires, do PCP, começou por saudar a iniciativa dos cidadãos. Depois, referiu-se à necessidade de haver, em São Jorge, um parque de combustíveis, acrescentando que o lugar em questão deve ser preservado, importando que os jorgenses, incluindo os subscritores da Petição, colaborem na procura de uma alternativa, uma vez que as instalações

atuais não satisfazem as necessidades da ilha e levantam mesmo questões ao nível da segurança.

Por sua vez, o Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, começou por dizer que para o seu partido é imprescindível a construção de um novo parque de combustíveis, uma vez que o atual oferece perigo e não tem a capacidade necessária para a ilha, para além de que o seguro do atual parque apenas vigorará por mais dois anos, atendendo ao tempo de vida útil das instalações.

Prosseguindo, o Deputado referiu que este é um processo que corre há mais de 15 anos sem que se tenha encontrado uma solução, com a Câmara Municipal das Velas, durante muitos anos, a assumir uma responsabilidade que não lhe cabe, na procura de uma localização para o novo parque de combustíveis. Quanto à localização de Entre-Morros, considerou que a mesma caiu por terra com o parecer da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, havendo que encontrar uma solução, com a maior brevidade possível.

O Deputado Mark Marques, do PSD, felicitou os peticionantes pela iniciativa e afirmou que a questão do parque de combustíveis de São Jorge tem 18 anos e não é um assunto partidário mas político, que urge resolver. O Deputado aludiu àquilo a que considerou serem responsabilidades do Governo Regional nesta matéria, uma vez que a ilha de São Jorge tem o pior ratio de armazenagem de combustíveis.

Prosseguiu a intervenção, referindo que o entendimento do Grupo Parlamentar do PSD é no sentido da construção do parque de combustíveis junto ao Porto, como acontece, por exemplo, nas ilhas do Pico e Graciosa. A terminar, o Deputado referiu-se ao teor do parecer da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar relativamente à construção no lugar de Entre-Morros, para concluir que é preciso encontrar uma solução.

O Deputado Rogério Veiros, do PS, começou por saudar os peticionantes, relevando a participação cívica e manifestando o seu respeito e compreensão pela posição expressa na Petição que dirigiram à Assembleia Legislativa.

Para o Deputado, o abastecimento de combustíveis à ilha de São Jorge é um negócio mercantil, sendo as empresas concessionárias as únicas responsáveis

pelo abastecimento e armazenamento de combustíveis na ilha. Na mesma linha de raciocínio afirmou que, no atual quadro económico e financeiro, a ideia de o Governo Regional assumir a construção de uma plataforma conquistada ao mar, para depois ser entregue aos privados, não é viável. Considerou, ainda, que este é um assunto que interessa a todos os jorgenses, incluindo aos peticionantes que, certamente, também concordam que terá de ser encontrada uma solução para a localização do parque de combustíveis, tendo terminado expressando a opinião de que qualquer solução dentro da Vila das Velas nunca será ótima.

Em resposta do Deputado Rogério Veiros, a Senhora Paula Silva manifestou-se consciente dos constrangimentos do atual parque de combustíveis e de que pode não haver dinheiro para conquistar terreno ao mar e ter-se que encontrar um solução menos dispendiosa.

Por sua vez, o Senhor Helder Teixeira afirmou que continua sem perceber qual é a posição do CDS-PP e que gostaria de ser esclarecido. Segundo este, os subscritores da petição não são alheios à necessidade de encontrar uma solução para a localização do parque de combustíveis, embora entendam que cabe aos responsáveis políticos tomar tais decisões em consciência e ouvindo as populações, e acrescentou que se não apontaram soluções para o problema é porque acharam que a Petição não era o meio nem o momento adequado para o fazer.

Prosseguindo, disse que acha que podem ser encontradas soluções fora da Vila de Velas e até em outras zonas da ilha, discordando da instalação em Entre-Morros, até porque é o único terreno que o Município dispõe para construir um equipamento desportivo ou cultural.

Numa intervenção, o Deputado Aníbal Pires afirmou o entendimento de que, apesar da atividade de distribuição de combustível ser privada, o poderes local e regional não podem deixar de interferir ao nível das infraestruturas, para que possa haver abastecimento regular e sem ruturas, independentemente de o mesmo ser explorado pela iniciativa privada.

O Deputado Hernâni Jorge registou o consenso existente em torno da importância da infraestrutura de armazenagem de combustível em São Jorge e o

reconhecimento das limitações da infraestrutura atual, tendo questionado os peticionantes se, face às questões e dificuldades surgidas ao longo do tempo, no limite, consideram adequado manter a situação tal como está, ou seja se admitem a possibilidade de nada se fazer.

Em resposta, ambos os peticionantes rejeitaram a hipótese de nada ser feito relativamente às atuais condições do parque de combustíveis e afirmaram que a solução que lhes parecer mais adequada será junto ao porto comercial, tendo ainda o Senhor Helder Teixeira acrescentado que podem e devem ser estudadas outras soluções e que não compreende porque é que tem de ser unicamente nas Velas.

O Deputado Luís Silveira, numa segunda intervenção, começou por discordar das afirmações de que a responsabilidade do abastecimento de combustíveis é das empresas concessionárias, pois entende que compete ao Governo Regional assegurar o abastecimento das populações. Afirmou, também, que o problema da localização do parque de combustíveis é uma herança de sucessivos executivos camarários que se meteram num assunto que não era da sua competência, tendo, por isso, responsabilidades na matéria.

Esclarecendo o Senhor Helder Teixeira, disse que a posição do CDS-PP é muito clara, até porque não podem votar qualquer documento que não fundamente, em termos técnicos, a viabilidade de construção do parque de combustíveis. Disse, ainda, que uma localização fora da Vila das Velas só poderá ser na Calheta, uma vez que no concelho das Velas, mas fora da Vila, é impossível construir a infraestrutura, visto que, de acordo com o estudo feito, não é possível bombear o combustível para fora da Vila, e acrescentou que a construção de um novo parque de combustíveis na localização atual não é viável por falta de área útil para os tanques que são necessários.

Usando, novamente, da palavra, o Deputado Rogério Veiros alertou para os riscos da realização de um investimento sem se olhar aos respetivos custos, esclarecendo que em matéria de fornecimento de alguns bens essenciais o Governo Regional promove e indemniza o seu abastecimento e que, no caso dos combustíveis, este abastecimento é feito por um navio, contratado mediante

concurso público internacional, sendo o investimento ao nível do armazenamento feito por privados.

O Deputado do PS continuou a intervenção dizendo que, pessoalmente, não tem posição formada sobre a matéria em apreciação, mas que alguém terá que tomar uma decisão, sendo certo que essa não agradará a toda a população, mas terá sempre que respeitar os condicionamentos técnicos e financeiros e os direitos das pessoas.

A Deputada Paula Bettencourt, do PS, ao usar da palavra, saudou a iniciativa dos cidadãos e o seu contributo para a tomada de decisão, manifestando compreensão pelas preocupações dos peticionantes. Continuando, alertou para o facto de não existir qualquer parecer técnico relativamente às localizações adiantadas, até porque o primeiro parecer sobre uma possível localização foi o emitido pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, para o lugar de Entre-Morros. A terminar, a Deputada pretendeu saber dos peticionantes qual a localização que considerariam mais adequada, não sendo possível manter o parque de combustíveis junto ao porto.

Respondendo à Deputada, o Senhor Helder Teixeira disse que com a Petição se limitaram a emitir uma opinião sobre uma hipótese de localização do parque de combustíveis e não pretenderam avançar com soluções, as quais devem ser encontradas pelos responsáveis. A terminar, afirmou-se convicto de que se não tivessem feito a Petição, as obras já estariam a decorrer, e que é impensável continuar a conceber-se a construção do parque no lugar de Entre-Morros.

A terminar a audição, o Presidente da Comissão reiterou o reconhecimento da Assembleia Legislativa pela participação dos cidadãos através do exercício do direito de petição e salientou a importância destes manifestarem a sua opinião, enriquecendo o processo de decisão política.

3. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS VELAS

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal de Velas na reunião de 23 de setembro de 2011.

Feito o enquadramento da audição pelo Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, do PS, foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal das Velas, Senhor Manuel Silveira, que começou por manifestar o seu apreço pela presença da Comissão Parlamentar em São Jorge.

Referindo-se à matéria objeto da audição, o Presidente da Câmara disse que a preocupação da autarquia é com o parque de combustíveis atualmente em funcionamento, seja deslocalizado, uma vez que apresenta limitações ao nível da capacidade de armazenamento e que se colocam algumas questões de segurança, desde logo pela sua localização próxima de um restaurante. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal não tem preferências quanto ao local de instalação, mas terá que ser encontrada com urgência uma solução, onde quer que seja na ilha de São Jorge. A hipótese da construção no lugar de Entre-Morros foi sugerida à Câmara Municipal pelas empresas concessionárias. Na ocasião, o Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, questionou o Presidente da Câmara acerca da eventual manutenção da hipótese de construção na zona de Entre-Morros, depois do parecer negativo da Secretaria Regional do Ambiente e Mar, pedindo-lhe, ainda, uma opinião relativamente à manutenção do parque de combustíveis na localização atual, ganhando espaço ao parque de contentores, no âmbito da ampliação do Porto Comercial.

Respondendo ao Deputado, o Presidente da Câmara Municipal das Velas disse que, depois do parecer da Secretaria Regional do Ambiente e Mar, não voltará a falar de Entre-Morros, lembrando que essa localização só foi considerada por ter sido sugerida pelos promotores. Quanto à hipótese de uma solução no âmbito das obras de ampliação do Porto disse que encara com bons olhos essa alternativa, desde que fosse compatível com a operacionalidade do Porto, até porque tratar-se-ia de uma solução que não esventraria a Vila das Velas. A concluir esta intervenção, referiu-se, mais uma vez, à urgência de encontrar uma solução, quer pelas razões já invocadas na primeira intervenção, quer pelo limite temporal imposto para a utilização dos fundos comunitários disponíveis.

A Deputada Bárbara Chaves, do PS, questionou o Presidente da Câmara quanto à eventual localização do parque de combustíveis fora da Vila das Velas, já que fora um hipótese referido pelos peticionantes na audição com a Comissão.

Em resposta à Deputada, o autarca disse que adoraria essa solução, embora saiba que a opinião dos promotores do investimento é de que o combustível consumido na ilha não compensa o investimento que seria necessário realizar nesse caso.

A concluir a audição, o Presidente da Câmara Municipal das Velas reafirmou que não tem nenhuma preferência de localização para o parque de combustíveis, embora admita que o ideal seria que este saísse da Vila das Velas, sublinhando a necessidade de uma solução urgente.

4. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal da Calheta, Senhor Aires Reis, na reunião de 23 de setembro de 2011.

O Presidente da Comissão enquadrou a audição e a problemática associada, no que se refere ao abastecimento de combustíveis à ilha de São Jorge, e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal da Calheta para enunciar a sua perspetiva relativamente à matéria objeto da audição.

O Presidente da Câmara Municipal da Calheta começou por dizer que não se pronunciaria sobre a eventual localização do parque de combustíveis no lugar de Entre-Morros, até porque entende que aquela infraestrutura deve localizar-se no Topo, já que seria uma excelente oportunidade de colmatar alguns problemas da ilha, designadamente o isolamento e a desertificação do Topo, por via da construção de um porto que permitiria desenvolver aquela zona. Para o autarca, a opção pelo Topo beneficiaria um terço da ilha e o parque de combustíveis ficaria mais próximo das duas sedes de concelho e sem os contragimentos que tem nas Velas.

O Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, considerou utópica a posição do autarca relativamente à sugestão do lugar do Topo. Face ao problema do parque de combustíveis e às dificuldades da sua localização dentro da Vila das Velas, o

Deputado questionou o Presidente da Câmara se no Porto da Calheta, mesmo não tendo água para o calado do navio, existe espaço disponível para fazer o abastecimento de combustível através de boias ou em pipeline.

Respondendo, o Presidente da Câmara Municipal discordou do carácter utópico da sua alternativa, pois entende que a visão de desenvolvimento tem que ser de toda a ilha e reiterou a ideia de que um porto no Topo é essencial num futuro sistema de transportes. Quanto à questão que lhe foi colocada, disse que a Câmara não tem espaço disponível.

A Deputada Paula Bettencourt, do PS, pretendeu do autarca quais os constrangimentos que ele considera existirem na localização do parque de combustíveis nas Velas, bem como se os custos de transporte do combustível do Topo para o resto da ilha poderiam ser maiores que os atuais.

Na resposta à Deputada, o Presidente da Câmara começou por referir que na Vila das Velas existe uma única saída, o que pode levantar problemas em caso de catástrofe, e que tal não sucede no Topo. Quanto à segunda questão colocada, o autarca disse não ter condições para a avaliar.

O Deputado Clélio Meneses, do PSD, iniciou a sua intervenção aludindo aos custos significativos das estruturas portuárias e questionou o autarca sobre o tempo que demoraria levar os combustíveis do Topo até às Velas, caso os combustíveis chegassem da Terceira, até porque, segundo o Deputado, o transporte marítimo é mais caro que o rodoviário.

Comentando a intervenção do Deputado, o Presidente da Câmara Municipal da Calheta, considerou que, quer o combustível venha de S. Miguel, quer venha da Terceira, a distância entre esta ilha e a Vila de Velas é o dobro da distância entre a Terceira e o Topo.

O Deputado Luís Silveira reiterou o entendimento pessoal de que a pretensão manifestada pelo Presidente da Câmara da Calheta é uma utopia, porque implicaria construir um novo porto no Topo. Quanto aos custos do transporte marítimos serem superiores aos do transporte terrestre, considerou que a questão não tem pertinência, uma vez que o navio, em regra, opera primeiro no Pico e no Faial, onde fica mais combustível, e que acresce o facto da central

termoelétrica, que é o maior consumidor de combustível da ilha, se situar nas Velas.

Comentando a intervenção do Deputado, o Presidente da Câmara considerou que a questão tem a ver com a sua perceção do que é a zona do Topo, que tem estado esquecida, e que um investimento deste tipo seria uma excelente oportunidade.

Para o Deputado Aníbal Pires, do PCP, as utopias movem os homens e a proposta do Presidente da Câmara Municipal deve ser agarrada porque contém um pensamento orientado para o desenvolvimento e para a coesão e que atende à importância das ligações marítimas. Para o Deputado, esta proposta aproveita a oportunidade da construção do parque de combustíveis, introduzindo fatores de coesão territorial e económica para as ilhas do grupo central.

Numa intervenção final, o Presidente da Câmara Municipal da Calheta pediu aos Deputados para pensarem bem na sua proposta, já que esta é mais importante do que pode parecer à primeira vista, sendo mesmo uma questão decisiva para a zona do Topo e de grande importância para o desenvolvimento económico da ilha de São Jorge, já que o Topo devia ter um porto em condições para as ligações marítimas com a Terceira e a construção do parque de combustíveis é a oportunidade para defender a construção de um porto no Topo.

5. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DAS VELAS

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Junta de Freguesia das Velas, Senhor Paulo Silveira, na sua reunião de 23 de setembro de 2011.

O Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, agradeceu a presença do autarca e enquadrou a audição no âmbito da análise da petição apresentada, convidando o Presidente da Junta de Freguesia a manifestar a sua posição sobre a matéria.

O Presidente da Junta de Freguesia das Velas, quanto à matéria em análise, considerou que a Vila de Velas é muito limitada em termos geográficos e que a zona de Entre-Morros é das poucas zonas de expansão, nomeadamente para a construção de equipamentos desportivos. Para o autarca, trata-se de uma zona

onde a construção de habitação é mais cara, que tem um custo real para os proprietários, e apresenta uma densidade demográfica considerável. Defendeu que a zona em causa seja uma zona urbana onde sejam criados outros equipamentos.

O deputado Luís Silveira, do CDS-PP, pretendeu saber a opinião do autarca sobre o aproveitamento do atual parque de combustíveis, expandido para o parque de contentores, se o Governo Regional, no âmbito da ampliação do porto, criar uma plataforma para crescimento do parque de contentores.

Respondendo ao Deputado, o Presidente da Junta de Freguesia considerou que o assunto é muito sério para ser politizado e disse que não o preocupa se é ou não no parque de contentores, já que o que importa é que o assunto seja resolvido.

O Deputado Luís Silveira insistiu em querer saber se a sua proposta é viável e se o autarca concorda com a localização do parque de combustíveis por trás do cais.

O Presidente da Junta de Freguesia considerou que essa pode ser uma boa solução, mas que tal implica esquecer o forte.

Usou da palavra o Deputado Rogério Veiros, do PS, questionou o Presidente da Junta de Freguesia se é pacífica a construção de um novo parque de combustíveis no mesmo sítio do atual, já que se trata de uma zona grande pressão urbana.

Comentando a intervenção do Deputado, o autarca disse que não existem decisões perfeitas e referiu o facto do parque de combustíveis estar na atual localização, há mais de 16 anos, com caráter provisório.

6. AUDIÇÃO DA DIREÇÃO DO NÚCLEO EMPRESARIAL DE SÃO JORGE

No dia 23 de setembro de 2011, a Comissão procedeu à audição da Direção do Núcleo Empresarial de São Jorge da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença da Direção do Núcleo Empresarial de São Jorge e procedeu ao enquadramento da audição, solicitando

a posição da mesma sobre a matéria em apreciação, tendo em conta os constrangimentos do abastecimento de combustíveis à ilha e as questões suscitadas pela atual estrutura do parque de combustíveis.

Os representantes do Núcleo Empresarial começaram por referir que apenas tomaram conhecimento da matéria objeto da audição, ou seja da Petição, através do convite da Comissão para a presente audição. Prosseguindo, informaram que consideram que o parque de combustíveis atual é uma autêntica bomba e que o local de Entre-Morros não é o mais indicado, atendendo aos equipamentos ali existentes. Disseram, ainda que entendem não ser tecnicamente possível uma eventual instalação do parque em S. Pedro, no parque industrial, por razões que se prendem com a bombagem, concluindo que a melhor localização é a atual, com a criação de um terraplano.

O Deputado Luís Silveira considerou a explanação feita pelo Núcleo Empresarial perentória e muito bem enquadrada e que todos têm a noção da necessidade urgente de um novo parque de combustíveis. O Deputado pretendeu saber a posição do Núcleo Empresarial relativamente ao aproveitamento da localização atual, com recurso ao parque de contentores, fazendo crescer este no âmbito da ampliação do porto comercial.

Em resposta, o Núcleo Empresarial considerou que a alternativa proposta poderia ser boa, mas entendem que não se deve destruir a muralha do forte, a qual deve ser preservada e que, neste caso, o espaço disponível pode não ser suficiente. Alertaram, ainda, para o facto de São Jorge ser uma ilha sísmica e da Vila das Velas apenas ter uma saída, pelo que, se houver um problema, os combustíveis ficam bloqueados.

O Deputado Rogério Veiros, do PS, começou por referir-se às especificidades do abastecimento de combustíveis nos Açores, realizado por barco, e para o facto do porto comercial se localizar nas Velas e, face a estas considerações, pretendeu saber se, caso a localização tiver que ser no porto e a muralha tiver que ser demolida, o Núcleo Empresarial estará contra, mantendo o entendimento de que o parque de combustíveis deve ser deslocado para fora das Velas.

Respondendo ao Deputado, o Núcleo Empresarial disse não ser contra os tanques ficarem nas Velas, mas que se deve estudar uma alternativa, por exemplo na zona da Queimada, que é uma zona plana e pouco urbanizada.

O Deputado Mark Marques, do PSD, começou por destacar a lucidez da intervenção do Núcleo Empresarial, realçando que a solução do assunto não passa pela destruição do forte de Santa Cruz e que há uma preocupação comum que é a existência de um parque de combustíveis, que garanta que não há uma rutura de stocks, pois o desenvolvimento da ilha depende de energia.

O Deputado Carlos Mendonça, do PS, questionou o Núcleo Empresarial sobre a localização que entendem ser a mais adequada para a instalação do parque de combustíveis, com maior benefício para os empresários locais.

Em resposta, o Núcleo Empresarial disse que localização ideal seria fora das Velas, no parque industrial, mas que, uma vez que não são técnicos, não sabem como levariam o combustível até lá. A terminar, a Direção do Núcleo Empresarial de São Jorge destacou a importância do diálogo e do planeamento no desenvolvimento de todos os equipamentos e infraestruturas essenciais para o desenvolvimento da ilha.

7. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar na reunião de 14 de outubro de 2011.

O Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, procedeu ao enquadramento da audição e referiu as diligências já desenvolvidas pela Comissão, tendo pedido ao governante que explicitasse a sua posição sobre a matéria em apreciação.

O Secretário Regional do Ambiente e do Mar começou por informar a Comissão de que vai entregar um conjunto de documentação sobre o assunto, contendo informação que permitirá construir o histórico. Referiu, depois, que no caso concreto as áreas da competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar envolvidas são as que se referem com o licenciamento no âmbito da energia e a tutela no que se refere aos instrumentos de gestão do território.

Para o governante, a Secretário Regional do Ambiente e do Mar não tem que intervir na seleção da localização do parque de combustíveis, já que essa deve caber aos promotores do investimento, devendo apenas ser chamada a pronunciar-se sobre a proposta concreta de localização, como sucedeu no caso do lugar de Entre-Morros, onde a Secretaria Regional fez uma mera análise da conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial em vigor, tendo esclarecido que esta localização só seria viável com uma suspensão parcial dos planos de ordenamento, que tem uma tramitação própria e que teria de ser desencadeada pelos promotores do projeto.

O Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, pediu ao Secretário Regional esclarecimentos sobre a possibilidade de suspensão do plano para o parque de combustíveis, bem como se é possível construir o parque de combustíveis.

Respondendo, o Secretário Regional referiu que o parecer dado pela Secretaria Regional é definitivo e vinculativo, sendo possível, nos termos da Lei, proceder à suspensão do Plano Diretor Municipal (PDM) e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), esclarecendo que essa possibilidade teórica não invalida a análise de mérito que implica o pedido de suspensão dos instrumentos de ordenamento do território, sendo que essa análise nunca foi feita, já que a questão foi apenas analisada face aos instrumentos de gestão territorial em vigor.

O Deputado Mark Marques, do PSD, referiu que a Câmara Municipal das Velas, ao pedir parecer sobre a localização em Entre-Morros, pediu sobre outros três sítios, relativamente aos quais a Secretaria Regional disse não se poder pronunciar, por não ter elementos. Considerando que o parque de combustíveis é necessário, o Deputado pretendeu saber se a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar está disponível para, com outras entidades, dar os pareceres e as informações necessárias para que se encontre rapidamente uma solução.

Respondendo às questões colocadas, o Secretário Regional disse que, além das competências em matéria ambiental, a Secretaria Regional tem competências em matéria de energia, pelo que é parte interessada no problema de abastecimento de combustíveis de São Jorge e está, naturalmente, disponível

para, conjuntamente com o promotor e a Câmara Municipal, trabalhar para a solução, mas quem deve iniciar o processo é sempre o promotor do investimento, que deve procurar uma solução que seja segura, respeite os instrumentos de gestão territorial e permita as soluções de armazenamento de que a ilha precisa.

8. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Economia na reunião de 12 de janeiro de 2012.

O Presidente da Comissão procedeu ao enquadramento da audição, dando nota da existência de um parecer vinculativo da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, emitido à luz dos instrumentos de gestão do território em vigor, que inviabiliza a execução do projeto que originou a Petição em análise.

Dada a palavra ao Secretário Regional da Economia, este informou prescindir de uma primeira intervenção, porque o assunto em apreciação não é matéria que se coloque diretamente no âmbito de atuação do departamento que tutela, para além de que o parque de combustíveis é uma instalação privada. Mesmo assim, disponibilizou-se para responder às questões que lhe sejam colocadas pela Comissão.

O Deputado Mark Marques, do PSD, iniciou a sua intervenção considerando que o parque de combustíveis de São Jorge está muito mau, constituindo um perigo. Referiu que no passado mês de agosto houve falta de gasolina na ilha e que, na altura, o Governo Regional afirmou que não havia rutura de combustíveis em São Jorge, quando manifestamente não havia combustível em alguns postos, em virtude da capacidade de armazenamento não ser suficiente. Referindo-se à Petição, disse que esta surge da preocupação dos cidadãos face à intenção manifestada pelos promotores do novo parque de combustíveis de localização da infraestrutura no lugar de Entre-Morros, e questionou o governante sobre aquilo que a Secretaria Regional da Economia poderá fazer para que haja um parque de combustíveis em condições em São Jorge, tendo em consideração o anúncio de ampliação do Porto das Velas.

Prosseguindo, o Deputado afirmou que foram adiantados alguns sítios para implantação do novo parque de combustíveis, continuando, pessoalmente, a defender que o parque de armazenagem de combustíveis deve ser integrado na obra de ampliação do Porta das Velas.

A concluir, referiu-se a eventuais preocupação dos privados devido ao limite imposto pelas seguradoras relativamente à cobertura das instalações do parque atual, pretendendo saber se este assunto preocupa o governante.

O Deputado Luis Silveira, do PP, começou por referir a necessidade de contextualizar a situação do parque de combustíveis, dando nota que a Câmara Municipal das Velas, há mais de uma década, assumiu o compromisso de disponibilizar um espaço para a instalação do novo parque de combustíveis. Em relação à Petição, lembrou que a localização do parque na zona de Entre-Morros foi votada por unanimidade pelo Município. Segundo o Deputado, esta indefinição dura há mais de 15 anos, fazendo com que a ilha tem uma reserva de combustíveis muito reduzida e lembrou, também que, a partir do próximo ano, as seguradoras não farão contrato de seguro relativamente às instalações atuais, facto que, só por si, impõe que a situação tenha que ser resolvida.

Prosseguiu o Deputado, questionando o governante sobre se este está desperto para a situação que se vive a ilha de São Jorge em termos de armazenagem de combustíveis e se tem consciência que, com as atuais instalações, pode sempre faltar combustível ou até mesmo haver um derrame.

Em resposta aos Deputados, o Secretário Regional da Economia começou por referir que, segundo a informação de que dispõe, no mês de agosto apenas faltou gasolina numa das operadoras e não em todas. Acrescentou que, como membro do Governo Regional, já presenciou várias tomadas de posição do Conselho de Ilha para que o parque de combustíveis saísse da localização atual, pelo que estranha agora uma posição no sentido de se manter no mesmo local. Contudo, para o Governo Regional, o importante é que se melhorem as condições de abastecimento de combustíveis em São Jorge, aumentando a sua autonomia e, segundo os dados de que dispõe, pois tem acompanhado o

processo, o projeto do consórcio promotor do investimento vai de encontro a essa situação.

Prosseguiu considerando que a deslocalização do parque de combustíveis parecer ser uma necessidade, já que em nenhuma outra parte da Região há um entrosamento tão grande entre os combustíveis e as atividades do Porto. Reiterou a necessidade de aumentar a autonomia de combustíveis de São Jorge e de melhorar as condições de armazenagem e abastecimento, mas os tanques não podem ficar onde estão, pelas razões invocadas, ao longo dos tempos, pelo Conselho de Ilha, não percebendo que agora se queira voltar atrás, quando a resolução da situação é urgente. A concluir, recordou que foram os promotores do investimento – privados – que escolheram a localização proposta e desenvolveram o respetivo projeto.

Seguidamente, o Deputado Mark Marques esclareceu que em agosto se limitou a denunciar a falta de gasolina em alguns postos, tendo merecido o esclarecimento do Governo Regional de que havia 30.000 litros na ilha. Comentando a alusão à posição do Conselho de Ilha, disse que este órgão nunca foi pela saída do parque de combustíveis da zona do porto mas, antes, pela resolução do problema, e prosseguiu concordando com o governante quando referiu estarmos perante uma questão da responsabilidade dos privados.

Comentando a intervenção do Deputado, o Secretário Regional da Economia disse que o facto de não haver gasolina em alguns postos não é igual a não haver gasolina na ilha e pretendeu saber se o Deputado considera culpa do Governo Regional a falta de combustível nos postos de abastecimento.

O Deputado Luis Silveira, do CDS-PP, registou as declarações do Secretário da Economia de que tem acompanhado o processo e considerou que houve falhas quanto à escolha do lugar, desde logo porque a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar devia ter sido ouvida mais cedo quanto à localização do parque de combustíveis. Por outro lado, considerando a impossibilidade de construir no sítio objeto da Petição e a questão da autonomia de combustíveis da ilha de São Jorge, quis saber se o Governo Regional se assume como o primeiro responsável por garantir o abastecimento de combustíveis na Região,

cabendo-lhe resolver o problema, face às afirmações do consórcio de que não terá condições para construir o novo parque sem os apoios de fundos comunitários, isto no caso de não se encontrar rapidamente uma localização.

Respondendo ao Deputado, o Secretário Regional declarou que, obviamente, o Governo Regional está interessado em que o assunto seja resolvido, mas que não pode aceitar que seja atirada essa responsabilidade, pois todos os intervenientes têm que ter consciência do que está em discussão, lembrando que existe uma entidade privada com responsabilidades e que não nos podemos esquecer disso só porque algo correu mal relativamente a uma localização. Para o governante é necessário ter algum cuidado nesta abordagem, pois apesar do Governo Regional ser o primeiro a diligenciar e a estar interessado na resolução deste assunto, cabe à entidade privada procurar e apresentar uma localização alternativa, sem que tal signifique que o Governo Regional enjeite as suas responsabilidades na política de combustíveis e de abastecimentos. Da mesma forma, o Governo Regional tem a responsabilidade de garantir que o combustível chega a São Jorge, mas rejeita qualquer responsabilidade na inexistência de combustíveis em alguns postos de abastecimento quando existe combustível armazenado na ilha.

Na ocasião, o Presidente da Comissão usou da palavra lembrando aos Deputados o objeto da Petição e salientando o facto da Comissão desconhecer a posição dos promotores do projeto do parque de combustíveis de São Jorge, designadamente depois do parecer da Secretaria Regional do Ambiente, e que ações se propõe levar a cabo, já que estes se recusaram a vir à Comissão, pelo que não pode qualquer Deputado presumir que aqueles não assumirão as responsabilidades que lhes cabem em todo este processo.

De seguida, o Deputado Mário Moniz, do BE, tomou a palavra e para concordar com a posição do Secretário Regional da Economia, afirmando que se as coisas estão na mão dos privados que têm uma concessão, a responsabilidade para resolver o problema e executar o investimento não pode deixar de ser desses privados.

Usando novamente da palavra, o Deputado Luis Silveira disse que não está a defender as empresas mas antes o abastecimento de combustíveis à ilha de São Jorge e que, se as entidades públicas nunca viabilizaram qualquer localização apresentada pelos privados e estes não poderem fazer o investimento por falta de fundos comunitários, terá que ser o Governo Regional a encontrar uma solução.

Comentando a intervenção do Deputado, o Secretário Regional da Economia considerou que há duas formas de chegar a uma conclusão, pela negativa e pela positiva, sendo que no caso concreto a perspectiva do Deputado do CDS-PP conduziria sempre à desresponsabilização dos privados. Afirmou, também, que o Governo Regional não tem menos atenção com o abastecimento de combustíveis à ilha de São Jorge do que com as restantes ilhas, e que não tem razões para duvidar que os privados continuam interessados no negócio e em achar uma boa localização para o seu investimento, pelo que o Governo Regional não deve, direta ou indiretamente, expressa ou tacitamente, substituir-se a esses nesta matéria. Para o governante os objetivos do Governo Regional são uma maior autonomia e melhores condições e segurança no parque de armazenagem de combustíveis, pelo que dar uma resposta à questão posta pelo Deputado seria contrário ao interesse público.

Numa derradeira intervenção, o Deputado Luis Silveira quis saber se o Governo Regional autorizou a instalação provisória de tanques de combustível na zona do parque de contentores do Porto das Velas, tendo o Secretário Regional respondido que não tem dados que lhe permitam responder, mas que admite que tal possa ter sido autorizado.

9. PARECERES SOLICITADOS

Foi, ainda, solicitado parecer ao Conselho de Ilha de São Jorge, o qual se junta ao presente relatório, como parte integrante do mesmo.

Capítulo IV CONCLUSÕES

Com base na apreciação efetuada, considerando, sobretudo, as diligências realizadas, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu, por unanimidade, o seguinte:

1. Os instrumentos de ordenamento do território vigentes, designadamente o o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha de São Jorge, não permitem a instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas;
2. Com o enquadramento referido no ponto antecedente, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar emitiu, em 30 de junho de 2011, parecer desfavorável à localização do parque de armazenagem de combustíveis na zona Entre-Morros, na Vila das Velas;
3. Aquele parecer tem caráter vinculativo, estando, assim, salvaguardada a pretensão dos peticionantes;
4. Não obstante, regista-se a necessidade de aumentar a autonomia e de melhorar as condições de armazenagem do parque de combustíveis de São Jorge.

Considerando que a Petição foi subscrita por 486 (quatrocentos e oitenta e seis) cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea *a*) do nº 1 e no nº 4 do artigo 192º do Regimento.

Vila do Porto, 13 de janeiro de 2012

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

ANEXOS: diversos documentos, referidos no contexto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Sras. e Srs. Deputados conhecem as regras: cada Grupo Parlamentar tem o direito de intervir por uma só vez até 10 minutos; cada Representação Parlamentar até 5 minutos.

Aguardam-se inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater a Petição nº 8/2011 – “Pela não instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas, ilha de São Jorge”.

Em primeiro lugar, cumpre-me felicitar, com muito gosto, os peticionários por trazerem aqui esta questão, exercendo um direito que lhes assiste, bem como um dever de participação cívica inerente a todos os cidadãos.

O objeto desta petição pretendia que se evitasse a construção do novo parque de armazenagem de combustíveis da ilha de S. Jorge, na zona Entre-Morros, na Vila das Velas.

Os peticionários alegaram para tal que a zona de Entre-Morros é uma zona paisagística, ambiental e residencial, onde se localiza uma escola, um parque infantil e um parque de campismo e que constitui inclusivamente a única zona de expansão da Vila das Velas.

No entanto, esta petição e o seu objeto acabaram por ser superados pelo parecer da Secretaria Regional do Ambiente que no dia 30 de junho de 2011 se pronunciou desfavoravelmente à instalação do parque de armazenamento de combustíveis de S. Jorge, na zona de Entre-Morros, por, e citando, “parte da zona circundante estar classificada como área de especial interesse ambiental e pelo terreno e área contígua do mesmo se encontrarem afetos à reserva ecológica”.

Contudo, se está superado o objeto desta petição, não está superada a necessidade de um novo parque de armazenamento de combustíveis para a ilha da S. Jorge, tendo em conta que o parque atual está no fim da sua vida útil, não oferecendo as necessárias condições de segurança e estando também no limite da sua capacidade.

Assim, quer o PS, quer o Governo Regional dos Açores, estão preocupados com esta situação e empenhados em que ela possa ser resolvida o mais rapidamente possível, em prol de S. Jorge e dos jorgenses.

No entanto, é fundamental deixar aqui explícito que a resolução desta questão cabe, em primeira instância, à entidade privada promotora do investimento que explora este negócio que com ele lucra e dele detém rendimento.

É a esta entidade privada que cabe apresentar o mais brevemente possível o novo projeto e uma nova localização para o novo parque de armazenamento de combustíveis da ilha de S. Jorge, para que se possa ultrapassar definitivamente esta questão que tem criado vários constrangimentos aos jorgenses e que deverá ser urgentemente resolvida para que os constrangimentos não venham a ser ainda maiores com graves consequências.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP congratula-se com esta iniciativa dos cidadãos.

Como já foi referido, a pretensão de que era objeto esta Petição 8/2011, “pela não construção do parque de combustíveis na zona de Entre-Morros nas Velas de S. Jorge”, foi atingida. Foi atingida pelos motivos que, aliás, estão constantes no relatório e que a Deputada Paula Bettencourt acabou de referir.

Fica, no entanto, por resolver o problema do parque de combustíveis de S. Jorge, uma vez que, como é do conhecimento geral, os depósitos estão num nível de degradação muito acentuado e a sua capacidade começa a revelar-se insuficiente.

Independentemente da exploração ser feita por privados e, portanto, caber alguma responsabilidade de iniciativa relativamente à construção dum novo parque de combustíveis por parte de quem tem a concessão e de quem faz o abastecimento do combustível em S. Jorge, quer esta Assembleia, quer o

Governo Regional não podem alhear-se desta necessidade, que é a construção de um novo parque de combustíveis na ilha de S. Jorge, sob pena de poder acontecer ou a rutura do abastecimento ou até a contaminação dos combustíveis por infiltrações de água do mar.

Portanto, cabendo certamente essa responsabilidade à iniciativa privada, cabe também ao Governo Regional e espera-se que o Governo Regional tome algumas decisões sobre este assunto para que essa situação, ou de rutura, ou de contaminação do combustível, não venha a acontecer.

Para finalizar esta minha intervenção sobre a petição, queria dizer ainda o seguinte: a necessidade de construção – e aqui é importante a intervenção do Governo Regional – é reconhecida por todos.

É necessário que o Governo Regional tome alguma decisão sobre isto e aproveitar a oportunidade para olhar para a ilha de S. Jorge, tendo em consideração uma eventual localização, de modo a que esta localização do parque de combustíveis possa contribuir também para a coesão territorial da própria ilha e para o seu desenvolvimento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bem puxadinho!

O Orador: É bem puxadinho porquê, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que sabe!

O Orador: Quando nós olhamos para os problemas de uma forma redutora, eventualmente pode fazer-se interpretações como aquela que V. Ex^a. fez num aparte.

Quando nós olhamos para os problemas que nos são colocados de uma forma integrada, se queremos potenciar o investimento, eventualmente haverá abertura para que estas questões, como a questão da coesão territorial em S. Jorge e alguns problemas que a Ilha de S. Jorge está a atravessar, devam ser devidamente consideradas, mas algumas sugestões ficaram perdidas no relatório da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começamos por agradecer e felicitar os peticionários nesta intervenção cívica. Aqui já foi dito que as suas pretensões foram satisfeitas. Isto mostra que vale a pena o empenho dos cidadãos e mostra também a importância deste modo de interação que a Assembleia Legislativa Regional tem com os cidadãos que representa.

Relativamente a esta preocupação do parque de combustíveis na Ilha de S. Jorge, existe, como aqui já foi referido, o problema da localização dum novo parque de combustíveis.

O que nós conseguimos perceber por aquilo que faz parte da descrição do relatório da Comissão é que há um contraste entre a procura de soluções, a preocupação quer dos peticionários, quer das câmaras, quer do núcleo empresarial de S. Jorge, com uma espécie de deixar andar, sem solução à vista, da parte do Governo Regional.

Eu quero fazer um relato muito sucinto desta impressão que fica do relatório, que parece que é importante para tentar perceber porque é que este problema não se resolve.

Por exemplo, os peticionários dizem: “afirmou convicto de que se não tivessem feito a petição as obras já estariam a decorrer”.

Portanto, há aqui um problema inerente a esta construção que esteve para ser realizada sem que se tivesse ouvido as populações.

Quando a Deputada Bárbara Chaves, do PS, questiona o presidente da Câmara quanto à eventual localização do parque dos combustíveis fora da Vila das Velas, o Presidente da Câmara das Velas responde que “adoraria essa solução, embora saiba que a opinião dos promotores do investimento é de que o combustível consumido na ilha não compensa o investimento que seria necessário realizar neste caso”, ou seja, já há soluções apresentadas pela própria Câmara das Velas.

Depois, a Direção do Núcleo Empresarial diz que “consideram que o parque de combustíveis atual é uma autêntica bomba”, isto é, que não tem condições para

continuar no local onde está e que tem que haver obras de manutenção desse parque de combustíveis.

Diz ainda não ser contra os tanques ficarem nas Velas, mas que se deve estudar uma alternativa, por exemplo, na zona da Queimada, que é uma zona plana e pouco urbanizada.

Há uma sugestão do Núcleo Empresarial para uma localização alternativa do parque.

Portanto, há aqui uma resposta que não foi discutida nem respondida por parte do Governo Regional.

O Núcleo Empresarial diz: “a Direção do Núcleo Empresarial de S. Jorge destacou a importância do diálogo e do planeamento no desenvolvimento de todos os equipamentos, infraestruturas essenciais para o desenvolvimento da ilha”.

Isto é fundamental, de facto. É fundamental que exista este diálogo e pelos vistos este diálogo não tem existido.

Quais são as respostas da Secretaria Regional do Ambiente e Mar? Está naturalmente disponível para conjuntamente com o promotor e a Câmara Municipal trabalhar para a solução, mas quem deve iniciar o processo é sempre o promotor do investimento.

Muito bem, mas este processo dura há mais de dezasseis anos.

Diz a Secretaria de Economia que cabe à entidade privada procurar e apresentar uma localização alternativa, mas essas localizações alternativas têm sido discutidas, pelo menos na ilha, não só pela Câmara, como por outras entidades da ilha. Podem não ser a solução, mas que de facto essas soluções são discutidas, são.

Portanto a preocupação do BE/Açores é questionar o Governo, que nesta situação não pode dar uma resposta, mas nós entendemos que ele deve dar respostas às solicitações da Câmara, aquelas que são claras e evidentes neste documento; deve questionar as entidades privadas concessionárias, obviamente, sobre o que é que se passa e o que é que pretendem fazer; deve contribuir ativamente para soluções deste problema e deve auscultar e informar a

população. É o mínimo que me parece que deve ser feito relativamente a este problema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD quer felicitar os 486 peticionários e recuar um pouco, como a petição apareceu.

Esta petição aparece, infelizmente, na sequência do que foi alertado na Assembleia Municipal, numa das suas reuniões.

Corria-se rumores de alguns contratos verbais firmados com a empresa para montar o parque de combustíveis na zona Entre-Morros.

A partir dessa altura a própria Assembleia Municipal fez uma moção que foi aprovada por unanimidade e felizmente os peticionários mexeram-se e fizeram com que este negócio feito debaixo dum cesto não se concretizasse.

A sensibilidade e bom senso imperou na Secretaria do Ambiente e do Mar, onde cortou as vasas sobre este assunto, em colocar o parque de combustíveis naquela zona.

Há uma coisa que foi frisada aqui pela Deputada Paula Bettencourt, pelo Sr. Deputado José Cascalho, e que também nos preocupa, que é nós não ficamos felizes e contentes porque não se instalou ali o parque de combustíveis, porque nós queremos continuar a viver em S. Jorge.

Os que lá vivem, sobretudo durante o inverno e os que andam mais a par do assunto, sabem que nesta altura, de vez em quando, a rutura quase que acontece. Houve um pequeno quiproquó, durante o último inverno com o então Secretário da Economia, agora Deputado Vasco Cordeiro, em que havia rutura ou não havia rutura. Para mim haver rutura é quando alguém se dirige a uma bomba de combustível e não tem combustível.

Claro que para haver rutura, na perspectiva do então Secretário, era haver um reservatório com 3.000 ou 35.000 litros de gasóleo, mas estava inacessível ao consumidor.

Portanto, há aqui duas interpretações e ele como jurista é muito melhor malabarista linguístico do que eu. Na altura essa foi a notícia. A verdade é que faltou combustível.

Deputado José San-Bento (PS): Malabaristas como o senhor há poucos!

Deputado João Costa (PSD): No sentido figurado!

O Orador: Sentido figurado. Não seja virgem ofendida.

Nós entendemos que não pode de uma forma o Governo também dizer que isso deve ser entregue, que os privados é que têm que resolver o assunto.

Acho que tem que haver aqui uma preocupação ou então também cai por terra as chamadas “Ilhas de Coesão”, aquela proteção que é preciso ter.

A verdade é que há uma preocupação enorme, durante os meses de inverno de haver rutura de combustível.

Tem que haver, há soluções. Foram invocados outros locais pelo Deputado José Cascalho.

Efetivamente o local que a Câmara esteve para autorizar era um erro crasso. Felizmente não aconteceu. Agora nós não estamos tranquilos. A situação existente de facto é uma bomba que lá está. Nós queremos o combustível em S. Jorge e quem está lá não vai sair de S. Jorge.

Portanto, acho que esta petição teve o seu propósito e conseguiu aquilo que era impedir a construção do parque naquela zona, mas também quero aqui confessar que nas Assembleias Municipais onde houve grande participação de muitos destes peticionários, nenhum deles disse “nós não queremos o combustível aqui e não ficamos preocupados”.

Não. Ficaram preocupados porque os jorgenses preocupam-se que haja de facto combustível em S. Jorge.

Para finalizar, não faço parte da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, mas queria felicitar aqui a relatora pelo trabalho que fez, como jorgense, conhecendo eu todos aqueles que foram ouvidos na Comissão, pela forma como transcreveu para o relatório.

Eu acho que nestas coisas da política somos adversários, quando somos adversários, mas quando as coisas acabam bem e o trabalho é bem feito, há que reconhecê-lo e reconhecê-lo no sítio certo.

Não digo isto por estar em fim de carreira parlamentar, digo isto porque foi sempre o meu estilo.

Também queria deixar aqui uma palavra ao seu trabalho, como relatora, feito neste relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Muito obrigada!

(O Deputado António Pedro Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais o Grupo Parlamentar do CDS/PP quer saudar os peticionários pela prática do exercício de direito à petição.

Presentemente temos um parque de combustíveis em S. Jorge que está obsoleto. Temos um parque de combustíveis, como diz o atual Sr. Presidente da Câmara Municipal de Velas, uma autêntica bomba relógio. São estas as declarações feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, inúmeras vezes, inclusive nas próprias Assembleias Municipais.

Em parte concordamos que possa ser eventualmente uma bomba relógio, porque temos um parque de combustíveis que há muito acabou com o seu tempo de vida útil; temos um parque de combustíveis que perde neste momento combustível para o solo; temos um parque de combustíveis que tem só e apenas mais um ano de seguro, porque as seguradoras não passam mais seguro para aquele parque de combustíveis, dada a situação degradante em que ele está; temos um parque de combustíveis que não tem reserva suficiente de combustível para a Ilha de S. Jorge.

Se tivermos o azar de não ter navio de combustível uma semana, ficamos sem combustível na ilha. É essa a verdade e esta é uma forte probabilidade de acontecer, o que é lamentável.

Deputado João Costa (PSD): Em vez de fazermos um parque de combustíveis, vamos aumentar o porto. O senhor vai ser convidado para a inauguração!

O Orador: Por todas estas razões aqui enumeradas, no nosso entender, CDS, é urgente a construção de um parque de combustíveis na Ilha de S. Jorge.

De facto, cai por terra a construção deste parque de combustíveis na zona de Entre-Morros, ou seja, o objetivo desta petição é conseguido e ainda bem que o é. É, porque temos um parecer, como aqui já foi enumerado, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar que é vinculativo e que dá um parecer negativo à construção na zona.

Dá um parecer negativo por inúmeras questões, nomeadamente por ser uma zona classificada, uma área especial de interesse ambiental, faz parte da reserva ecológica da ilha e por tudo isto dá um parecer negativo. Mas também entendemos e não percebemos o porquê de algum dia se ter dado aquele como um local de possível construção.

Nós estamos a falar na única zona possível de expansão e que atualmente é na Vila de Velas. Uma zona onde está a escola profissional, onde tem um parque infantil, onde tem o campo municipal de jogos, onde tem o parque de campismo, onde tem uma série de infraestruturas. Não faz nenhum sentido colocar lá um parque de combustíveis.

No nosso entender essa foi sempre uma má política.

É preciso dizer-se que anda-se há 15 anos na Ilha de S. Jorge à procura de um local para construir o parque de combustíveis (não é uma coisa de há um ano, trata-se de quinze anos).

Nesta matéria há uma responsabilidade subdividida, quer pelo PSD, quer pelo PS.

Deputado João Costa (PSD): Quem será que foi Governo esses anos todos?

O Orador: Em boa verdade, foi votado por unanimidade este local, quer pelo PSD, quer pelo PS. É esta a verdade. Quer pelo ex-Presidente da Câmara que

era PSD, quer pelo atual, quer pelos vereadores do PS na anterior legislatura na Câmara, quer na atual com os vereadores do PSD.

Portanto foi votado por unanimidade entre estas duas forças políticas.

A questão é que continuamos sem o parque de combustíveis.

Deputado João Costa (PSD): O único denominador comum: muda este, muda aquele, mas o Governo é sempre o mesmo e nunca conseguiu fazer nada!

O Orador: Na nossa opinião, esse é o grande problema, porque nós resolvemos aqui uma situação, que era o objetivo desta petição, não construir em Entre-Morros, mas continuamos com o problema de não ter o parque de combustíveis na ilha.

Nós, CDS, não podemos de forma nenhuma concordar com a postura do PS nesta casa, inclusive do Sr. Secretário da Economia na altura Dr. Vasco Cordeiro, que no âmbito da audição que teve na Comissão nos diz que essa não é uma responsabilidade do Governo Regional, mas sim da entidade privada e que é ela que tem a responsabilidade primeira do abastecimento de combustível às populações.

Foi isso que foi dito, é isso que está no relatório e que foi agora confirmado pela Deputada Paula Bettencourt, ...

Deputada Paula Bettencourt (PS): Não foi isso que eu disse Sr. Deputado!

O Orador: ... que nos disse claramente que cabe em primeira instância, se foi isso que eu percebi, à entidade privada o abastecimento de combustível, porque é a entidade privada que tem ganhos e lucros com a comercialização dos combustíveis.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Exatamente!

O Orador: Aí, nós não concordamos, porque o CDS entende que cabe sim. Disse-o e questionei o Sr. Secretário, na altura, no âmbito da Comissão e da audição ao Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Para que será que serve o Governo?

O Orador: A primeira responsabilidade do abastecimento de combustíveis em S. Jorge e em qualquer outra ilha desta Região, na opinião do CDS/PP cabe ao Governo Regional.

Há aqui uma grande discrepância entre a opinião do PS/Grupo Parlamentar, entre a opinião do PS/Governo, e entre a opinião do PS de S. Jorge, nomeadamente o secretariado de Velas.

Deputado João Costa (PSD): É conforme o público!

O Orador: Isso é conforme o vento. Vai-se dizendo ao sabor do ouvido.

Nesta altura é pior, porque estamos em vésperas de eleições regionais. Portanto é mais complicado.

Deputado João Costa (PSD): É conforme a plateia!

O Orador: O secretariado do PS de Velas emitiu um comunicado que foi enviado por *infomail* para todas as residências do concelho de Velas, que diz o seguinte: “o Secretariado das Velas do PS considera que são legítimas as preocupações dos residentes da Vila das Velas quanto à segurança, custos e impacto ambiental da referida infraestrutura.

Assim, e tendo em conta que a decisão final da localização do novo parque de combustíveis é reconhecidamente da competência do Governo Regional, o Secretariado de Velas do PS irá envidar todos os esforços para que se consiga uma solução o mais consensual possível”.

Portanto, o Secretariado do PS de Velas diz que a responsabilidade primeira é do Governo Regional. Os senhores aqui dizem que não é, que é da privada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A responsabilidade final é da empresa!

O Orador: O CDS/PP concorda com o Secretariado do PS de Velas, não concorda com o Governo, não concorda com este Grupo Parlamentar.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor também mudou de opinião!

Além disso o que está no comunicado foi o que o Governo fez!

O Orador: Não mudei de opinião, nunca mudei de opinião, sempre tive a mesma opinião e é só ler o relatório e ler o parecer da Assembleia Municipal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não, não!

O Orador: Sei que ficou incomodado com este comunicado. Eu guardei-o e o senhor também devia tê-lo guardado.

Depois concluir que, na nossa opinião, o que é preciso ser feito é construir o parque de combustíveis.

Nós não podemos continuar mais quinze anos a aguardar uma solução e a entidade privada já disse (e foi aqui enumerado pelo Deputado José Cascalho) que não tem capacidade de investimento para um parque de combustíveis para a ilha de S. Jorge se não tiver o apoio de construir dentro das Velas.

Se eles não têm é preciso que o Governo ajude a resolver esta situação e arranjar a solução.

No nosso entender, Grupo Parlamentar, não temos forma, nem termos técnicos de o provar, mas parece-nos que é possível construí-lo fora da Vila das Velas.

Portanto, é preciso é que o Governo se chegue à frente e é preciso é que o Governo não se substitua à privada. Não é isso que nós pedimos, mas que resolva a situação.

Por exemplo, no Corvo há um *stock* de gás para não faltar gás às populações e esse *stock* é subsidiado e assegurado pelo Governo Regional.

Os senhores têm feito investimentos, têm-se substituído à privada em muitas matérias. Por isso, se o fizerem em relação ao abastecimento de combustíveis, não fazem favor nenhum.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Resolução n.º 2/2012 – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Não sei se há alguma intervenção. Creio que não.

Assim sendo vou colocar à votação esta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Relatório da Comissão Permanente de Política Geral previsto na Resolução**

da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro - "resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que, no âmbito das suas competências, apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de Reforma da Administração Local na Região".

Começo por dar a palavra ao Sr. Relator António Pedro Costa para apresentar o relatório.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Política Geral previsto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2012/A - “resolve recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que, no âmbito das suas competências, apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de Reforma da Administração Local na Região”

CAPÍTULO I

A RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Nº 8/2012/A, DE 20 DE FEVEREIRO

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por meio da Resolução n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro, resolveu encarregar a Comissão de Política Geral de:

- a) Definir os princípios orientadores e os critérios estruturantes para a reforma da Administração Local e do setor público empresarial local da Região Autónoma dos Açores;
- b) Solicitar à Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores o envio de documentos com a proposta destas entidades sobre a reforma da Administração Local da Região Autónoma dos Açores, a ser entregue num prazo máximo de

quarenta e cinco dias, após a publicação daquela Resolução, procedendo à audição das entidades após a entrega do documento, num prazo máximo de vinte dias;

c) No âmbito das atribuições desta Assembleia Legislativa, em matéria de criação ou extinção de autarquias locais, apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo de noventa dias, uma análise ao mapa autárquico e do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;

d) Elaborar uma compilação dos pareceres emitidos pelas Freguesias e Municípios da Região Autónoma dos Açores relativamente à reestruturação do mapa autárquico.

Compete, assim, à Comissão de Política Geral, proceder à audição dos Municípios e Freguesias, da Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias e da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, compilar os seus pareceres, moções ou tomadas de posição enviados à Assembleia Legislativa, analisar o mapa autárquico e do setor público empresarial e definir os princípios orientadores e os critérios estruturantes para a reforma da Administração Local e do setor público empresarial local da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

A METODOLOGIA ADOTADA

No cumprimento dos termos e objetivos estabelecidos pela Resolução da Assembleia Legislativa nº 8/2012/A, de 20 de fevereiro, adiante designada apenas por Resolução, a Comissão de Política Geral (CPG) deliberou proceder à audição escrita das seguintes entidades situadas no território da Região Autónoma dos Açores:

- a)** Assembleias Municipais;
- b)** Câmaras Municipais;
- c)** Juntas de Freguesia;
- d)** Conselhos de Ilha;
- e)** Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
- f)** Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias.

Aos Municípios foi solicitada a prestação da seguinte informação:

- a)** Posição do Município quanto aos objetivos e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica;
- b)** Posição quanto à proposta de Lei nº 44/XII;
- c)** Informação quanto ao setor empresarial local, com indicação do respetivo universo, cópia dos pactos sociais das entidades empresariais, bem como dos respetivos indicadores económicos e financeiros e das contas relativas ao último exercício.

Às Juntas de Freguesia foi solicitada a prestação da seguinte informação:

- a)** Posição da Freguesia quanto aos objetivos e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica;
- b)** Posição quanto à proposta de Lei nº 44/XII;
- c)** Informação quanto à existência no território da Freguesia de instituições culturais, recreativas, desportivas e outras com papel relevante na vida

comunitária da Freguesia.

Aos Conselhos de Ilha foi solicitada posição quanto aos objetivos e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica.

Os pareceres emitidos a pedido da CPG, as moções ou tomadas de posição tomadas pelos Municípios, pelas Freguesias ou pelos Conselhos de Ilha quanto à reforma autárquica são juntos como anexo ao presente relatório.

CAPÍTULO III

RELAÇÃO DOS PARECERES EMITIDOS PELAS ENTIDADES CONSULTADAS

Quadro síntese

Entidade	Parecer Emitido	Parecer não emitido
Assembleias Municipais	10	9
Câmaras Municipais	17	2
Juntas de Freguesia	102	53
Conselhos de Ilha	6	3
TOTAL	135	67

Do quadro síntese retira-se que as Câmaras Municipais registaram uma elevada taxa de participação à solicitação formulada pela Comissão de Política Geral, com 89,4% de respostas, enviando parecer, moção ou tomada de posição.

As Juntas de Freguesias registam uma taxa de participação inferior à das Câmaras Municipais, com 65,8% de respostas.

Por seu lado, quer as Assembleias Municipais, com 52,6%, quer os Conselhos de Ilha, com 66,6%, têm um nível de participação inferior ao das Câmaras Municipais e ligeiramente superior ao das Juntas de Freguesia.

A estes pareceres, moções ou tomadas de posição remetidas à CPG acresce o parecer escrito remetido pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que é referenciado de forma autónoma neste relatório, considerando a natureza da entidade que o emite.

CAPÍTULO X

A PROPOSTA DE LEI Nº 44/XII – APROVA O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

No decurso do mandato conferido à Comissão de Política Geral pela Resolução da Assembleia Legislativa nº 8/2012/A, de 20 de fevereiro, deu entrada na Assembleia Legislativa, em 24 de fevereiro de 2012, a proposta de Lei nº 44/XII que “aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica”, para efeitos de pronúncia, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa em conjugação com o que dispõe a alínea g) do nº 1 do artigo 7º, a alínea i) do artigo 34º e os artigos 116º e 118º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei nº2/2009, de 12 de janeiro e com o que estipula a alínea e) do artigo 42º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em 13 de janeiro de 2012, a Comissão de Política Geral emitiu parecer desfavorável, por unanimidade, àquela proposta de Lei, tendo formulado duas propostas de alteração na especialidade aos artigos 3º e 16º, as quais não foram acolhidas pela Assembleia da República no processo legislativo que culminou com a aprovação desta proposta de Lei – Decreto da Assembleia nº 48/XII.

Esta proposta de Lei estabelece a obrigatoriedade da reorganização do território das freguesias, incluindo as Regiões Autónomas, como decorre do disposto no

nº 2 do artigo 1º e do nº 1 do artigo 18º.

Os quadros antecedentes sobre os indicadores do peso do SEL por Município dão retirados do citado Relatório Final, a páginas 190 a 193.

DECLARAÇÕES DE VOTO

Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS

O Partido Socialista-A subscreve integralmente todas as conclusões do presente Relatório e salienta a coerência, a abertura e o sentido de responsabilidade assumidos pelo seu Grupo Parlamentar no âmbito de todos os trabalhos efetuados pela Comissão de Política Geral que decorreram da aprovação da Resolução nº 8/2012/A.

O PS não confunde o parecer emitido à proposta de Lei nº 44/XII (Decreto da Assembleia da República nº 48/XII), apoiado pela maioria do PSD e CDS na Assembleia da República, e que desrespeitou de forma inaceitável as justas reivindicações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovadas por unanimidade, com a avaliação política exigente que efetuou no âmbito do presente Relatório e para a qual avultaram, entre outras ponderações, o superior interesse regional e os 135 pareceres emitidos por órgãos de autarquias locais da Região Autónoma dos Açores.

Declaração de voto da Representação Parlamentar do PPM

A interpretação que o PPM faz do ponto número 8 das conclusões, no que se refere à reforma da Administração Local, é que a Comissão de Política Geral defende a manutenção integral do atual mapa autárquico.

Por outro lado, a conclusão quanto à aplicação do Memorando de Entendimento assinala que os compromissos assumidos pelo Governo da República só são válidos no âmbito do absoluto respeito pela Constituição e o Estatuto Político-Administrativo, o que não é manifestamente o caso dos compromissos assumidos no âmbito da reforma autárquica. Não existe nenhuma norma constitucional que confira competência ao Governo da República para assumir compromissos em nome dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, em áreas que são da sua competência, como é manifestamente o caso.

Entendemos que é crucial, no âmbito da defesa da Autonomia e da defesa das populações, realizar o máximo esforço para alcançar uma posição consensualizada nesta matéria, razão pela qual a Representação Parlamentar do PPM, salvaguardadas as matérias acima referenciadas, votará favoravelmente o presente relatório.

Declaração de voto dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP votam a favor das conclusões do presente relatório, lembrando que Portugal e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como toda a sociedade portuguesa, estão vinculados ao cumprimento das obrigações e objetivos estabelecidos no Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Estes Grupos Parlamentares recordam que o Estado português se vinculou pela assinatura daquele Memorando, através dum Governo da responsabilidade do Partido Socialista, do qual hoje se espera sentido de Estado quanto ao cumprimento das obrigações internacionais a que o país está sujeito, como condição para a recuperação da credibilidade externa.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP reafirmam, tal como a Comissão de Política Geral o fez, de modo unânime, em parecer de 13 de março

de 2012, que os parâmetros definidos na proposta de Lei nº 44/XII (Decreto da Assembleia da República nº 48/XII) devem ser objeto duma adaptação à realidade regional através duma Lei própria, que salvaguarde as especificidades regionais, decorrentes da insularidade e da realidade ilha, sem a qual o processo de reorganização territorial das freguesias dos Açores não deverá ter lugar.

Esta lei própria deverá consagrar um critério de coesão insular, assente na valorização e proteção das freguesias rurais, na consideração de que apenas as freguesias integrantes das vilas e cidades têm natureza urbana e na ponderação da realidade ilha.

Estes Grupos Parlamentares sublinham a sua coerência com a posição unânime assumida pela Assembleia Legislativa neste processo e a incompreensível incoerência do PS que persiste em não incluir nas conclusões deste relatório a necessidade de adaptação da proposta de Lei nº 44/XII à realidade dos Açores, por meio duma lei própria.

CAPÍTULO XV

CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral, por unanimidade, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e da Representação Parlamentar do PPM, formula as seguintes conclusões:

A - QUANTO À REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores afirma que o compromisso de cumprimento das obrigações e objetivos fixados no Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, vinculam o Estado português a obrigações e objetivos que devem ser submetidos ao respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na observância estrita das atribuições e competências constitucionalmente atribuídas aos órgãos de governo próprio da Região – Assembleia Legislativa e Governo Regional.

2. A Assembleia Legislativa lamenta que a Assembleia da República não tenha acolhido as justas pretensões regionais formuladas no âmbito da audição da Assembleia Legislativa quanto à proposta de Lei nº 44/XII.

3. Numa Região arquipelágica, como os Açores, constituída por nove territórios isolados, alguns deles afastados dos grandes centros urbanos e de importantes equipamentos e serviços públicos, penalizados por dupla insularidade, as autarquias locais ao nível de freguesia asseguram o princípio da solidariedade nacional, da coesão territorial e representam, em especial nas

parcelas mais frágeis do nosso território, o último reduto dum serviço público de proximidade.

4. A Assembleia Legislativa reafirma que a competência para, em concreto, criar e extinguir autarquias locais, bem como modificar a respetiva área, constitui uma competência legislativa própria, nos termos do disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 227º, revestindo a forma de ato legislativo – decreto legislativo regional - como dispõem o nº 1 do artigo 232º, conjugado com o nº 4 do artigo 112º, todos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e a alínea e) do nº 3 do artigo 49º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA).

5. O exercício de tal competência legislativa está apenas sujeito a livre decisão política da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

6. A natureza obrigatória e impositiva dum processo de reorganização territorial autárquica das freguesias da Região, por via de lei ordinária, com uma eventual discriminação negativa quanto a futuras transferências do orçamento de Estado pela sua não realização, é materialmente inconstitucional por violação da alínea l) do nº 1 do artigo 227º da CRP e ilegal por violação da alínea e) do nº 3 do artigo 49º do EPARAA.

7. A Assembleia Legislativa reafirma que o disposto no artigo 11º da Lei nº 60/99, de 30 de Junho que, de modo expresse dispõe não ser “*permitida a criação de freguesias durante o período de cinco meses que imediatamente antecede a data para realização de quaisquer eleições a nível nacional ou regional*”, constitui um impedimento legal à reorganização do território das freguesias nos Açores, a qual compreende a extinção e criação de freguesias, até à realização das próximas eleições regionais.

8. A atual organização territorial autárquica das freguesias existente nos Açores revela-se adequada à realidade política, social, económica e cultural do nosso Arquipélago, constituindo um importante instrumento de dinamização do desenvolvimento e da coesão de cada uma das nove ilhas dos Açores e, conseqüentemente, da Região no seu todo.

B – QUANTO AO SETOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL)

1. As entidades que integram o SEL devem reger-se por boas regras de informação, transparência e prestação de contas (*accountability*), considerando a sua especial natureza de entidades do setor público.
2. As relações financeiras contratualizadas entre os municípios e as entidades integrantes do SEL devem ser ajustadas à realidade da relação estabelecida, de modo a que cada município possa cumprir as suas obrigações contratuais, garantindo certeza, previsibilidade e estabilidade nas relações financeiras.
3. A manutenção de empresas do SEL deve ser objeto dum rigoroso processo de avaliação por cada município, de modo a que sejam evitadas duplicações de estruturas ou duplicações de entidades empresariais sem vantagem para os cidadãos e com um custo acrescido para o erário público.
4. O benefício social resultante para os cidadãos da atividade desenvolvida pelas empresas deste setor deve ser avaliada segundo critérios da melhor utilização dos recursos públicos, sendo aconselhável que os municípios procedam a uma reorganização do seu setor empresarial, diminuindo o seu peso.
5. As empresas do SEL que prossigam atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, gerindo, por exemplo, redes de ATL's, espaços educativos ou espaços culturais, não podem ser submetidas a uma regra de obtenção de lucro no desempenho da sua atividade idêntica à estabelecida para empresas que prossigam outras atividades, embora devam ser submetidas a uma gestão rigorosa e eficiente, de modo a garantirem a sua sustentabilidade. Há uma função social exercida por empresas integrantes do SEL que deve ser preservada em nome da coesão social, especialmente em territórios mais pequenos, mais frágeis e mais dependentes, como são os territórios insulares.

Ponta Delgada, 15 de maio de 2012

O Relator: António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Pedro Gomes

(Para consultar o relatório e os anexos ao mesmo deve seguir o link http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI5026.pdf)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator.

Estão naturalmente abertas as inscrições.

Foi fixado em conferência de líderes o tempo global de 10 minutos para o Governo e para cada Grupo e Representação Parlamentar, que pode ser usado por mais que uma vez.

Está aberto o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje é um dia marcante para a nossa Autonomia. É um momento em que mais uma vez se defende a nossa Região e se combate o centralismo e o continentalismo políticos.

Ao contrário do que muito apregoaram o verdadeiro objetivo da reforma do mapa autárquico não é a redução da despesa pública mas o reforço da coesão nacional, a melhoria da prestação dos serviços públicos locais e a otimização da atividade dos entes autárquicos.

Depois de três meses de muito trabalho, de diversas audições e da análise de mais de 130 pareceres de autarquias locais, e tendo em conta o superior interesse da nossa Região, cujo território é marcado pelo isolamento e pela dispersão, em que grande parte das nossas localidades está afastada dos grandes

centros urbanos e de importantes equipamentos e serviços públicos, o PS afirma que as autarquias locais, ao nível de freguesia, são um edifício essencial da nossa democracia participativa e asseguram o princípio da solidariedade nacional, da coesão territorial e representam o último reduto dum serviço público de proximidade.

Ou seja, as nossas freguesias cumprem, no fundo, os fundamentos da reforma em causa.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Foi em síntese, por estas razões, que o GPPS-A propôs, no que foi apoiado por unanimidade, por todos os partidos, que *“A atual organização territorial autárquica das freguesias existente nos Açores revela-se adequada à realidade política, social, económica e cultural do nosso Arquipélago, constituindo um importante instrumento de dinamização do desenvolvimento e da coesão de cada uma das nove ilhas dos Açores e, conseqüentemente, da Região no seu todo.”*

A reforma do mapa de freguesias, levada a cabo pelo Ministro Relvas, infelizmente, constituiu mais um exemplo de centralismo e de ataque à Autonomia da parte do Governo do PSD/CDS e da maioria que o suporta na AR.

A única preocupação do Ministro Relvas foi reduzir freguesias a régua e esquadro e não a de apresentar uma verdadeira reforma estrutural do poder local.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Alterando em articulação, conforme o PS defende, a lei de atribuições e competências, a Lei de Finanças Locais, a Lei Eleitoral Autárquica, o Estatuto do Pessoal Dirigente, o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, entre outros.

Relembre-se que a maioria do CDS e do PSD não acolheu uma única das justas pretensões regionais formuladas no âmbito da audição desta Assembleia à proposta de Lei nº 44/XII.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A Postura da Maioria da AR foi um dos mais violentos ataques à Autonomia. Viola a Constituição, viola o nosso Estatuto e viola a Lei.

É por isso necessário afirmar aqui no Coração da Autonomia que, de acordo com a Constituição da República e o Estatuto Político Administrativo dos Açores, a competência para criar, extinguir ou modificar a área de autarquias locais no território da Região é uma competência legislativa própria! É uma competência nossa e apenas sujeita à livre decisão política do nosso Parlamento!

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: É importante referir que Comissão de Política Geral trabalhou com mérito e dedicação a Resolução nº 8/2012/A.

Mas também é incontornável referir que enquanto o PS e outros partidos têm uma posição muito clara em relação à defesa intransigente do atual mapa de freguesias nos Açores, outros, nomeadamente o PSD e o CDS, apresentaram uma declaração de voto que é um gato escondido com o rabo de fora.

Os partidos que suportam a maioria insensível e anti-autonómica que governa o País aprovaram integralmente as conclusões do Relatório mas, depois, apresentaram uma declaração anexa em que se desmentem a si próprios.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Apresentam um texto com a finalidade de agradar a gregos e a troianos, ou melhor aos açorianos e aos troikanos.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É bom que todos os açorianos saibam que o CDS e o PSD dizem, simultaneamente, que o mapa de freguesias dos Açores é adequado à nossa realidade mas que posteriormente, ou seja depois das eleições, deverá ser cumprido o MEMO da Troika na Região. Ou seja, na prática estes partidos abrem a porta à fusão de freguesias no futuro.

É por isso necessário esclarecer que o PS honra o que assina mas para nós o MEMO da Troika não é uma escritura sagrada.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Quem é que o fez?

Deputado Berto Messias (PS): Ouça, ouça!

O Orador: Para nós assumir os compromissos da Troika não invalida proceder-se, em certas circunstâncias, a uma reavaliação da sua aplicação e do que pode e deve ser revisto. É para isso que se elegem Governos! É por essa razão que a Política é uma atividade nobre.

Um ano depois da aplicação do MEMO da Troika é mais do que evidente ser obrigatório retirar ilações do que foi realizado e dos efeitos que foram alcançados. O plano de ajustamento não pode ser visto estaticamente mas sim dinamicamente.

No plano europeu nós não temos os nossos direitos diminuídos e não podemos, conforme faz Passos Coelho, assumir um claro estatuto de subalternidade.

(Aparte inaudível do Deputado Duarte Freitas)

O Orador: Aliás, a reavaliação do MEMO já foi feita em várias áreas, Sr. Deputado Duarte Freitas. Foi assim com a Taxa Social Única, foi assim com a redução de municípios no País e, para o PS, deve ser assim com o mapa de freguesias nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por último uma referência ao Sector Empresarial Local. O Relatório apresenta como conclusões uma verdadeira “Carta de Boas Práticas” que a ser seguida permitirá resolver os principais problemas com que se confrontam esses universos empresariais. Esperemos que seja adotada pelas autarquias e considerada pela AR.

No Século XIX, os fundadores do Primeiro Movimento Autónómico Açoriano alertaram que a luta pela Autonomia era muito difícil e incerta. Hoje, mais de 130 anos depois, cabe-nos, mais uma vez, honrar essa nobre herança, desta vez em defesa das nossas freguesias contra o Governo mais centralista da Democracia Portuguesa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por louvar o trabalho realizado pela Comissão de Política Geral, pelo esforço de auscultação e de compilação notável que este relatório coloca nas mãos de todos as Sras. e Srs. Deputados, e até mesmo uma síntese informativa que nos enriquece e nos esclarece sobre vários pontos de vista.

Porque é isto exatamente que eu penso, peço que não entendam a minha intervenção como qualquer tipo de crítica ao trabalho realizado, bem pelo contrário (acabei de assinalar como notável o trabalho realizado), mas antes como uma legítima inquirição sobre determinados aspetos dos quais o Bloco de Esquerda discorda, e também sobre outros aspetos que não compreendemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi à comissão?!

A Oradora: Tenho que responder a essa pergunta, Sr. Deputado, ou quer guardá-la?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem!

A Oradora: Mas com requerimento?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

A Oradora: Não, não é com requerimento. Então eu vou continuar.

O Projeto de Resolução aprovado nesta Casa tinha por epígrafe o seguinte:

Recomendar “à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma proposta de reforma da Administração Local na Região”. Era este o título, o objetivo abrangente, geral, global do Projeto de Resolução que aqui aprovámos.

No seu ponto 1, este mesmo projeto, numa das suas recomendações, dizia:

“Definir os princípios orientadores e os critérios estruturantes para a reforma da Administração Local e do Setor Público Empresarial Local da Região Autónoma dos Açores.”

Primeira dúvida, legítima que eu tenho:

Eu li atentamente as 122 páginas deste relatório. Encontrei – e discordo de algumas dessas conclusões, mas já lá chegaremos – princípios orientadores e critérios estruturantes para o Setor Público Empresarial.

Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa, mas não encontrei nenhuma orientação ou critério estruturantes para a reforma do mapa autárquico, que era uma das partes componentes da reforma da Administração Local.

O que é que eu encontrei?

Deputado Berto Messias (PS): O mapa autárquico não tem que ser alterado!

A Oradora: Se me permitem a maior das confusões.

Sr. Deputado, oiça!

Deputado Berto Messias (PS): Qual é a dúvida?

A Oradora: Deixe acabar. Tenho muitas dúvidas...

Deputado Berto Messias (PS): O mapa autárquico dos Açores não tem que ser alterado!

A Oradora: Sr. Deputado, deixe-me acabar, por favor, porque está a antecipar-se e eu vou esclarecê-lo com toda a generosidade e com toda a boa vontade.

Repare bem, Sr. Deputado, na página 116, na declaração de voto dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

No terceiro parágrafo diz-se assim:

“Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP reafirmam, (...) que os parâmetros definidos na proposta de Lei nº 44/XII (...) devem ser objeto duma adaptação à realidade regional através duma Lei própria, que salvguarde as especificidades regionais, decorrentes da insularidade e da realidade ilha, sem a qual o processo de reorganização territorial das freguesias dos Açores não deverá ter lugar.” Isto lê-se na página 116, numa declaração de voto que afirma e confirma o posicionamento e o pensamento, sobre esta matéria, do PSD e do CDS. Mas consta do nosso relatório, do relatório apresentado a esta Assembleia.

Depois, mais à frente, na página 120, na conclusão nº 8, pode ler-se o seguinte:

“8. A atual organização territorial autárquica das freguesias existente nos Açores revela-se adequada à realidade política, social, económica e cultural do nosso Arquipélago (...).”

Sras. e Srs. Deputados, não se pode comer uvas e beber vinho. Ou bem que temos que adaptar a lei nacional à realidade da nossa Região, ou bem que tudo está bem como está e não temos que mexer em nada, porque nenhum autarca pediu, nenhuma população pediu e este Parlamento também não o pediu. E é este Parlamento que tem legitimidade para o fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Nem mais!

A Oradora: Portanto, eu tenho nas mãos, e o Bloco de Esquerda tem nas mãos, um relatório com duas conclusões completamente contraditórias e que se anulam.

A minha pergunta é: qual é aquela que vinga? Qual é aquela que compromete as Sras. e os Srs. Deputados que foram à Comissão?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tivesse ido à Comissão!

A Oradora: Qual é aquela que compromete as Sras. e os Srs. Deputados que foram à Comissão? Esta é a pergunta que deixo e aguardo a resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tivesse ido à Comissão!

A Oradora: Sr. Deputado, sinceramente, parece uma cassete ou um disco estragado. Isso nem parece seu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tivesse ido à Comissão e tinha ficado esclarecida!

A Oradora: A cassete é doutro lado, não é desse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É *blu-ray*, Sra. Deputada!

A Oradora: Continuando, Sr. Deputado.

Depois, no ponto b), quanto ao Sector Empresarial Local, no nº 5 diz assim o relatório (é também uma das suas conclusões):

“5. As empresas do SEL que prossigam atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, gerindo, por exemplo, redes de ATL's, espaços educativos ou espaços culturais, não podem ser submetidas a uma regra de obtenção de lucro no desempenho da sua atividade (...).”

Eu concordo com esta conclusão. Aparentemente ela é de uma imensa lucidez e generosidade, porque na realidade há ações e obrigações do Estado que não devem ser submetidas à lógica do lucro, mas antes à lógica do serviço público e de disponibilizar às populações aquilo que elas merecem, exigem e é seu direito.

Mas eu tenho uma pergunta a fazer:

Eu compreendo empresas municipais para determinado tipo de setores.

Deputado Francisco César (PS): Já é uma evolução!

A Oradora: Por exemplo, para uma rede de transportes públicos, para a energia, para a água, para a gestão dos resíduos. Eu compreendo essas empresas.

Deputado Francisco César (PS): Mas era contra!

A Oradora: Até compreendo que vários municípios limítrofes se aglomerem, se associem, para criar uma escala superior para rentabilizarem melhor os seus recursos, embaratecerem e diminuírem os custos com os dinheiros públicos e até aumentarem a qualidade do serviço que prestam às suas populações.

Mas, Sras. e Srs. Deputado, eu, sinceramente não compreendo por que é que um ATL ou um serviço de natureza cultural ou até desportivo não há de estar na câmara.

As câmaras têm pelouros e têm vereadores para esse tipo de trabalho social, cultural e desportivo.

A pergunta que vos deixo, Sras. e Srs. Deputados, nesta primeira intervenção é a seguinte:

Por que é que uma empresa municipal há de ser criada para fazer um trabalho que é obrigação da câmara fazê-lo?

Deputado José San-Bento (PS): É muito mais barato!

A Oradora: Por que é que uma empresa municipal há de gastar mais dinheiro a fazer aquilo que a câmara tem a obrigação de fazer?

Por exemplo, em muitas situações, Sras. e Srs. Deputados, e nem precisamos sair desta ilha, não só as empresas municipais fazem aquilo que a câmara deveria fazer, como colidem ou entram em competição com o trabalho da

câmara e dos vereadores da câmara, em vários pontos de vista. Por exemplo, em termos culturais.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, o segundo esclarecimento que eu peço humildemente é, por que é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim!

A Oradora: Tem algum problema, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É com a humildade!

A Oradora: O senhor hoje está cheio de problemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou, estou! Mas é só com a humildade!

A Oradora: O esclarecimento que eu peço, com toda a humildade, é, por que é que na nossa Região, ainda por cima com autarquias, com municípios tão pequenos em alguns casos e em algumas das nossas ilhas, têm que haver empresas municipais a fazer o trabalho que era suposto os autarcas fazerem e para os quais o povo os elegeu, a eles, sim? Não aos administradores das empresas municipais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sentido da interpelação é o seguinte:

Como V. Exas., Sr. Presidente, anunciou, os tempos são globais, 10 minutos para cada grupo e representação parlamentar.

Eu não poderei consumir o tempo do Grupo Parlamentar do PSD a responder às perguntas formuladas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, dado que também nesta função de Presidente da Comissão de Política Geral teria muito gosto em responder.

Tenho pena que a Sra. Deputada não tenha participado em nenhuma das reuniões da Comissão...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador:... para poder, na Comissão, colocar as questões que agora aqui colocou.

De qualquer dos modos, quero agradecer, em nome da Comissão e em meu nome pessoal, a referência elogiosa que fez no início da sua intervenção aos trabalhos da Comissão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria dizer o seguinte, ao Sr. Deputado Pedro Gomes:

Não é a primeira vez que no debate político, dentro desta Casa, se utiliza como arma de arremesso, sobretudo para os partidos mais pequenos, o facto de terem estado ou não em determinado tipo de comissões.

Eu queria alertar esta câmara para duas situações muito claras.

Primeiro: há comissões marcadas no nosso Parlamento, umas em cima das outras. Um grupo parlamentar com dois deputados não pode estar em todas as comissões.

Isto pode ser verdade para o PSD, pode ser verdade para o PS ou para o CDS, mas não é verdade para o PPM, para o Bloco de Esquerda, nem para o PCP.

Não temos deputados eleitos para estar em todas as comissões. Ponto nº 1.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: A colisão e a coincidência de várias reuniões não é da responsabilidade dos partidos parlamentares. Até reconheço que algumas vezes não é da responsabilidade dos respetivos presidentes. Às vezes os calendários são curtos e elas têm que ser, sim senhor, encavalitadas umas em cima das outras.

Mas não admito que se reverta ou inverta culpabilizando os partidos que não podem estar presentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode, pode!

A Oradora: Segundo ponto: o dom da ubiquidade Nosso Senhor reservou para ele próprio.

Não o deu a mais ninguém, tanto quanto eu sei, à face da terra. Se as Sras. e os Srs. Deputados sabem de alguém que o tenha para além do Senhor, façam o favor de me informar porque eu gostaria de o conhecer.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, se quiser contra protestar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não, Sr. Presidente. Obrigado.

Presidente: Muito bem. Vamos então passar à frente.

Dou a palavra para intervir no debate ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu tenho todo o gosto em reservar alguns minutos e alguns segundos da minha intervenção para responder às questões que colocou.

Penso que são questões muito pertinentes.

A Sra. Deputada pergunta: por que é que há conclusões diferentes em relação a este relatório?

Quero dizer-lhe, Sra. Deputada, que só há uma conclusão...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente no que diz respeito ao ponto nº 8. Está aqui bem explícito: “A atual organização territorial autárquica das freguesias existente nos Açores revela-se adequada à realidade política, social, económica e cultural do nosso Arquipélago...”

Diz-me a Sra. Deputada: mas as declarações de voto do CDS, do PS e do PSD não dizem isso.

Bom, mas aquilo é uma declaração de voto vencido.

O problema é que fazem uma declaração de voto vencido, depois votam a favor do relatório. Mas isso é uma incongruência, Sra. Deputada, que não pode...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é uma incongruência!

O Orador: ... imputar a este relatório, mas tem que imputar obviamente aos grupos parlamentares que tomaram essa posição, porque a posição é muito

clara. O que este relatório diz é que, nos Açores, nós consideramos que este mapa autárquico é adequado e que, nessa perspetiva, apoiamos todos os pareceres que chegaram a esta Comissão no sentido das populações das freguesias defenderem a continuação da existência das suas freguesias.

O relatório vai no sentido de dizer que este Parlamento defende o direito a essa existência. Este Parlamento concorda, e mais, este Parlamento considera que a Assembleia da República usurpou as competências do Parlamento dos Açores ao legislar sobre uma matéria que é da nossa competência, de acordo com a Constituição, de acordo com o Estatuto Político-Administrativo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nada mais verdadeiro!

O Orador: Diz-me a Sra. Deputada:

Há alguma dúvida em relação àquilo que foi concluído?

Da nossa parte nenhuma dúvida.

Deputada Zuraida Soares (BE): Da sua parte!

O Orador: Por isso é que votámos favoravelmente este relatório.

Há aqui, neste relatório, apesar da votação unânime não o demonstrar, vencidos e vencedores.

O vencedor é o povo dos Açores, são as populações das freguesias dos Açores. Esse é o grande vencedor! Também são os partidos políticos que desde o início estiveram a favor da preservação das freguesias na nossa Região Autónoma dos Açores.

Este relatório estabelece isso.

Depois, a Sra. Deputada perguntar-me-á: e os critérios adaptados à Região?

Se dizemos que não queremos alterar o mapa autárquico, não tem que existir nenhum critério...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

O Orador: ... porque não queremos alterar coisíssima nenhuma. Não queremos alterar absolutamente nada, porque consideramos adequado.

Consideramos adequado, Sra. Deputada, porque consideramos que este é um erro tremendo por parte do Governo da República.

Eu só estou a referenciar as questões que a Sra. Deputada colocou.

Nós consideramos que é fundamental que exista um povoamento equilibrado do nosso território; que as zonas rurais sejam reocupadas; que a potencialidade de todo o território seja convenientemente utilizada, porque o que aconteceu a nível do território continental, de acordo com os estudos, foi que quatro quintos do país foram abandonados.

Depois dizem: o País não produz, não é autossuficiente do ponto de vista alimentar.

É evidente. Retiramos as escolas, agora retiramos as juntas de freguesia. É evidente que estamos a contribuir para o despovoamento.

Se o território é despovoado não produz. É evidente que isso foi um grande erro que foi cometido pelo País ao longo destes anos.

Esta reforma do mapa autárquico só vai incrementar o problema, porque vai aumentar o despovoamento e no momento em que as populações estão a sofrer uma crise tremenda, retiram-lhes também aqueles que são os seus intermediários, a sua voz, junto do sistema político. Isto é mais um erro.

A Sra. Deputada pergunta: mas nem a troika parece estar de acordo, porque a troika já veio dizer que não defendia nada disto, nem considera uma prioridade a reforma autárquica.

Já nem a troika faz questão nesta reforma autárquica.

O que eu penso é que há muita gente, nomeadamente no Governo da República, que se está a colocar detrás da cortina da troika e do Memorando de Entendimento e está a fazer aquilo que sempre quis fazer, que é beneficiar os poderosos e enfraquecer o povo português, o povo açoriano, enfraquecer os seus representantes e incrementar os desequilíbrios entre os ricos e os pobres, entre os mais influentes e os menos influentes. Disso ninguém está a favor, porque olhamos para o Norte da Europa e o que observamos é um poder local forte. É esse o grande segredo do seu desenvolvimento: um poder local forte com meios muito substanciais.

Nós olhamos para a Suécia, para a Holanda ou para Bélgica e o que é que observamos? Ou para a Suíça, que é um grande exemplo.

São poderes locais muito fortes. Esta é a receita para o desenvolvimento?!

Não! Esta é a receita para o empobrecimento, para o despovoamento do País. Esta é uma péssima receita.

Por isso é que esta conclusão do Parlamento dos Açores é ótima, porque o que diz aqui é que não há reforma do mapa autárquico. Nós, Parlamento dos Açores não queremos. As populações dos Açores não querem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de começar por aquilo que me parece ser uma nota de inteira justiça: elogiar e destacar a importância do papel dos autarcas em geral, mas dos autarcas de freguesia em particular.

Na nossa Região também em particular, especialmente devido às características que tem a nossa dispersão geográfica,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 70% é!

O Orador: ... a nossa fragmentação, a reduzida dimensão das populações e dos povoados, que faz com que as freguesias sejam, nos Açores, ainda mais, um elo fundamental de ligação entre o poder político e as populações. Isso deve ser dito antes de mais.

Parece-me que é uma questão notória aquela que nos conduz. No fundo (tentando antever a intervenção da bancada parlamentar do PSD....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me diga que o senhor adivinha agora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais um zandinga!

O Orador: ... e sem querer com isso tomar o lugar dessa bancada parlamentar) a questão fundamental deste relatório é a questão do Memorando da Troika.

Dizem alguns que o Memorando da Troika obriga a que se faça uma reforma autárquica nos Açores e que os partidos que o assinaram ou que estiveram na sua génese não têm outro remédio senão aceitar que essa reforma se faça nos Açores.

Isso pressuporia ou tem na base um raciocínio que é obviamente inadmissível num estado de direito. Seria o mesmo que dizer que o Memorando da Troika surgiu como se de um processo de revisão Constitucional se tratasse e que o facto de haver um Memorando da Troika faz suspender a legalidade interna portuguesa e também a Constituição em determinados aspetos ou naqueles aspetos em que o Memorando da Troika é explícito e manda fazer alguma coisa.

Isso é obviamente contrário à interpretação correta. É algo que só serve a argumentação política. Não é verdade e mais do que tudo não pode ser prejudicial aos interesses e aos direitos legítimos das populações, nomeadamente das populações dos Açores.

Nós não vivemos num estado de sítio ou num estado de emergência financeiro. Não estamos numa situação em que se suspende a Constituição e a legalidade do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, porque houve a assinatura de um Memorando da Troika.

Estamos numa situação em que temos determinadas metas a cumprir, determinados objetivos a implementar, mas no quadro da legalidade vigente, no quadro da nossa Constituição e no quadro da atribuição de competências aos vários órgãos de poder em Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Corta-se no ordenado!

O Orador: Essa competência, em particular, é uma competência regional, é uma competência da qual a região não prescindirá.

É verdade que o relatório que estamos aqui a apreciar diz isso e é verdade que os partidos que na República são Governo, na Região subscreveram este relatório, assinaram e votaram favoravelmente, fazendo crer que era essa, de facto, a sua posição.

Até se pode pensar, numa primeira análise, que em certa medida o que aconteceu foi que votaram favoravelmente as conclusões do relatório, porque consideravam que a legalidade interna predomina sobre o Memorando da Troika. Depois, na sua declaração de voto, alegaram as razões políticas, legítimas.

O que acontece é que há uma clara contradição...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!

O Orador: ... que os senhores vão ter que explicar entre o que está nas conclusões do relatório e o que os senhores dizem na vossa declaração de voto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Aleluia!

O Orador: É esse o problema central deste relatório. É que os senhores, no relatório, dizem que não há aqui qualquer tipo de problema, que é ajustada a vossa estruturação em termos de freguesias nos Açores, que corresponde às necessidades dos açorianos, que está bem assim o mapa de freguesias na Região, que está bem assim o mapa autárquico e não vale a pena fazer nada.

Depois, na declaração de voto dizem que quando chegar a altura certa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não são mesmo sérios!

O Orador: ... voltarão a esta matéria para então proceder à tal reforma que não é preciso fazer.

O que os senhores dizem nas vossas declarações de voto é, aquilo que votam favoravelmente e que assumem como sendo certo, que é o número de freguesias e as freguesias que existem atualmente nos Açores, quando chegar ao dia deixarão de ter essa opinião e passarão a achar que é preciso fazer uma reforma às freguesias dos Açores.

Isso não se percebe. Não se admite em termos de coerência política e deve ser explicado por aqueles que assumiram este tipo de postura.

É isso que esperamos que possa acontecer neste caso concreto.

Mais uma vez se verificou que o PSD-Açores decidiu, nos Açores, suspender a respiração até outubro de 2012. Mas a apneia não é para todos, Sr. Deputados! Dura enquanto há algum oxigénio. Quando deixar de haver oxigénio é preciso respirar.

Os senhores vão ter que respirar. Para mal dos vossos pecados, eventualmente não vão ter essa oportunidade, porque a partir de outubro de 2012 não vão conseguir fazer a reforma que querem fazer nas freguesias dos Açores.

Nesta altura, vão ter que explicar aos açorianos e aos seus representantes por que é que dizem uma coisa nas conclusões e depois alegam outra

completamente diferente. Escondem aquilo que realmente querem fazer nas declarações de voto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras que quero proferir neste debate são para dirigir uma saudação sentida e calorosa a todos os autarcas dos Açores, em particular aos autarcas de freguesia, porque eles são verdadeiramente os heróis...

(Risos dos Deputado José Cascalho)

... muitas vezes ignorados, da nossa democracia e da nossa autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quero dizer aos autarcas de freguesia dos Açores, aos Presidentes de Junta de Freguesia, a todos aqueles que servem abnegadamente as suas comunidade, que nunca ouvirão dizer...

Deputado Berto Messias (PS): Que está disponível para extinguir freguesias!

O Orador: ... um responsável do PSD, aquilo que o Presidente do Governo Regional disse,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... no dia 1 de fevereiro deste ano, quando afirmou, e cito, “não há freguesias a mais, pode é haver remunerações a mais nos gestores de freguesia”...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é desorientação!

O Orador: ... naquilo que foi uma afronta inqualificável a todos os autarcas de freguesia da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca ouvirão uma declaração destas de um dirigente do Partido Social Democrata!

Deputados Cláudio Almeida e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Raramente, num debate parlamentar, tinha assistido a tamanha falta de verticalidade e incoerência,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: ... como aquela que ressaltou, quer da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, quer da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: É preciso lembrar que Portugal vive, coisa que todos os portugueses sentem, todas as famílias sentem, ao contrário daquilo que disse o Sr. Secretário da Presidência, uma situação de aflição financeira, de tragédia financeira, em resultado da má governação do vosso amigo e camarada José Sócrates.

Deputados António Marinho e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para o senhor!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não dá jeito!

O Orador: Aquele que, convosco, prometia um Portugal e uns Açores sorridente.

O que é verdade é que deixou Portugal numa situação dramática que agora o Governo da República tenta resolver, não só com Portugal, mas com os credores internacionais que não nos emprestam dinheiro, e tem que cumprir um acordo com a União Europeia, com o Fundo Monetário Internacional e com o

Banco Central Europeu para assegurar compromissos emergentes e imediatos do país. É esta a realidade.

Entre esses compromissos assinados pelo Eng^o José Sócrates, como Primeiro-Ministro de Portugal, constava o Memorando de Entendimento que obrigava a reorganizar a administração local e a reduzir o número das entidades administrativas (ponto 43 desse Memorando).

Deputado José San-Bento (PS): E a taxa social única?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade ou é mentira?

O Orador: Este foi o Memorando que o Governo de Portugal assinou.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade! Mas esse Memorando viola a Constituição?

Deputado João Costa (PSD): Nós sabemos o que fizeram em maio passado!

O Orador: Este Memorando foi assinado pelo Governo de Portugal e assinado por um Primeiro-Ministro chamado José Sócrates, num Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

É preciso também dizer, para que não haja quaisquer dúvidas nesta matéria, que o Partido Social Democrata,...

Deputado José Rego (PS): Duas fotografias!

O Orador: ... em tempo próprio, no plano parlamentar, fora do Parlamento e publicamente, reafirmou vezes sem conta que esta lei de reorganização autárquica, extinção e criação de freguesias, não é aplicável aos Açores...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que a maioria na Assembleia da República, a maioria do PSD e do CDS-PP, procedeu mal ao não acatar as sugestões que o Parlamento dos Açores formulou, em tempo, em sede de audição.

Deputado Rui Ramos e Aida Amaral (PSD): Muito bem!

O Orador: Para que não fiquem dúvidas esta é a posição do PSD...

Deputado José San-Bento (PS): E nossa!

O Orador: ... em relação ao Governo da República hoje, como será amanhã em relação a qualquer Governo da República, de qualquer cor política, sempre que estejam em causa os interesses dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: É que nós não submetemos os interesses dos Açores às conveniências partidárias.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh!

O Orador: Nem todos nesta câmara podem dizer o mesmo. Não é assim, Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

Deputado Berto Messias (PS): O que vale é que o senhor é bom a fazer-nos rir!

Deputado Rui Ramos (PSD): Oitenta e três mil milhões! Juntos conseguiram!

O Orador: Para que não fiquem também dúvidas sobre aquilo que estamos a falar, queria lembrar que no dia 13 de março de 2012,...

Deputado José San-Bento (PS): E a troika?

O Orador: ... o Parlamento dos Açores, através de parecer, aprovado por unanimidade na Comissão de Política Geral, a propósito da Proposta de Lei da reorganização autárquica, dizia que aquela Proposta de Lei deveria ser objeto de uma adaptação à realidade regional, através de uma lei própria que salvaguarde as especificidades regionais decorrentes da insularidade e da realidade de ilha, sem a qual o processo de reorganização territorial das freguesias dos Açores não deve ter lugar.

Era isto que dizia o Parlamento dos Açores no dia 13 de março de 2012.

Votaram a favor destas conclusões e desta posição o PSD, o CDS-PP e o PS. Conclusões que o Partido Socialista agora renega, pela boca do Sr. Deputado José San-Bento, na tribuna.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não senhor! Isso não é verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Desonestidade política!

O Orador: É esta a incoerência do Partido Socialista e é esta a incoerência que a declaração política do PSD e do CDS-PP faz ressaltar neste relatório.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Mais do que incoerência política, há verdadeira desonestidade intelectual do Partido Socialista...

Deputado Berto Messias (PS): Já lá vamos!

O Orador: ... que tenta enganar os açorianos fingindo ser aquilo que não é.

Deputados Duarte Freitas, António Marinho e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD, o mapa autárquico dos Açores está bem como está.

Não há necessidade de realizarmos nenhum processo de extinção ou de criação de novas freguesias nos Açores, sendo que um processo desta natureza é uma competência própria da Assembleia Legislativa dos Açores...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... submetida apenas à vontade política de um dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Esta é uma realidade constitucional, esta é uma realidade política e esta é a escolha do Partido Social Democrata nesta matéria.

É preciso também dizer que continuamos a reafirmar, com toda a clareza, como dissemos desde sempre, que qualquer lei que vise reorganizar o território dos Açores em matéria das freguesias deve ser:

Em primeiro lugar, uma lei própria para os Açores, aliás na sequência de outras leis autárquicas que se aplicam, especificamente aos Açores;

Em segundo lugar, deve ter em conta a nossa realidade insular, a nossa realidade de ilha, como decorre do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Mais do que isto, deve também acolher as preocupações dos autarcas dos Açores, expressamente defendidas por um parecer inteligente, sensato e equilibrado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da Assembleia de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que este relatório reflete e no qual também o PSD se revê.

É preciso também aqui reafirmar a importância deste parecer e das suas conclusões, porque elas devem ser linhas orientadoras para a ação política em matéria de reorganização do território das freguesias nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate não pode ser falsificado como pretende fazer o Partido Socialista.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Nem pode ser a oportunidade para o Partido Socialista querer ficar bem com Deus e com o diabo.

Querer criticar, por um lado, o Governo da República e, por outro lado, servir os interesses dos Açores.

Não pode, por um lado, ser um debate em que o Partido Socialista...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um recado interno! Dê o recado aos seus colegas e à candidata do PSD!

O Orador: ... em março diz uma coisa e em maio diz coisa diferente, fingindo que não disse o que disse no mês de março.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a dar um recado interno aos seus colegas e à sua candidata!

O Orador: Não pode ser, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a dar um recado à sua candidata e aos seus colegas e assenta perfeitamente!

(Risos do Deputado Rui Ramos)

O Orador: As conclusões que constam deste relatório são conclusões aprovadas por unanimidade. Devem vincular este Parlamento a uma posição política, mas sobretudo devem ter dois objetivos:

Primeiro, dizer aos autarcas dos Açores que, apesar de termos uma lei que entrou em vigor no dia 30 de maio, essa lei não é aplicável aos Açores sem uma decisão do órgão parlamentar açoriano, esta Assembleia Legislativa;

Em segundo lugar, para dizermos a Lisboa, com toda a clareza e com toda a frontalidade, que não aceitamos que, pelo facto do Parlamento dos Açores decidir não realizar uma reforma autárquica nos Açores, as freguesias açorianas possam vir a ser penalizadas, financeiramente, em sede das transferências do Orçamento de Estado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos dizer isto, com esta clareza, neste debate e queremos dizê-lo para que seja ouvido em Lisboa e para que não haja nenhuma dúvida quanto à posição do PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo a câmara, designadamente o Sr. Deputado Pedro Gomes, que fez um ato único, ou seja, esgotou os 10 minutos. Vamos continuar.

Sr. Deputado Artur Lima, agora, sim, é a sua vez. Tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos começar por esclarecer aquilo que deve ser esclarecido.

Sra. Deputada Zuraída Soares, queria lembrar-lhe que a Sra. Deputada e todos os Deputados aqui são primos interpares. Aqui não há deputadas e deputados inquiridores. Foi aquilo que a senhora quis fazer parecer na sua primeira intervenção, estar aqui a inquirir os deputados da Comissão de Política Geral sobre o seu trabalho.

Deputada Zuraída Soares (BE): Essa agora!

O Orador: Foi isso que a senhora quis fazer com a sua intervenção, porque não participou nos trabalhos da Comissão de Política Geral...

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora não posso inquirir! Democracia!

O Orador: ... nunca deu uma sugestão para os trabalhos da Comissão e porque (sejamos aqui absolutamente frontais) a ubiquidade é para quem tem um deputado. Para quem tem dois é mais fácil distribuir.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para 4 comissões! Dois para 4 comissões!

O Orador: Para quem tem dois, estabelece prioridades e a reforma da Administração Local nos Açores não era prioridade para o Bloco de Esquerda...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não posso inquirir!

O Orador: ... porque a senhora optou em ir para uma comissão em vez de ir à outra. Portanto, isso foi uma opção do Bloco de Esquerda:...

Deputada Zuraída Soares (BE): Já vai levar a resposta!

O Orador: ... quis ir a determinadas comissões e não quis ir à Comissão de Política Geral.

Aliás, lembro que, no início, por proposta do Sr. Presidente, foi admitido que os outros deputados que não faziam parte da Comissão de pleno direito, podiam e tinham direito a elas assistir, de participar e ter todas as despesas inerentes à sua deslocação pagas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem assim!

O Orador: É quase assim, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Agora vamos à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Eu realmente devo dizer, Sr. Deputado, que a sua intervenção foi lamentável.

O senhor tenta ir à tribuna dar um ar de solenidade e de grande defesa do poder autárquico por parte do Partido Socialista. Esqueceu-se de referir a posição da Associação Regional de Municípios, presidida pelo Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Não! Não esqueci, não senhor!

O Orador: Esqueceu-se de fazer referência, ali em cima, sobre aquilo que dizem.

O senhor vem aqui “tapar o sol com a peneira” e, sobretudo, vem ser politicamente desonesto, Sr. Deputado.

Os senhores têm que assumir as suas responsabilidades...

Deputado José San-Bento (PS): Quais responsabilidades?

O Orador: ... desde o início deste processo.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Este processo tem o seu início – e é preciso esclarecer aqui de uma vez por todas, porque os senhores estão sempre caladinhos – e nem sequer é na troika. É anterior.

É proposta do Partido Socialista,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é proposta do Governo Socialista na República, que queria reduzir e fundir freguesias. Era José Sócrates e o seu Governo que o queriam fazer,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A diferença é que não acontecia nada!

O Orador: ... Sr. Secretário Regional. Muito antes da troika era proposta do Partido Socialista na República extinguir e fundir freguesias.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: Foram os senhores os primeiros a propor isso...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... em Portugal e consequentemente na Região Autónoma dos Açores.

É isso que o Partido Socialista tenta esconder e os senhores assumam as responsabilidades.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Partido Socialista ia negociar com a troika uma coisa que antes não queria fazer!

O Orador: Depois, o Partido Socialista apenas verteu para o acordo da troika aquilo que se propunha fazer em Portugal...

Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*): É verdade! O Presidente da Câmara de Lisboa até fez declarações!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas a diferença é que antes não acontecia nada e agora acontece!

O Orador: ... antes da troika. É isso que o senhor vai ter que explicar, Sr. Deputado.

A pergunta que faço ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista é: queria ou não o Governo de José de Sócrates extinguir e fundir autarquias locais? Queria ou não, bem antes da troika? É essa a pergunta que o Sr. Deputado José San-Bento vai ter que responder.

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor sabe a resposta!

O Orador: Eu não sei a resposta. O senhor é que vai ter que esclarecer os açorianos.

Queria ou não queria, o Governo Socialista, extinguir e fundir autarquias locais em Portugal, muito antes da troika?

Por isso mesmo, o Governo de José Sócrates propõe à troika extinguir e fundir freguesias.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: O Partido Socialista assinou o Memorando da Troika. É aí que os senhores têm que assumir as suas responsabilidades. Isso é que é, Sr. Deputado José San-Bento, nobreza da política, é assumir os erros e os sucessos. É assumir o seu passado, com os seus erros e com os seus sucessos. Foi isso que o senhor e o Sr. Secretário negaram aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: É ou não verdade que o Partido Socialista queria extinguir e fundir freguesias? Assumam isso porque vos fica bem.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar por louvar o excelente trabalho que a Comissão de Política Geral desenvolveu para dar corpo à resolução e ao mandato que lhe foi conferido pelo plenário.

Gostaria também de reafirmar aqui que a Representação Parlamentar do PCP considera que as conclusões que são constantes do relatório que estamos a apreciar, designadamente a conclusão nº 8, são antes de mais uma vitória do poder local democrático açoriano...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e fica a dever-se à grande participação das autarquias e dos autarcas da Região na discussão destas questões ligadas à reforma administrativa.

Sr. Deputado Pedro Gomes, eu tenho que lamentar a interpelação que V. Exa. fez há pouco.

Julgo que só mesmo a falta de argumentos relativamente a algumas questões que já foram aqui levantadas e que não foram respondidas, ou não estão devidamente esclarecidas, e que eu terei oportunidade de colocar talvez num outro registo, levaram a que V. Exa. tivesse lamentavelmente feito a interpelação que fez.

V. Exa., Sr. Deputado, sabe muito bem quais são os partidos que têm assento na Comissão de Política Geral.

Eu não vou falar no dom da ubiquidade, nem em nada disso.

Deputado José San-Bento (PS): Isto não é um relatório qualquer!

O Orador: As(os) açorianas(os) têm de perceber o seguinte:

Os partidos que têm assento na Comissão de Política Geral são: o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, CDS-PP e o PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não pode participar?!

O Orador: É evidente que os partidos que não têm assento podem efetivamente participar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Podem participar!

O Orador: ... mas sobre a participação, ou não, estamos esclarecidos porque já aqui foram aduzidos argumentos suficientes para que as(os) açorianas(os) percebessem isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode ou não participar?!

O Orador: Portanto, não vou gastar o meu escasso tempo para responder aos incómodos que entretanto foram manifestados a propósito da presença ou não deste ou daquele partido na Comissão de Política Geral.

Mas há aqui uma questão que tem de ficar clara:

É evidente que há aqui incongruências...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Zuraida Soares)

O Orador: ... de vários partidos.

Não queria perturbar este diálogo, aqui ao lado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Bloco e o CDS hoje estão muito mal comportados!

O Orador: Eu já não me lembro muito bem se eventualmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu ou não, mas há um conjunto de incongruências relativamente a algumas forças partidárias presentes aqui.

De facto, são os partidos troikistas – e é bom lembrar quais são os partidos troikistas: Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido Popular (CDS-PP) – que dão o aval e que submetem ao pacto de agressão...

Deputado João Costa (PSD): Por isso mandaram uns quantos sindicalistas passear!

O Orador: ... aquilo que V. Exas. chamam de Memorando de Entendimento e que de entendimento tem muito pouco.

De facto, relativamente a isso V. Exas. têm muito de explicar aos açorianos(as). Quero dirigir uma pergunta muito clara ao Partido Social Democrata e ao CDS-PP.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não pode, Sr. Deputado! Isso é inquirir!

Deputado José San-Bento (PS): Não têm tempo!

O Orador: Sra. Deputada, eu estou aqui mandatado pelo povo açoriano.

Portanto, farei as perguntas que muito bem entender e V. Exas. responderão ou não. Tanto se me dá que o Sr. Deputado Artur Lima me chame Deputado inquiridor, como outra coisa qualquer. Eu não tenho que responder aos comentários que V. Exa. faz sobre as minhas intervenções. Eu respondo perante o povo açoriano e é isso que V. Exas. têm de fazer.

Esta pergunta é para o PSD e para o CDS-PP.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não temos tempo!

O Orador: Claramente, votaram dizendo que não há necessidade de alterar o mapa autárquico. Mas depois, naquele parágrafo da vossa declaração de voto, na declaração de voto conjunta do CDS-PP e do PSD, dizem: “ah, mas afinal de contas, aquela coisa do Memorando...”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual foi o seu compromisso?

O Orador: ... tem de ser muito maior do que aquilo que V. Exa. pensa.

Afinal de contas, aquela questão do Memorando tem de ser cumprida.”

A pergunta que tem que ser feita e isso tem que ser esclarecido, porque estamos em ano eleitoral e com certeza que vai haver alterações, todos queremos que haja alterações no quadro parlamentar e que isso dê origem a alterações no rumo político desta região...

Deputado Berto Messias (PS): Alterações, não é bem assim!

O Orador: Aquilo que as(os) açorianas(os) precisam de saber é se no hipotético caso do PSD e o CDS-PP, a partir de outubro, poderem ter alguma importância em termos da governação desta região, vão ou não fazer, vão ou não cumprir a imposição...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já está respondido!

O Orador: Não respondeu não, Sr. Deputado! Não respondeu, porque o segundo parágrafo da declaração de voto do CDS-PP e do PSD claramente abre a possibilidade de V. Exas. entenderem que têm de cumprir o Memorando de Entendimento...

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente! Aí é que está!

O Orador: ... pondo de lado tudo aquilo que hoje, aqui, afirmaram e que são as conclusões da Comissão de Política Geral.

Deputado João Costa (PSD): Tem que ler melhor o 3º parágrafo! Leia do 1º ao 3º!

O Orador: Isso, Srs. Deputados do PSD e do CDS, V. Exas têm de clarificar às açorianas e açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a si!

O Orador: Não é a mim, é ao povo açoriano! É aos autarcas desta Região! É a eles que V. Exas. têm de clarificar a vossa posição, porque há 8 conclusões no relatório, mais uma. A nona conclusão está no segundo parágrafo da vossa declaração conjunto de voto, relativamente ao relatório.

Portanto, não são 8 conclusões. São 9!

É que se o CDS-PP e o PSD tiverem o poder nesta Região, haverá uma reforma do mapa autárquico na Região.

É isso que V. Exas. têm de clarificar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Pedro Gomes, a declaração de voto foi conjunta?

Estou certo que vai explicar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Foram duas!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem um minuto. Faça favor.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria tecer duas breves considerações sobre a interpelação que o Sr. Deputado Artur Lima fez ao Bloco de Esquerda, no caso à minha pessoa.

Primeiro, quero lamentar uma noção de democracia, minguada, que considera que os Deputados(as) desta Casa não têm o direito de inquirir.

Penso que o objetivo de estarmos aqui e do povo nos eleger, é exatamente para inquirirmos em nome dele.

Portanto, eu vou inquirir, em nome de quem me elegeu e em nome do Bloco de Esquerda, todas as vezes que eu entender, por muito que isso possa custar ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não custa nada!

A Oradora: Quanto a prioridades, eu queria lembrar a esta câmara e ao Sr. Deputado Artur Lima que o Bloco de Esquerda foi, nesta Região, o primeiro partido a tomar posição sobre o famigerado Documento Verde, dizendo com toda a clareza que ele era um ataque às freguesias, um ataque às nossas populações, antidemocrático e uma imposição vinda do Terreiro do Paço inaceitável, à luz da Constituição e do nosso Estatuto.

Fomos o primeiro partido. Quanto a prioridades, também estamos conversados, Sr. Deputado Artur Lima.

Para finalizar, volto a virar-me para a bancada do PSD e do CDS a lembrar, porque fui eu quem levantou a questão, e volto a insistir:

A declaração de voto assinada pelo PSD e pelo CDS diz claramente que os Grupos Parlamentares acham que os parâmetros definidos na Lei que agora existe devem ser objeto duma adaptação à nossa Região. Devem ser objeto!

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, a pergunta continua a ser a mesma e fi-la na minha primeira intervenção:

Deputado José San-Bento (PS): Mas a senhora já percebeu a resposta!

Deputado João Costa (PSD): Isso não se aplica!

Não se preocupe com a vírgula, preocupe-se com os conteúdos!

A Oradora: O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que o mapa, a nossa organização autárquica, está bem como está e ninguém vai mexer, ganhe quem ganhar as eleições de outubro, ou quer dizer que os deputados da maioria, seja ela qual for, o segundo partido mais votado (se for o PSD) deve alterar este mapa autárquico e deve apresentar critérios de adaptação da Lei Nacional à nossa Região?

Não venham tentar deitar sombras numa coisa que é claríssima. Não se pode dizer fica tudo como está e ao mesmo tempo dizer que devemos alterar e criar critérios para alterar. Srs. Deputados, isto não faz sentido nenhum!

Deputado João Costa (PSD): Faz, faz!

A Oradora: Eu apenas registo que ninguém, nenhum(a) Deputado (a) foi capaz de responder a uma pergunta claríssima: afinal, em que é que ficamos?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Os senhores querem ou não mudar o mapa autárquico da Região Autónoma dos Açores?

É esta a pergunta e até agora nenhum dos senhores respondeu.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Informo a câmara que o Bloco de Esquerda terminou o seu tempo. Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente volto ao debate para destacar dois aspetos que me parecem bastante relevantes, nomeadamente para esclarecimento dos açorianos.

O primeiro desse aspeto é o seguinte e deve ser dito de uma forma muito clara: Depois dos Srs. Deputados do PSD e do CDS terem votado favoravelmente uma frase do relatório que diz que...

Deputado Rui Ramos (PSD): E a vírgula?!

O Orador: ... “a atual organização territorial autárquica das freguesias existente nos Açores revela-se adequada (...)”, o que é que resta a seguir a isso? Expliquem aos açorianos e a esta Casa o que é que fica para fazer depois disso?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não fica nada para fazer, se estivermos todos a falar português e se estivermos todos a perceber aquilo que assinaram. Não fica para fazer mais nada, porque os senhores disseram que o que está, está bem.

Deputado João Costa (PSD): Está a ver como sabe!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Está a ver como o senhor sabe! É preciso é estar de boa-fé!

O Orador: Portanto, se o que está, está bem,...

Deputado João Costa (PSD): O mas, não está lá!

O Orador: ... não é preciso fazer uma lei, criar critérios, definir uma reorganização de uma coisa que está bem.

Por que é que os senhores vêm depois, na vossa declaração de voto, dizer que o que está, está bem, é adequado, cumpre o seu papel, é o que os açorianos precisam, mas logo a seguir dizem: “mas depois fazemos uma adaptação da lei nacional para então estabelecermos critérios regionais para alterar o que está bem”?

Se está bem, não tem mais nada para fazer, Srs. Deputados!

Está bem, ponto final!

Segunda questão:

Eu já sabia, aliás na minha primeira intervenção já tinha feito essa previsão (não era muito difícil, não corria grandes riscos de falhar), que os senhores viriam com o Memorando, com o Eng^o José Sócrates...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o Engº Sócrates! É o Partido Socialista!

O Orador: Foi exatamente o que os senhores fizeram!

Deputado João Costa (PSD): Até propôs à troika! Deu isso como moeda de troca!

O Orador: Dizem os senhores sobre esta matéria, como já disseram sobre muitas outras, que o Engº José Sócrates fez!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o Engº Sócrates! É o Partido Socialista!

O Orador: O Engº José Sócrates estava a pensar fazer! O Engº José Sócrates já tinha sonhado que ia fazer!

Há coisas que ele nunca chegou a fazer, mas ia fazer?! Há outras que ele só pensou mas também ia fazer?!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores sabem que ele ia fazer e, como ele ia fazer, fazem agora os senhores! São obrigados! Ele ia fazer!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso não se chama política. Isso não se chama debate político. Isso chama-se psicologismo!

Deputado João Costa (PSD): Ele não estava a pensar! Ele fez!

O Orador: Isso é uma espécie de “divã” político. Os senhores deitaram-se no “divã” e disseram “o Engº Sócrates ia fazer; o Engº Sócrates estava a pensar fazer”

Deputado João Costa (PSD): Fez!

O Orador: “A culpa daquilo que a gente não sabe a explicação, ele não pode admitir que é nossa, é do Engº Sócrates. Aliás, isso não é do mandato político atual”.

Mas acham os senhores que alguém, neste país, ainda acha, depois do crescimento dos dados da dívida e do défice, depois das dificuldades de contenção financeira, de gestão e de reestruturação financeira do país, que este Governo, com um ano e pouco de mandato que já teve, que a culpa de tudo o que se está a fazer ainda é do que pensava fazer o Eng^o José Sócrates?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é do que pensava! É o que fez!

Deputado João Costa (PSD): O plano de resgate até é para 3 anos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bruto da Costa...

O Orador: Tenham calma!

Presidente: ... vamos deixar o Sr. Secretário Regional da Presidência terminar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Já vou terminar, depois podem ficar nervosos à vontade.

Deputado Rui Ramos (PSD): Também para dizer isso!

O Orador: Sabem qual é a diferença?

É que aquilo que os senhores dizem que se ia fazer em relação à RTP, aquilo que os senhores dizem que se ia fazer em relação às autarquias, aquilo que os senhores dizem que se ia fazer em relação à Universidade dos Açores, que se ia fazer em relação ao IRS das autarquias, nunca se fez!

Deputado João Costa (PSD): Então não se fez? Não assinaram o acordo da troika? Estava lá escrito!

O Orador: Aquilo que os senhores diziam que se ia fazer, nunca se fez.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores assinaram antes da fuga para Paris!

O Orador: Agora, com o vosso Governo, tudo o que os senhores não queriam que acontecesse está a acontecer.

Agora é que está a acontecer e ninguém explica, nem avisa! Fazem! Desrespeitam! Passam por cima dos órgãos próprios dos Açores, por cima desta Assembleia, por cima do Governo Regional e fazem!

Essa é que é a diferença.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Os senhores assinaram antes da fuga para Paris!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que este debate já provou o “tiro no pé” que o PSD e o CDS apresentaram com a declaração de voto.

Todos os outros partidos da oposição assim o referiram e de facto a leitura que se pode fazer é óbvia, Sra. Deputada Zuraída Soares, é que o PSD e o CDS admitem alterar o mapa de freguesias depois das eleições regionais.

Deputados Rui Ramos e Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é preciso esclarecer!

O Orador: Isso é óbvio, foi isso que eu disse, por isso é que é “um gato com o rabo de fora”.

Fico muito surpreendido e lamento profundamente que perante uma dificuldade argumentativa no debate, quer o CDS, quer o PSD façam acusações de desonestidade política ao PS.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É isso que o povo açoriano precisa saber!

O Orador: Queria deixar aqui de uma forma absolutamente clara que nós fomos sempre coerentes.

Nós votámos a favor de um parecer que foi ostensivamente ignorado na Assembleia da República e cuja solução que preconizava era para, precisamente, num dado espaço, dizermos que aqui mandávamos nós e que aqui nós não alteraríamos o nosso mapa de autarquias.

Portanto, essa é que é a verdade. Não se pode afirmar que o PS defendeu uma coisa em março e defende outra agora.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade!

O Orador: Queria também deixar clara uma outra questão: esta reforma não visa poupar a despesa pública e também não se pode dizer que as nossas

autarquias não estão a sofrer medidas de forte restrição orçamental por via desses compromissos internacionais.

As nossas autarquias estão a passar por dificuldades e a lei de compromissos assim o prova.

Não se pode dizer que nos Açores não se está a fazer esse ajustamento e que as nossas autarquias não estão a dar o seu contributo para essa situação.

Sr. Deputado Artur Lima, muito rapidamente o que se passou foi uma questão diferente na organização de grandes concelhos urbanos. Isso foi feito em Lisboa, precisamente articulando um modelo de reforma igual àquele que o PS Açores defendeu; articulando as atribuições e competências, articulando o financiamento e com isso redefinindo o mapa autárquico.

Deputado Francisco César (PS): É essa a verdade!

O Orador: É dando vantagens objetivas e substantivas às freguesias que se consegue a manobra política e o espaço de negociação para se conseguir implementar essas reformas.

Deixem que vos diga Srs. Deputados:

Os senhores fazem do Memorando da Troika uma sagrada escritura e eu tive oportunidade de referir que para nós, um ano depois, achamos que se pode e deve reavaliar a aplicação desse Memorando, permitindo que se altere e que se tenha a capacidade de mudar aquilo que for necessário mudar.

O Governo da República já fez isso, Sr. Deputado Artur Lima. Fez isso com a Taxa Social única, deixou cair a redução de concelhos.

Portanto, aquilo que nós estamos aqui a alertar é que essa reforma não faz sentido.

Deputado João Costa (PSD): Leia lá a frase que está no acordo de resgate!

O Orador: É impressionante. Quando a Troika chega a Portugal, são os próprios membros da Troika que se mostram surpreendidos com os níveis de desemprego em Portugal. Eles são os próprios a dar espaço para o Governo de Portugal e para o Primeiro-Ministro terem uma postura de flexibilidade e a primeira coisa que o Primeiro-Ministro do Governo, que o senhor apoia, diz é que Portugal não precisa nem de mais dinheiro, nem de mais tempo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Uma medida que está a destruir a nossa economia e que está a afundar os números do desemprego.

É impressionante a insensibilidade política deste Governo que os senhores apoiam...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que está a seguir uma postura de subalternidade a nível europeu, reduzindo o nosso País a um país complexado e a um país que é quase uma miniatura daquilo que é um País de vocação atlântica e um grande País como é a nação lusa.

Deputado João Costa (PSD): Grande país! Resgatado! À beira do abismo, foi como os senhores deixaram!

O Orador: Queria também dizer, ao Sr. Deputado Pedro Gomes, que eu não falsifiquei o debate, quem contrabandei argumentos e quem falsificou o debate foi o senhor ao dizer e ao recorrer à herança de Sócrates.

Aqui há um recorte que diz, claramente, de Passos Coelho: “não usaremos nunca a situação que herdámos como desculpa”.

Infelizmente o senhor não foi capaz de fazer o mesmo.

Termino com uma referência muito clara: o PSD e o CDS/PP, admitem, no futuro, alterar o mapa de autarquias e nós, como já disse o futuro Presidente do Governo dos Açores, não abdicaremos da nossa competência no poder local.

Disse-o Vasco Cordeiro cara a cara com o Secretário-Geral do PS. É nesses momentos e nessas horas que se vê a fibra e o carácter dos políticos e o espírito de liderança do nosso candidato que vai vencer as eleições.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer ao Sr. Secretário Regional, que aliás não me respondeu às questões que lhe coloquei, que felizmente há algumas coisas que José Sócrates pensou mas não concretizou, para bem do povo.

Uma coisa é certa e nós sempre dissemos isso: o CDS sempre responsabilizou quem foi mau gestor, mau político e endividou o País.

Sr. Secretário e Srs. Membros do PS:

A culpa não é de quem fez a dívida, é de quem está a pagar a dívida.

Quem é que endividou o País? Quem é que levou o País à bancarrota?

Deputada Zuraída Soares (BE): A banca!

O Orador: Quem é que chamou a troika a Portugal?

Deputada Zuraída Soares (BE): O PS, o PSD e o CDS!

O Orador: Sra. Deputada, não seja desonesta.

Quem é que chamou a troika a Portugal? Quem é que assinou o acordo?

Deputado José Lima (PS): Quem é que comprou os submarinos?

O Orador: Vou ler, Memorando da Troika.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Calma! Não estejam nervosos!

“Primeira assinatura: Fernando Teixeira dos Santos, Ministro de Estado e das Finanças;

Carlos da Silva Costa, Governador do banco de Portugal”.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si!

Tem a fotografia do telemóvel?

Deputada Zuraída Soares (BE): E a fotografia do telemóvel? Era tudo mentira então! Eles enganaram!

O Orador: Sr. Deputado, posso dar-lhe os papelinhos, estão aqui, pode ler.

Agora vamos a algo mais grave e que os senhores negam, os senhores que tanto defendem José Sócrates, que defendem o PS vão explicar-me isto que vou ler:...

Deputado Berto Messias (PS): Nós defendemos os Açores!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Nem sempre!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, peço-lhe que ouça com atenção, vou mostrar-lhe um documento “Programa do XVIII Governo Constitucional 2009/2013”, sabe que é do PS, de José Sócrates.

Deputado Berto Messias (PS): Eu conheço!

O Orador: Conhece, mas está esquecido.

Vamos ler uma coisa que diz este programa: “as novas escalas de intervenção...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário, ouça com atenção. Isto também é para si, para provar que o senhor me faltou à verdade há bocado.

“As novas escalas de intervenção local a nível regional, intermunicipal e de freguesia justificam, igualmente, a adoção do novo regime legal de criação, fusão e extinção de autarquias locais”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que isso quer dizer?!

Deputado João Costa (PSD): Dito pelo Sócrates pode dizer muita coisa! Realmente o Sócrates não é de confiança!

O Orador: Programa do PS.

Isto quer dizer que se o Governo de José Sócrates tivesse chegado ao fim, até 2013, era isso que iria fazer. É isso que está aqui e os senhores têm que responder por isto.

Se os senhores exigem aos outros que respondam, os senhores também têm que responder pelo PS e quem queria extinguir e fundir freguesias era o Governo do PS, o tal Governo, o tal Primeiro-Ministro que apareceu em *outdoors* a dizer: “Juntos vamos conseguir”. Juntos, era o PS regional e o PS nacional que queriam extinguir freguesias.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que era o “juntos vamos conseguir”. Foi isso que os senhores fizeram, era isso que os senhores queriam e foram apeados pelo caminho.

Essa é que é a verdade e os senhores, envergonhadamente, negam tudo isso.

Deputado Berto Messias (PS): Não senhor!

Deputado José San-Bento (PS): Não se estique, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores têm vergonha do seu passado e do seu Programa do Governo que os senhores apoiaram e fizeram campanha para reajustar neste Programa do Governo.

Os senhores é que andaram a fazer campanha na rua e a pedir o voto aos açorianos para extinguir freguesias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Cecília Pavão (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados do CDS-PP)

Presidente: O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Não pode.

Aliás, eu informo a câmara que neste momento tem um minuto o Sr. Deputado Aníbal Pires e quatro minutos o Sr. Deputado Paulo Estêvão. O PP também terminou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes para uma interpelação.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para pedir à Mesa o seguinte: o Grupo Parlamentar do PSD vai entregar na Mesa, pedindo a V. Ex^a., Sr. Presidente, que faça entregar ao Grupo Parlamentar do PS, o relatório da Comissão de Política Geral, do dia 13 de março de 2012, ...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, já esclarecemos isso!

O Orador: ... que foi a audição da Assembleia Legislativa da RAA, relativamente à Proposta de Lei da reforma Autárquica e que tem a seguinte conclusão votada pelo PS.

Vou citar: “a reorganização administrativa territorial autárquica, quanto às autarquias situadas no território das Regiões Autónomas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é uma interpelação, é uma leitura!

O Orador: Vou repetir.

Relatório que contém a seguinte conclusão e vou citar a conclusão: “a reorganização administrativa territorial autárquica, quanto às autarquias situadas no território das Regiões Autónomas...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Pedro Gomes, agradeça que abreviasse e fizesse a sua interpelação.

O Orador: Sr. Presidente, eu abrevio, só li uma linha, não me deixam concluir. Sou uma pessoa paciente.

Presidente: Eu nem tanto, por isso pedia que continuasse.

O Orador: Vou citar a conclusão...

Deputado Berto Messias (*PS*): Não, não! Se entrega na Mesa, nós lemos!

O Orador: ... que o PS votou: “a reorganização administrativa territorial autárquica, quanto às autarquias situadas no território das Regiões Autónomas deve ser objeto de um diploma próprio que adequue este processo à realidade do território dos Açores e às características culturais, sociais e económicas que constituem o fundamento do regime autonómico do auto governo”. Fim de citação.

Foi a conclusão que o PS votou.

Presidente: Fico à espera. Logo que chegue à Mesa farei chegar ao Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O facto de, quer o Grupo Parlamentar do PSD, quer o Grupo Parlamentar do CDS-PP, não terem esclarecido ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Essa é que é a questão!

O Orador: ... devidamente a questão que foi colocada – como é que se enquadra o segundo parágrafo da declaração de voto – como não foi esclarecida, posso eu concluir ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, haja paciência!

O Orador: ... e julgo que o povo açoriano também poderá concluir, que Vs. Exas. se tiverem alguma oportunidade para o fazer, farão alguma reforma ao mapa autárquico da RAA.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

O Orador: Que fique claro, há aqui dois partidos, PSD e CDS/PP, que caso venham a deter responsabilidades governativas na RAA, farão alterações ao mapa autárquico.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos dar por encerrado este ponto da nossa agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação Sr. Presidente.

Queria solicitar um intervalo regimental.

Presidente: Podemos fazer um intervalo regimental.

Estava pensando fazer um pouco mais tarde, mas podemos fazê-lo agora.

Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas.

(Eram 18 horas e 33 minutos).

Presidente: Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 08 minutos)

Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projeto de Resolução n.º 4/2012 “recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da Reforma da Administração Local na Região”**, apresentado pelos Deputados Paulo Estevão, da Representação Parlamentar do PPM, Zuraida Soares e Mário Moniz, do Grupo Parlamentar do BE;

Presidente: Para apresentar o diploma dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta administrativa imposta pelo Terreiro do Paço, ou seja pelo Governo PSD, CDS para a extinção de freguesias é de tal forma administrativa que a sua aplicação nada tem a ver com a realidade do país e muito menos com a nossa Região.

Para além da sua constitucionalidade mais do que duvidosa, fere de forma profunda o interesse das populações.

A proposta de refendo local no sentido de ouvir as populações sobre as suas freguesias, apresentada pelo BE e pela Representação Parlamentar do PPM, em tempo útil, tem toda a propriedade legal e política no sentido do reforço da democracia.

Derivado do arrastamento do processo, do tempo político e dos preceitos legais, nomeadamente a ocorrência de eleições legislativas em outubro próximo, coloca-se a efetividade destas consultas às populações, se se colocar (esperamos todos que não), em tempo posterior ao fim desta legislatura, ou seja qualquer iniciativa que tivéssemos neste momento e nesta casa relativamente ao referendo, o mesmo só poderia acontecer, mesmo que maioritariamente aceite, depois do fim desta legislatura e uma vez já eleito um próximo Governo.

Em consequência e por não ter efeitos políticos práticos na corrente Legislatura o Grupo Parlamentar do BE e Representação Parlamentar do PPM, retiram o Projeto de resolução que recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito normativo que venha a ser desenhado no contexto da reforma da

administração local na Região, entregue neste parlamento em Janeiro do corrente ano.

Presidente: Muito bem.

O diploma foi, pelas razões aduzidas pela Sra. Deputada, retirado pelos proponentes.

Assim sendo passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projeto de Resolução n.º 52/2011 – “recomenda ao Governo Regional que garanta a abertura do 3.º ciclo do Ensino Básico no estabelecimento educativo das Lajes da Escola Básica e Secundária das Flores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos. Peço imensa desculpa.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 19 horas e 30 minutos.

Eram 19 horas e 13 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 31 minutos.

Conforme já tive oportunidade de anunciar, vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto que se segue na agenda, que é o **Projeto de Resolução n.º 52/2011** da autoria da Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentar o Projeto dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero pedir desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia e à Câmara pela forma intempestiva como solicitei o intervalo regimental. Apresento as minhas desculpas e vou fazer uma intervenção de apresentação muito breve para me redimir da forma como a situação decorreu.

O Projeto de Resolução do PCP é, de facto, uma iniciativa que vem em contraciclo.

A Sra. Secretária da Educação e Formação, aquando da sua audição, reconheceu isso e o objetivo é esse. É ir em contraciclo àquilo que tem sido a política, quer do Governo da República, (aliás mereceu aqui um conjunto de reparos e de posições relativamente a alguns serviços públicos que têm vindo a encerrar e outros que se prevê que venham a encerrar), mas também da Região onde tem havido alguma concentração não só ao nível da educação, mas em particular ao nível da educação.

De facto, este Projeto de Resolução do PCP é efetivamente em contraciclo àquilo que tem vindo a acontecer.

É objetiva e conscientemente feito com essa perspetiva, até porque todos nós temos reconhecido, algumas forças políticas de uma forma mais clara, outras menos clara, mas julgo que há algum consenso sobre algumas perversões que são introduzidas pela concentração de serviços ou pelo encerramento de serviços.

Neste caso não se trata do encerramento de um serviço, mas sim da criação do 3º Ciclo do Ensino Básico da Escola da Lajes da Flores, uma vez que, sendo ainda o número de alunos reduzido, a verdade é que existem alunos a frequentar aquela escola e que poderiam fazer o 3º. Ciclo na Lajes sem ter de fazer a deslocação pendular entre as Lajes e Santa Cruz.

Por outro lado, a escola é nova, bem apetrechada, quer com equipamentos didáticos, quer ainda com equipamentos desportivos. Certamente forneceriam uma boa oferta formativa aos alunos das Lajes.

É assumidamente uma proposta em contraciclo e que visa exatamente não só proporcionar aos alunos a oferta daquele ensino ali, mas sobretudo contribuir de alguma maneira para que se dê ao concelho das Lajes mais uma ferramenta para poder manter, ao menos, o seu nível de população, de serviços e de aumentar os serviços que são prestados à população.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados está aberto o debate sobre este Projeto de Resolução. Aceitam-se inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da análise da iniciativa que sobe agora a plenário, concordo com as palavras do Sr. Deputado Aníbal. Vem em contraciclo, vem a destempo.

Portanto, pouco haverá a acrescentar, mas resta sempre dizer alguma coisa sobre o assunto, para que não fique a ideia de que esta bancada e o Governo, simplesmente, vota sim ou vota não, baseado numa maioria de valores.

O PS tem sido exigente consigo próprio nesta matéria.

Aliás, se esse problema do 3º. Ciclo nas Lajes se coloca agora, foi exatamente porque foi o PS que a si próprio exigiu a construção da escola de 2º. Ciclo naquele concelho.

Não somos de forma alguma contra a instalação, pura e dura e em definitivo, do 3º. ciclo na escola das Lajes, só entendemos que vem em contraciclo e a destempo.

A situação atual e o contexto em que vivemos neste momento, em relação ao número de alunos, não são propícios à aprovação desta iniciativa.

Tanto não é, que o próprio Conselho de Ilha das Flores, nas suas reuniões de preparação dos memorandos que faz à visita do Governo e aos pareceres que dá à Anteposta de Plano para 2012, votou contra a inclusão deste ponto, percebendo que tal não se fazia neste momento sentir (digo o Conselho de Ilha, se é que queremos dar importância aos Conselhos de Ilha).

Penso que se o Conselho de Ilha, que representa de certa forma toda uma ilha, teve essa posição, vem muito a contraciclo essa sua proposta neste momento.

Ao contrário daquilo que o senhor afirma, a própria escola, em informações que me deu, afirma que o reduzidíssimo número de alunos a frequentar o 2º. Ciclo, não viabiliza a abertura do 3º. Ciclo para já.

Também tenho que lhe dizer que o PS é exigente consigo próprio.

As novas estradas foram feitas com melhor piso, com maior segurança. Com o novo contrato de transportes coletivos, as crianças que agora se deslocam para Santa Cruz não têm que passar por aquele grande esforço pendular que o senhor alude, que durante tantos anos foi feito pelos alunos do 1º e 2º ciclo.

O PS já conseguiu regularizar essa situação.

Também lhe digo, para que a câmara saiba, que o número de alunos a frequentar o 6º ano é 16. Acho que isto diz tudo para a abertura de um 3º ciclo nas Lajes das Flores.

Deputado João Costa (PSD): É verdade! Isso diz tudo!

O Orador: Como primeira intervenção fico por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha primeira palavra é de felicitação ao proponente por dar voz parlamentar a uma reivindicação antiga da autarquia das Lajes das Flores.

De facto, as Lajes das Flores são o único concelho da Região que não tem lecionação do 3º ciclo.

Para o CDS-PP qualquer investimento em educação é bem-vindo e autojustifica-se desde que haja benefício pedagógico inequívoco para os alunos que são o cerne do sistema educativo regional e o centro das nossas preocupações, desde que haja vantagens pedagógicas que compensem o investimento adicional.

Aqui não consideramos que seja o caso, não consideramos que esta iniciativa resolva pedagogicamente a situação que seja melhor para os alunos, muito antes pelo contrário.

Mas vamos por partes.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP concorda integralmente com o que está escrito nos dois primeiros parágrafos do preâmbulo.

A partir daí, com toda a objetividade, seriedade e respeito pela iniciativa, como todos nos merecem esse respeito, vou tentar ser claro e assertivo nas muitas dúvidas e objeções que temos a pôr a este diploma, porque aparecem aqui

argumentos que nos parecem ser extremamente falaciosos, sem querer sobreadjetivar a iniciativa.

Em primeiro lugar, afirma o proponente que os alunos do concelho das Lajes das Flores que frequentam o 3º ciclo são forçados a uma deslocação pendular diária para Santa Cruz o que constitui um esforço adicional que é imposto a esses estudantes e que tem reflexos negativos a diversos níveis, desde logo no sucesso dos seus trajetos académicos.

Ora, isto é uma afirmação que o Sr. Deputado não chega a fazê-la empiricamente, é preciso provar. Qual é a taxa de insucesso dos alunos do concelho das Lajes que estão neste momento a frequentar o 3º ciclo em Santa Cruz das Flores? Em que indicadores alicerça o Sr. Deputado esta convicção?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois diz o Sr. Deputado, diz a Representação Parlamentar do PCP, sem querer personalizar a questão: “a direção da escola reconhecendo a utilidade da existência da oferta do mencionado ciclo nas Lajes...”.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que lido o parecer da escola a que generosamente chamou de prós e contras, e em que eu não detetei nenhum pró, talvez por leitura enviesada da minha parte, nada indicia que a escola que a escola Básica e Secundária das Flores, reconhece a utilidade da existência do mencionado ciclo nas Lajes Flores, pelo que nos parece abusivo que se afirme isto.

Depois diz o Sr. Deputado que os montantes necessários para as deslocações adicionais de pessoal docente não são substanciais nem significativos. Lendo o parecer da escola, claramente o que lá consta são montantes muito significativos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ainda não é!

O Orador: Ainda não é, mas tenciona obviamente ser.

Afirma o Sr. Deputado: “os benefícios da comunidade do concelho das Lajes das Flores, mas também os custos associados à deslocação e alimentação dos alunos que se deslocam...”.

Sr. Deputado, eu devo lembrar-lhe, não sei se sabe, que o concelho das Lajes das Flores tem sete freguesias. Haverá sempre alunos a deslocar-se, exceto os das Lajes.

Depois, estamos a falar de um universo de sensivelmente dezena e meia de alunos do concelho das Lajes que no próximo ano letivo estarão em condições de frequentar o 7º ano de escolaridade.

Gostaria de saber do Sr. Deputado se a sua intenção é que eles frequentem compulsivamente a escola das Lajes, porque obviamente nada nos indica que seja essa a intenção e nada nos indica que se fale desta dezena e meia de alunos e não de um número muito mais residual.

Depois há a questão da iniciativa neste momento ser extemporânea, ela deu entrada nesta casa a 26 de julho de 2011 e só agora está a ser discutida, obviamente por estratégia do Sr. Deputado do PCP, mas neste momento é extemporânea porque já decorreram os concursos do pessoal docente, a escola tem os seus recursos humanos neste momento já afetos, sem considerar esta hipótese e esta realidade.

Há ainda outros critérios que eu gostaria de deixar nesta primeira intervenção que nos indicam que pedagogicamente esta medida não traz quaisquer benefícios aos alunos.

Em primeiro lugar, a questão dos pares.

O Sr. Deputado do PCP pretende criar uma turma, implementar gradualmente o 3º ciclo no concelho das Lajes. Está a falar da criação de uma turma que, social e sociologicamente, não terá interação com pares, quer de turmas do mesmo ano de escolaridade, quer de outras turmas do mesmo ciclo de ensino, o que é uma desvantagem em termos sociais.

Depois a escola – é ela própria que afirma no seu parecer – não tem condições para assegurar apoios educativos, actividades desportivas escolares e clubes a estes alunos que são, do ponto de vista formativo, educativo e social, fundamentais para estes jovens a partir dos 12 anos.

Não sei se o Sr. Deputado sabe, mas o mobiliário da escola, sendo todo ele novo e de excelente qualidade, é dimensionado para alunos até ao 2º ciclo, ou seja, não prevendo esta possibilidade neste momento.

Mas do ponto de vista do desenvolvimento do meio e da comunidade, que é outro argumento que o PCP usa nesta iniciativa, nós também não vislumbramos grande ganho.

O quadro docente neste cenário seria um quadro docente itinerante e partilhado com a escola sede que como sabe é em Santa Cruz.

O que é que acontece? Acontece que estamos a falar de professores de 3º ciclo e secundário pelos agrupamentos a que pertencem e que exerceriam a maior parte do seu horário na escola de Santa Cruz, ou seja, viveriam em itinerância e não trariam nenhum tipo de mais-valia para o meio das Lajes.

Sr. Deputado Aníbal Pires, nós não somos contra por ser contra, somos contra, porque temos obviamente uma visão diferente.

Para nós, a via pela qual as Lajes deve optar exatamente, porque partilhamos esta preocupação com o meio, tem que ser uma via alternativa e não uma via redundante.

Tem que passar pelo ensino profissional, por um curso técnico PROFIS, por qualquer outro tipo de curso alternativo e não pela via da redundância, porque obviamente trará custos acrescidos e não trará nenhum benefício pedagógico para estes alunos.

Para já é só Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD tem reiteradamente e com bastante frequência feito aqui, por diversas vezes, a apologia dos serviços de proximidade e fá-lo porque tem a convicção de que a existência desses serviços nas diferentes localidades, e muito mais

naquelas que são mais isoladas, são um fator fundamental para a fixação das populações, ao mesmo tempo, naturalmente, que diminuem os custos desse mesmo isolamento.

Nós sabemos que aquilo que está aqui em discussão neste Projeto de Resolução do PCP vai ao encontro, naturalmente de uma velha pretensão da autarquia das Lajes das Flores e também de algumas famílias dessa mesma localidade.

Sabemos também, e o Sr. Deputado Paulo Rosa já aqui o disse, que este concelho é, provavelmente, e segundo os dados que possuímos do País, o único que não tem 3º ciclo.

Por outro lado, sabemos igualmente que foram criadas expetativas a esta autarquia e a esta população por parte do Governo Regional de que o 3º ciclo viria a ser implementado depois de construída esta mesma escola.

Aliás, o Sr. Secretário de então, Álamo Meneses, é o próprio responsável por este compromisso (não sei se está na sala), mas assim o documentam os dados que possuímos.

Obviamente que esta, podemos então dizê-lo, é uma legítima aspiração da população das Lajes das Flores.

Por outro lado, é óbvio que todos nós sabemos que, independentemente daquilo que pedagogicamente está aqui em questão, é a deslocalização destes alunos para outro concelho, sem desprimor para a qualidade de ensino que aí se pratica.

Obviamente que os retira do seu concelho de origem e todos nós sabemos que um concelho sem crianças é um concelho mais triste, é um concelho muito menos motivador para as pessoas aí ficarem.

Por estas razões o PSD, obviamente, que se vai associar a esta Proposta de Resolução do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, caso fosse possível numa oportunidade, se a houver e se regimentalmente for possível, julgo que sim, que o Sr. Presidente possa explicar

a esta câmara que o PCP não faz agendamentos. O PCP participa nos agendamentos.

Portanto, esta autoridade que me foi aqui conferida pelo Deputado Paulo Rosa, não me parece que eu a tenha.

Presidente: É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente.

Isto tem a ver com a data do agendamento e com o destempo do Deputado José Gabriel. Como facilmente se percebe, não dependeu de nenhuma estratégia do PCP, mas de agendamento do Plenário. Não detenho nenhuma autoridade, mas participo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor foi à apresentação desta iniciativa na Comissão?

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima quando lhe faltam os argumentos, utiliza estas brincadeirinhas marginais.

Se fizer a pergunta, eu respondo-lhe, mas não lhe respondo a esse aparte. Terei muito gosto, ao contrário do que V. Ex^a. possa pensar, em responder-lhe a isso.

Sr. Deputado Paulo Rosa,...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: ... relativamente à autonomia das escolas, sabe V. Ex^a. muito bem, e tão bem como eu, que ela tem um limite. Esse limite não ultrapassa a Rua da Carreira dos Cavalos.

De facto, foi-me transmitida a necessidade, por parte da escola, ou a importância que teria, do funcionamento do 3º ciclo nas lajes das Flores.

Agora a questão que V. Exa. coloca quanto ao parecer da escola, como sabe, e parece-me que percebeu, ele fica-se mesmo pelos limites da Rua da Carreira dos Cavalos.

Depois, Sr. Deputado, argumentos falaciosos! Falaciosos!

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Adjetivos!

O Orador: Não é verdade que os alunos têm que se deslocar?

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): É, sim senhor!

O Orador: Relativamente ao volume financeiro (salvo erro são 32 mil euros), que segundo a escola teria a ver com a deslocação dos docentes, foi subtraído o custo do transporte dos alunos para a escola de Santa Cruz (a escola mãe), para a unidade orgânica?

Não foi, pois não Sr. Deputado?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor tem essas contas?

O Orador: Tenho sim senhor.

Deputado José Lima (PS): Então mostre lá o relatório das contas!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Rosa, se os meus argumentos são falaciosos, os de V. Exa. só podem ser apelidados de demagógicos.

Espero que os florentinos e designadamente os residentes no concelho das Lajes tenham ouvido a sua intervenção.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): E eu também espero!

O Orador: Eu percebo que V. Exa. tenha querido atender a um determinado segmento do seu eleitorado. Percebo isso perfeitamente.

Percebo também que V. Exa. e o CDS-PP quisessem ter feito este frete ao PS.

Agora, Sr. Deputado, não me venha desconstruir os chamados argumentos falaciosos com a demagogia e o populismo que V. Exa. utilizou.

Quanto à questão das vantagens pedagógicas ou não, isso é outra discussão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! É a mesma!

O Orador: Essa é uma outra discussão que já se falou aqui várias vezes.

Aliás, quando discutimos aqui o regulamento dos concursos, a oposição, penso que em bloco, fez propostas no sentido da turma de referência baixar relativamente àquela que era proposta pelo Governo o que, entretanto, não foi aceite. Foi utilizado exatamente o argumento pedagógico e os estudos internacionais sobre as vantagens de ter grupos daquela dimensão.

Entretanto já todos percebemos, até por alguma inflexão da Secretária Regional da Educação e Formação, que afinal de contas não é bem assim.

Portanto, estudos que revelam as vantagens de grupos de turmas mais reduzidos há até à saciedade, para utilizar o mesmo termo que a Secretária Regional da Educação e Formação utilizou aqui quando nós conversámos sobre este assunto. Portanto, as vantagens ou desvantagens pedagógicas são de facto uma outra discussão e uma discussão mais profunda, Sr. Deputado, porque V. Ex.^a. pode enumerar um conjunto de vantagens e eu posso enumerar um igual número de vantagens relativamente a termos turmas reduzidas.

Mas há aqui uma questão que ultrapassa claramente as questões do ensino e as questões de ordem pedagógica.

Como muito bem disse o Deputado Francisco Álvares, esta medida tem um alcance muito mais amplo do que apenas proporcionar o 3º ciclo aos alunos das Lajes das Flores. Isto até para responder a uma reivindicação que é uma reivindicação dum representante dos residentes nas Lajes das Flores.

Portanto, não é de todo despiciente que o parecer da Câmara Municipal das Flores seja favorável a este Projeto de Resolução. Se isto não é entender a vontade dos cidadãos, então não sei o que é.

Agora, o que V. Exa. fez, e volto aqui a afirmá-lo, foi uma leitura e tomou uma posição.

Aliás, na sua visita à escola, passado algum tempo da minha passagem pelas Lajes das Flores, ...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): E à Câmara também!

O Orador: ... resolveu fazer o frete ao Governo do PS e sobretudo atendeu a um segmento do seu eleitorado que se calhar não estará tão satisfeito consigo, como eventualmente V. Exa...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Não tenho ilusões!

O Orador: Então é bom que faça essa avaliação, porque de facto aquilo que V. Exa. fez relativamente a esta iniciativa do PCP é lamentável, sobretudo vindo de um Deputado que é eleito pela Ilha das Flores e que aqui claramente não está a defender o interesse da Ilha das Flores, está a defender um interesse corporativo. É isso que V. Exa. aqui está a fazer com essa posição.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é a sua posição, para ver se percebermos!

O Orador: Lamentavelmente o Grupo Parlamentar do CDS-PP foi atrás da sua posição de defesa corporativa, que é aquilo que V. Exa. está a fazer, que eu nem compreendo por parte do CDS-PP.

Para já ficava-me por aqui.

Presidente: Muito bem. Vamos ficar todos por aqui.

Atingimos a nossa hora regimental, naturalmente o debate continuará amanhã nos termos regimentais.

Agradeço a todos a vossa presença. Desejo bom jantar, boa noite.

Retomamos amanhã às dez da manhã com o PTAP.

Pedia aos senhores líderes parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

Eram 20 horas e 02 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

(*) Texto não revisto pelo Orador

Listagem da correspondência

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República – n.º 58/XII – n.º 206/IX

Data de Entrada: 2012.05.10

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado – n.º 57/XII – n.º 207/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.10

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras – n.º 62/XII – n.º 211/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.14;

Assunto: Aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde

(healthclubs) e altera o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de Outubro – n.º 59/XII – n.º 212/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.25

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.14;

Assunto: Aprova a Lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no código mundial antidopagem e revogando a lei n.º 27/2009, de 19 de junho” – n.º 53/XII - n.º 213/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.06.04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.08.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo que adote medidas em defesa dos direitos dos trabalhadores portuguesas de Base de Dados – n.º 353/XII - n.º 215/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.06.06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.26.

3 – Projetos de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o Código de Conduta Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação - PCP (MEC) - (Reg. PL 255/2012) - n.º 210/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.05;

Assunto: Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras - PCM (MEE) - (Reg. PL 250/2012) – n.º 212/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs) e altera o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de outubro - PCM - (Reg. PL 257/2012) – n.º 213/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho - PCP (MEE) - (Reg. PL 262/2012)- n.º 218/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.06.06;

Assunto: Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos - PCM (MAI) - (Reg. PL 288/2012)- n.º 221/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.06.06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.15.

4 – Projetos de Lei:

Assunto: Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - n.º 227/XII – n.º 208/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.11

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.05.31;

Assunto: Procede à quarta alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local – n.º 229/XII – n.º 209/XII

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.11

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.05.31;

Assunto: Aprova a Lei de Segurança Interna – n.º 226/XII – n.º 210/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.17

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.05;

Assunto: Concretiza o direito de negociação coletiva dos trabalhadores das Administrações Regionais - n.º 239/XII - n.º 214/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.06.05

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.25.

5 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário, aplicáveis às diversas ofertas curriculares do ensino básico e do ensino secundário, ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo - MEC - (Reg. DL 259/2012 – n.º 211/IX)

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.05.28;

Assunto: Altera o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos comerciais destinados à venda ou exibição produtos

relacionados com a atividade sexual, conformando-o com a Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006 - MEE - (Reg. DL 247/2012 – n.º 214/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Estabelece as regras aplicáveis ao exercício da atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossistas - MEE - (Reg. DL 248/2012) n.º 215/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Procede à simplificação do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e do regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal, e altera os Decretos-Leis n.º 309/2002, de 16 de dezembro, e 310/2002, de 18 de dezembro - MEE - (Reg. DL 260/2012 – n.º 216/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Que regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso e permanência indevidas em zonas interditas e respetiva sinalização - MAMAOT - (Reg. DL 201/2012) – n.º 217/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.05.30;

Assunto: Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares - MEC - (Reg. DL 268/2012) – n.º 219/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.06.04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.13;

Assunto: Cria um novo regime de disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas - M. Saúde - (Reg. DL 281/2012) - n.º 220/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.06.04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.25;

Assunto: Projeto de decreto-lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020 - MAMAOT - (Reg. DL 271/2012) – n.º 222/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.06.11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.06.20.

6 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Regime Jurídico dos conselhos municipais de juventude para os municípios da Região Autónoma dos Açores – n.º 11/2012

Autor: PS

Data de Entrada: 2012.05.22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.27.

7 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Cria a Infraestrutura de dados espaciais interativa dos Açores IDEIA – n.º 11/2012

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012.05.22

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.06.27.

8 – Projetos de Resolução:

Assunto: Incentivo ao incremento da aquisição de produtos hortícolas e frutícolas locais de origem biológica certificada - n.º 31/2012

Autor: BE

Data de Entrada: 2012.05.14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.15;

Assunto: Recomenda ao Governo que reforce os meios das Juntas de Freguesia para a limpeza de ribeiras e realize um plano especial de ações de limpeza e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos – n.º 32/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012.05.15

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

9 – Proposta de Resolução:

Assunto: 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2012 – n.º 2/2012

Autor: ALRAA

Data de Entrada: 2012.05.22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.06.08.

10 – Requerimentos:

Assunto: Fileira de leite na ilha do Faial

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.14

Referencia: 54.03.07 – N.º 634/IX;

Assunto: Criar condições para a limpeza de ribeiras e linhas de água

Autores: Paulo Ribeiro, António Ventura, Luís Garcia, Aida Santos, Clélio Meneses (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.15

Referencia: 54.03.00 – N.º 635/IX;

Assunto: Inauguração da Pousada da Juventude em Santa Maria

Autora: Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.15

Referencia: 54.03.01 – N.º 636/IX;

Assunto: Dados ocultos no processo de extensão de fibra ótica ao Grupo Ocidental – Em busca da verdade

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.05.16

Referencia: 54.03.00 – N.º 637/IX;

Assunto: Seguros Agrícolas

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, Aida Amaral, Cláudio Almeida, Cláudio Lopes, José Francisco Fernandes e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.16

Referencia: 54.03.00 – N.º 638/IX;

Assunto: Apoios concedidos, contratos celebrados e ajustes diretos na Administração Pública Regional

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.05.18

Referencia: 54.01.00 – N.º 639/IX;

Assunto: Funcionamento do Serviço de Ambiente das Flores e do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.05.21

Referencia: 54.07.00 – N.º 640/IX;

Assunto: Novo contrato assinado entre o Governo Regional e a VIATE

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.05.22

Referencia: 54.06.00 – N.º 641/IX;

Assunto: Relatório Único para recolha da informação da atividade social das empresas sem dados sobre a ilha Graciosa

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.24

Referencia: 54.03.04 – N.º 642/IX;

Assunto: Lista de espera em ortopedia aumenta 432% no Hospital da Horta

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.24

Referencia: 54.03.07 – N.º 643/IX;

Assunto: Nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.25

Referencia: 54.03.06 – N.º 644/IX;

Assunto: Humanização do terminal de passageiros do Porto da Praia da Vitória

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.30

Referencia: 54.03.03 – N.º 645/IX;

Assunto: Obras no Cais da Calheta de São Jorge

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.06.01

Referencia: 54.06.05 – N.º 646/IX;

Assunto: Terapia da Fala na ilha das Flores

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2012.06.04

Referencia: 54.04.08 – N.º 647/IX;

Assunto: Voo semanal na rota Pico-Lisboa pela SATA

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.04

Referencia: 54.03.06 – N.º 648/IX;

Assunto: Tarifários da Atlânticoline entre as ilhas do Triângulo (São Jorge/Pico/Faial)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.06.05

Referencia: 54.01.00 – N.º 649/IX;

Assunto: Cultivo de produtos geneticamente modificados nos Açores

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2012.06.05

Referencia: 54.04.00 – N.º 650/IX;

Assunto: Direção Regional da Cultura

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.06.06

Referencia: 54.06.00 – N.º 651/IX;

Assunto: Certificação dos produtos não avança.

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, João Bruto da Costa, Aida Amaral, Cláudio Almeida, Cláudio Lopes, José Francisco Fernandes, Francisco Álvares e Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.06

Referencia: 54.03.00 – N.º 652/IX.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Avaliação da Situação Económica-Social do Faial

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.11

Referência: 54.03.07 – N.º 597/IX;

Assunto: Educação sexual e implementação das recomendações emanadas do relatório final "Gravidez e maternidade na adolescência nos Açores"

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.11

Referência: 54.06.00 – N.º 617/IX;

Assunto: Atualização da Carta Escolar

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.21

Referência: 54.06.00 – N.º 621/IX;

Assunto: Inauguração da Pousada da Juventude em Santa Maria

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.05

Referência: 54.03.01 – N.º 636/IX.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que foram enviados, por correio eletrónico, os relatórios de auditorias e a verificação interna de conta de gerência aprovados e a seguir indicados:

- Audit. n.º 04/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/104.01) – “Auditoria ao Município de Ponta Delgada – Dívida pública e encargos plurianuais”;
- Audit. n.º 05/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/108.02) – “Auditoria ao Fundo Regional do Desporto”;
- Verificação Interna n.º 08/2012-VIC-SRATC (Proc.º n.º 11/109.09) – “Escola Básica e Secundária das Flores”.

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.05.15;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado, por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e a seguir indicado:

- Audit. n.º 07/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 12/104.07) – “Auditoria ao Município da Povoação - Plano de saneamento financeiro - Acompanhamento de recomendações”

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.05.17;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado, por correio eletrónico, o relatório de auditoria a seguir indicado:

- Audit. n.º 06/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/106.03) – “Auditoria ao PRORURAL – Medida 1.6 – Melhoria do valor económico das Florestas e Medida 1.7 – Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais”

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.05.24;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado, por correio eletrónico, as verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- Audit. n.º 09/2012- VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.12) – “Escola Básica Integrada dos Biscoitos”;
- Audit. n.º 10/2012- VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.16) – “Escola Básica Secundária do Nordeste”;
- Audit. n.º 11/2012- VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.21) – “Escola Básica Integrada da Ribeira Grande”.

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Ofício a enviar uma Proposta Legislativa

Proveniência: O Presidente da Direção da Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente

Data de Entrada: 2012.05.09;

Assunto: Ofício a enviar Relatório do Estado do Ambiente - 2008-2010, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A e da Resolução da ALRAA n.º 11/2011

Proveniência: O Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.10;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Protesto - Atitude do Ministério da Administração Interna em discriminar os agentes da PSP em serviço nos Açores

Proveniência: O Gabinete do Ministério da Administração Interna

Data de Entrada: 2012.05.10;

Assunto: Ofício a enviar um voto de congratulação, relativo à comemoração do 38.º aniversário da Revolução do 25 de abril

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Alberto da Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.05.11;

Assunto: Ofício a enviar um voto de Protesto, relativo às negociações do Governo Regional por ter deixado de fora o concelho da Horta das redes de Fibra Óptica de Nova Geração

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Alberto da Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.05.11;

Assunto: Ofício a enviar um voto de congratulação, relativo à comemoração do 38.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de maio

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Alberto da Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.05.11;

Assunto: Ofício a solicitar o Pedido de Urgência e dispensa de exame do Projeto de Resolução 32/2012 - Recomenda ao Governo que reforce os meios das Juntas de Freguesia para a limpeza de ribeiras e realize um plano especial de ações de limpeza e prevenção de riscos de cheias e deslizamentos

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2012.05.15;

Assunto: Ofício de agradecimento pelo envio do Voto de Saudação - 50 anos da Cofaco na ilha do Pico

Proveniência: O Presidente da Conselho de Administração da Cofaco, António Luís M. Tavares

Data de Entrada: 2012.05.17;

Assunto: Ofício a solicitar os cancelamentos de Iniciativas do Projeto de Proposta de Decreto Legislativo Regional - Estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário da RAA e do Projeto de Proposta de Decreto Legislativo Regional - Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos Apoios e Complementos Educativos Previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo

Proveniência: Gabinete da Presidência do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2012.05.30;

Assunto: Ofício a enviar uma deliberação Camarária - “Voto de Congratulação”, pelo I Prémio de Excelência Desportiva do Clube Naval da Horta

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2012.05.30;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de atividades e contas e respetivo Anexo, relativos ao ano de 2011

Proveniência: O Presidente da Secção Regional do Tribunal de Contas, Guilherme de Oliveira Martins

Data de Entrada: 2012.05.30;

Assunto: Aditamento ao ofício n.º 1053, de 25-5-2012 aos cancelamentos de Iniciativas do Projeto de Proposta de Decreto Legislativo Regional - Estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário da RAA e do Projeto de Proposta de Decreto Legislativo Regional - Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar

Proveniência: O Gabinete da Presidência do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2012.05.31

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação - 100.º aniversário da Filarmónica "Euterpe" de Castelo Branco

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2012.06.01;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação - Centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Faial

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data de Entrada: 2012.06.01;

Assunto: Ofício sobre a Reforma da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

Autor: O Presidente da Junta de Freguesia da Lomba de São Pedro - Ribeira Grande, Márcio Manuel Ponte Amaral

Data de Entrada: 2012.06.01;

Assunto: Ofício a enviar a Síntese das reuniões do novo Conselho de Opinião da Rádio e Televisão Portuguesa

Autor: O Representante Região no Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal, Dr José Lourenço

Data de Entrada: 2012.06.04;

Assunto: Ofício a agradecer a iniciativa da apresentação do Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos da Criação da Região Demarcada do Queijo de S. Jorge

Autor: O Presidente da Direção da Confraria do Queijo de S. Jorge, Paulo Manuel Pacheco da Silveira

Data de Entrada: 2012.06.04;

Assunto: Ofício a solicitar a declaração de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 26/2012 – Instalação de um Posto de Turismo na Ilha do Corvo

Autor: O Deputado PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012.06.04;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional 25/2012 – “Empréstimo de Manuais Escolares”

Autor: O Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2012.06.05;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional 20/2012 – "Regime jurídico da qualidade do ar e da proteção da atmosfera"

Autor: O Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Congratulação prestado pelo grupo municipal do PS

Autora: A Presidente da Assembleia Municipal da Povoação, Benilde Oliveira

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Ofício a enviar Processo de Fiscalização abstrata sucessiva a pedido do Sr. Representante da República para a Região Autónoma dos Açores sobre Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A – “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: O Presidente do Tribunal Constitucional, Rui Moura Ramos

Entrada: 2012 – 06– 08.

13 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 06– 11;

Assunto: Previsto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 8/2012/A - “Resolve Recomendar à Comissão Permanente de Política Geral que, no âmbito das suas competências, apresente à Assembleia Legislativa uma Proposta de Reforma da Administração Local na Região”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.05.22;

Assunto: Proposta de Lei n.º 57XII – “Procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central Regional e Local do Estado”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Proposta de Lei n.º 58XII – “Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Lei n.º 226XII (PCP) – “Aprova a Lei de Segurança Interna”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Lei n.º 229XII (BE) – “Procede à quarta alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico do setor empresarial local”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 1/2012 – “Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Petição n.º 9/2012 – “Não extinção da freguesia dos Cedros, na Ilhas das Flores”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Petição n.º 11/2010 – “Construção dum ramal de acesso à via rápida, na Freguesia de água d’Alto”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Projecto de Resolução n.º 42/2011 (PPM) – “Recomenda ao Governo Regional a criação de um contrato de cooperação entre a administração regional e a Câmara Municipal do Corvo no sentido de proceder à urgente recuperação e valorização dos Moinhos de Vento da Ilha do Corvo”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 4/2012 - “Recomenda a obrigatoriedade do Referendo Local, no âmbito do normativo que venha a ser desenhado, no contexto da reforma da Administração Local na Região”

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.06;

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 06– 12;

Assunto: Projeto de Lei n.º 227/XII - “Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.05.30;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 8/2012 - “Tempo de serviço prestado em creche e *ateliers* de tempos livres (ATL), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei - “Aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs) e altera o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de outubro”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei - “Aprova o Código de Conduta Escola, que estabelece os direitos e deveres do alunos dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do estudos dos ensinos básico e secundário, aplicáveis às diversas ofertas curriculares do ensino básico e do ensino secundário, ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo”.

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.08;

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2012 – 06– 12;

Assunto: Proposta de Lei 56/XII - “Aprova o quadro legal plurianual de programação orçamental para os anos de 2013-2016”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.17;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei -“Altera o código de estrada e aprova o Regulamento da Habitação Legal para Conduzir, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2006/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, alterada pela Diretiva n.º 2009/113/CE, da Comissão, de 25 de agosto de 2009, e pela Diretiva n.º 2011/94/UE, da Comissão, de 28 de novembro de 2011, relativas à carta de condução – MEE- Reg. DL 230/2012”.

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.18;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - “Altera o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos comerciais destinados à venda ou exibição de produtos relacionados com a atividade sexual, conformando-o com a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006 – MEE – (Reg. DL 247/2012)”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - “Estabelece as regras aplicáveis ao exercício da atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossitas – MEE – (Reg. DL 248/2012)”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei - “Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras – PCM (MEE) – (Reg. PL 250/2012)”

Proveniência Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - “Procede à simplificação do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e do regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal, e altera os Decretos-Leis n.ºs 309/2002, de 16 de dezembro, e 310/2002, de 18 de dezembro – MEE – (Reg. DL 260/2012)”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Proposta de Lei n.º 62/IX - “Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Petição n.º 6/2012 - Intitulada “constituição de comissão de inquérito para avaliar a política de pescas do governo regional dos açores”, que tem como subscritores a direção da cooperativa “PORTO DE ABRIGO. OP-CLR”.

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Petição n.º 13/2012 – Inspeção Automóvel na Ilha das Flores

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.05.31;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012 – “Sistema de incentivos para o desenvolvimento do artesanato dos Açores – SIDART”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.06.05;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 – “Primeira Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho (Regime jurídico da reserva agrícola regional)”

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.06.05.

14 –Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.º s 131, 132 e 133.

A redatora, *Maria da Conceição fraga Branco*